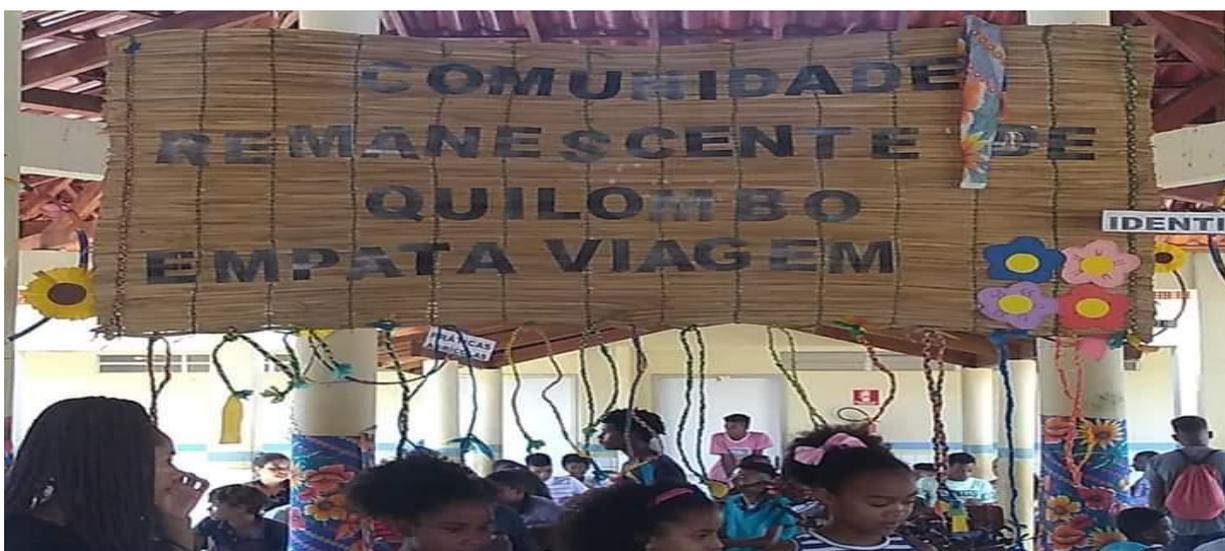


**UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA**  
**INSTITUTO DE HUMANIDADES ARTES E CIÊNCIAS - CAMPUS JORGE AMADO**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO E RELAÇÕES ÉTNICO-**  
**RACIAIS**

**MARIA GILCÉLIA SACRAMENTO PINHEIRO**



**COMUNIDADE REMANESCENTE DE QUILOMBO EMPATA**  
**VIAGEM, MARAÚ/BA: IDENTIDADE, LUGAR E EDUCAÇÃO**  
**DECOLONIAL**

**ITABUNA**  
**2020**

**MARIA GILCÉLIA SACRAMENTO PINHEIRO**

**COMUNIDADE REMANESCENTE DE QUILOMBO EMPATA  
VIAGEM, MARAÚ/BA: IDENTIDADE, LUGAR E EDUCAÇÃO DECOLONIAL**

Dissertação em forma de Memorial Descritivo, Projeto de Intervenção e Produto Educacional, apresentado como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre junto ao Programa de Pós-Graduação em Ensino e Relações Étnico-Raciais da Universidade Federal do Sul da Bahia - Instituto de Humanidades Artes e Ciências - Campus Jorge Amado.

Área de Concentração: Ensino e Relações Étnico Raciais nas Perspectivas Pós e Decoloniais

Linha de Pesquisa: Relações étnico-raciais, Interculturalidade e processos de ensino-aprendizagem.

Orientador: Casé Angatu Xukuru Tupinambá - Prof. Dr. Carlos José Ferreira dos Santos.

**ITABUNA  
2020**

**Catálogo na Publicação (CIP)  
Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB)  
Sistema de Bibliotecas (SIBI)**

P654c Pinheiro, Maria Gilcélia Sacramento, 1978-

Comunidade remanescente de quilombo Empata Viagem,  
Maraú/BA : identidade, lugar e educação decolonial / Maria Gilcélia  
Sacramento Pinheiro. – Itabuna: UFSB, 2020. -  
177f.

Memorial (Mestrado) – Universidade Federal do Sul da Bahia,  
Campus Jorge Amado, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências,  
Programa de Pós-Graduação em Ensino e Relações Étnico-Raciais,  
2020.

Orientador: Dr. Carlos José Ferreira dos Santos, Casé Angatu  
Xukuru Tupinambá.

1. Educação popular. 2. Negros – Identidade racial. 3.  
Quilombos – Maraú (BA). 4. Empata Viagem – Maraú (BA). I. Título.

CDD – 370.115

**Elaborada por Raquel da Silva Santos – CRB-5ª Região/ 1922**

**MARIA GILCÉLIA SACRAMENTO PINHEIRO**

**COMUNIDADE REMANESCENTE DE QUILOMBO EMPATA  
VIAGEM, MARAÚ/BA: IDENTIDADE, LUGAR E EDUCAÇÃO DECOLONIAL**

Data da Aprovação \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA:**

---

Prof. Dr. Carlos José Ferreira dos Santos – Casé Angatu (Orientador)  
UFSB/PPGER/CJA e UESC/DFCH

---

Profa. Dra. Cynthia de Cassia Santos Barra  
UFSB/PPGER/CJA

---

Prof. Dr. Jules Batista Soares  
UESC/DCET

**ITABUNA  
2020**

À Comunidade Remanescente de Quilombo  
Empata Viagem, Maraú/BA.

## AGRADECIMENTOS

A gente só consegue chegar a algum lugar quando alguém nos dá a mão. Para ingressar e concluir o mestrado muitas pessoas ofereceram generosamente as suas mãos. Agradeço imensamente a cada uma delas.

Agradeço à Deus por enviar o seu Divino Espírito Santo para me fortalecer com sabedoria, fé e coragem, tornando esse momento possível.

À Nossa Senhora, minha companheira nos momentos de escrita, por aliviar minha ansiedade.

Aos meus pais Célia e Gilson. Aos meus irmãos Gilson Júnior, Márcia Rejane e Paulo Roberto. Sou grata a vocês por me incentivarem e acreditarem em meu potencial.

Aos colegas, funcionários, alunos e alunas do Colégio Estadual Clemente Mariani por acolherem todos os projetos sobre Remanescente de Quilombo e por todos os momentos compartilhados.

À todas e todos professoras, professores e funcionários da UFSB.

Aos meus colegas de turma pelos conhecimentos e lanches compartilhados.

À minha amiga Rejane por todo apoio, carinho e ajuda durante o mestrado.

À Bruna Rehem, pela valiosa colaboração na tabulação dos dados da pesquisa.

À Alan, pela contribuição dos dados cartográficos.

Ao professor Egnaldo Rocha, pela sua valiosa contribuição como palestrante no I Seminário Identidade Quilombola.

Aos Senhores Reginaldo e José, Presidente e vice-presidente da Associação dos Agricultores do Empata Viagem, por compartilharem, através de palestras os seus conhecimentos, sobre a história do Remanescente de Quilombo Empata Viagem, com os meus alunos, sempre que solicitados.

À Lia e Katarina, diretora e coordenadora da Escola Municipal Tomé Monteiro, pelo entusiasmo, disposição e acolhida durante todo processo de pesquisa.

À Tate e sua família por me acolherem em sua casa quando precisei dormir no Remanescente de Quilombo Empata Viagem.

Aos professores, gestores, alunos e funcionários da Escola Municipal Tomé Monteiro pela colaboração e acolhida durante toda a pesquisa.

À comunidade de Remanescente de Quilombo Empata Viagem pela acolhida, carinho e por permitir a realização dessa pesquisa ao compartilhar suas histórias e memórias comigo.

Ao meu orientador Professor Doutor Casé Angatu Xukuru Tupinambá - Carlos José Ferreira dos Santos pela disponibilidade, direcionamento, dedicação, paciência e por ter compartilhado o seu conhecimento comigo.

Um agradecimento especial ao meu marido Eric Cardoso por cuidar dos nossos filhos enquanto eu me debruçava nos livros, nas leituras, nas pesquisas de campo e na escrita.

Aos meus filhos Eric e Tarik pelos abraços calorosos enquanto eu estudava e, também por serem carinho, conforto, afeto e incentivo. O amor de vocês é o presente e a alegria que dá sentido ao meu trabalho e a minha vida.

Obrigada.

*Ninguém educa ninguém,  
ninguém educa a si mesmo,  
os homens se educam entre si,  
mediatizados pelo mundo*  
(Paulo Freire)

## RESUMO

A Educação Escolar Quilombola é pautada na construção coletiva do conhecimento onde os saberes e fazeres do lugar são as bases para essa educação. Esta dissertação possuiu como Projeto de Intervenção e Produto Educacional o objetivo de construir coletivamente uma Proposta Pedagógica Quilombola para a Escola Municipal Tomé Monteiro, localizada na Comunidade de Remanescente de Quilombo Empata Viagem, Maraú/BA. O presente trabalho é composto por etapas que, em muitos momentos, foram construídas coletivamente através de oficinas, entrevistas e rodas de conversas com a Comunidade remanescente de quilombo Empata Viagem. Assim, é constituída de um Memorial Descritivo que demonstra a minha trajetória como educadora onde, através dos meus alunos e alunas, entrelacei aquela Comunidade Remanescente de Quilombo Empata Viagem com o Projeto de Intervenção que surgiu coletivamente. Neste sentido, para construir o Projeto de Intervenção pesquisei um pouco das histórias do município de Maraú/BA, relacionando com a trajetória de luta daquele Povo do Remanescente de Quilombo Empata Viagem por reconhecimento oficial e uma Educação Escolar Quilombola. Por fim, apresento os Produtos Educacionais também constituídos coletivamente com aquela Comunidade, numa perspectiva decolonial e paulofreiriana através da elaboração de Propostas Pedagógicas Quilombola e da realização do I Seminário de Identidade Quilombola da Comunidade Remanescente de Quilombo Empata Viagem. Todas as etapas deste trabalho foram inspiradas pelo desejo da construção de uma Escola Quilombola pautada na formação de uma Educação Escolar Quilombola pensada e organizada com a Comunidade de maneira decolonial, intercultural e pautada no pensamento de Paulo Freire. O objetivo era contemplar os anseios, os saberes e fazeres da Comunidade do Remanescente de Quilombo Empata Viagem (Maraú/BA), onde fossem abordados temas como: memória individual/coletiva, ancestralidade, territorialidade, oralidade, agricultura familiar, práticas culturais, resistência e (re)existência. Assim, procurei narrar os caminhos e descaminhos percorridos coletivamente na busca pela construção de uma Educação Escolar Quilombola onde a identidade Quilombola seja respeitada.

**Palavras-chave:** Remanescente de Quilombo. Quilombo Empata Viagem. Educação Escolar Quilombola. Identidade. Decolonialidade.

## ABSTRACT

Quilombola School Education is based on the collective construction of knowledge where the knowledge and actions of the place are the basis for this education. This dissertation had as its Intervention Project and Educational Product the objective of collectively building a Quilombola Pedagogical Proposal for the Municipal School Tomé Monteiro, located in the Remaining Community of Quilombo Empata Viagem, Maraú / BA. The present work is composed of stages that, in many moments, were built collectively through workshops, interviews and conversations with Empata Viagem Community. Thus, it consists of a Descriptive Memorial that demonstrates my trajectory as an educator where, through my students, I intertwined that Remaining Community of Quilombo Empata Viagem with the Intervention Project that emerged collectively. In this sense, to build the Intervention Project, I researched a little of the stories of the municipality of Maraú / BA, relating to the struggle trajectory of that People of the Remaining of Quilombo Empata Viagem by official recognition and a Quilombola School Education. Finally, I present the Educational Products also collectively constituted with that Community, in a decolonial and paulofreiriana perspective through the elaboration of Quilombola Pedagogical Proposals and the holding of the 1st Quilombola Education Seminar of the Remaining Community of Quilombo Empata Viagem. All stages of this work were inspired by the desire to build a Quilombola School based on the formation of a Quilombola School Education thought and organized with the Community in a decolonial, intercultural way and based on the thought of Paulo Freire. The objective was to contemplate the desires, knowledge and practices of the Remaining Community of Quilombo Empata Viagem (Maraú / BA), where topics such as: individual / collective memory, ancestry, territoriality, orality, family farming, cultural practices, resistance and (re) existence. Thus, I tried to narrate the paths and paths taken collectively in the search for the construction of a Quilombola School Education where the Quilombola identity is respected.

**Keywords:** Quilombo Remnant. Quilombo Empata Viagem. Quilombola School Education. Identity. Decoloniality.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Escola Municipal Tomé Monteiro no Empata Viagem	28
Figura 2 – Comunidades Remanescentes de Quilombo em Maraú-BA	33
Figura 3 – Mapa com o bioma e o domínio morfoclimático de Maraú	34
Figura 4 – Sr. Ireno Monteiro, morador mais antigo do remanescente de quilombo Empata Viagem, Maraú-BA	48
Figura 5 – Hortaliças cultivadas no remanescente de quilombo Empata Viagem	53
Figura 6 – Agricultoras e agricultores do remanescente de quilombo Empata Viagem durante a entrega de produtos do PAA	54
Figura 7 – Agricultoras e agricultores do Remanescente de Quilombo Empata Viagem	54
Figura 8 – Escola Municipal Tomé Monteiro da comunidade remanescente de quilombo Empata Viagem, Maraú-BA	57
Figura 9 – Professoras e Equipe Gestora da Escola Municipal Tomé Monteiro durante realização da oficina sobre Educação Quilombola	68
Figura 10 – Alunas e Alunos da Escola Municipal Tomé Monteiro durante aplicação do questionário	74
Figura 11 – Entrada da Escola Municipal Tomé Monteiro identificando o seminário	97
Figura 12 – Roda de capoeira dos alunos da Escola Municipal Tomé Monteiro, durante o I Seminário Identidade Quilombola	100
Figura 13 – Convite: I Seminário Identidade Quilombola da escola Municipal Tomé Monteiro	101
Figura 14 – Entrada da Escola Municipal Tomé Monteiro no dia do seminário	101
Figura 15 – Preparação para o I Seminário Identidade Quilombola da Escola Municipal Tomé Monteiro	102
Figura 16 – Preparação para o I seminário Identidade Quilombola da escola Municipal Tomé Monteiro	102
Figura 17 – Alunas e alunos da Escola Municipal Tomé Monteiro preparando material para o I seminário Identidade quilombola	104

Figura 18 – Presidente da Associação de agricultores da comunidade remanescente de quilombo Empata Viagem, Sr. Reginaldo, palestrando durante o seminário	105
Figura 19 – Dona Isabel e Sr. Joventino, Quilombolas do Empata Viagem, visitando o Museu da Comunidade, criada pelos alunos da Escola Tomé Monteiro	105
Figura 20 – Equipe escolar da Escola Municipal Tomé Monteiro e a autora deste trabalho	107
Figura 21 – Diretora da escola, convidados, alunas e alunos da Escola Municipal Tomé Monteiro, na sala de exposição de plantas medicinais da comunidade, criada durante aplicação da Proposta Pedagógica	107
Figura 22 – Alunas da Escola Municipal Tomé Monteiro antes de apresentação de música afro no I seminário Identidade Quilombola	108
Figura 23 – Exposição de comidas de origem africana, feita por alunas e alunos da Escola Municipal Tomé Monteiro, durante aplicação da Proposta Pedagógica	108
Figura 24 – Acarajé feito pelas mulheres da comunidade remanescente de quilombo Empata Viagem servido durante o seminário	109
Figura 25 – Pilão utilizado pela comunidade	109
Figura 26 – Atividade realizada por alunas e alunos do 6º ano, da Escola Municipal Tomé Monteiro, durante aplicação da Proposta pedagógica	110
Figura 27 – Pão de aipim, feito por mulheres da comunidade e servido durante o seminário	110
Figura 28 – Bonecas de tecido Abayomi, feitas pelos alunos e alunas da Escola Municipal Tomé Monteiro, durante aplicação da proposta pedagógica	111
Figura 29 – Exposição de frutas da agricultura familiar da comunidade remanescente de quilombo Empata Viagem durante o seminário	111
Figura 30 – Alunas e alunos da Escola Municipal Tomé Monteiro expondo as plantas medicinais da comunidade durante o seminário	112
Figura 31 – Mapa da península de Maraú-BA confeccionado pelas alunas e alunos da Escola Municipal Tomé Monteiro e exposto durante o seminário	112
Figura 32 – Peças antigas da comunidade remanescente de quilombo Empata Viagem, exposta durante o seminário	113
Figura 33 – Resultado do censo da comunidade remanescente de quilombo Empata Viagem	113

Figura 34 – Vocabulário quilombola, realizado por alunas e alunos da Escola Municipal Tomé Monteiro, durante aplicação da proposta pedagógica	114
Figura 35 – Mapa dos Remanescentes de Quilombos existentes no Brasil, confeccionado por alunas e alunos	114
Figura 36 – Arte feita pelos alunos da Escola Municipal Tomé Monteiro, durante aplicação da Proposta Pedagógica, em exposição durante o seminário	115
Figura 37 – Arte feita pelas/pelos alunas/alunos da Comunidade Remanescente de Quilombo Empata Viagem	116

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Comunidades Remanescentes de Quilombo (CRQs) em Maraú-BA	43
Tabela 2 – Perfil das Professoras da Escola Municipal Tomé Monteiro, do Remanescente de Quilombo Empata Viagem, Maraú-BA	58
Tabela 3 – Distribuição das/dos estudantes ouvidos na pesquisa por tempo de moradia no Empata Viagem	73
Tabela 4 – Distribuição das/dos estudantes ouvidos na pesquisa por faixa etária e sexo	75
Tabela 5 – Percepção do Lugar das/dos Alunos/Alunas da Escola Tomé Monteiro do Empata Viagem	77
Tabela 6 – Percepção da Preservação das/dos Alunas/Alunos da Escola Tomé Monteiro do Empata Viagem	82
Tabela 7 – Percepção de Valores Ambientais das/dos Alunos/Alunas da Escola Tomé Monteiro do Empata Viagem	86

## SUMÁRIO

	<b>APRESENTAÇÃO</b>	<b>15</b>
<b>1</b>	<b>RELATO DE EXPERIÊNCIA - MEMORIAL DESCRITIVO</b>	<b>18</b>
<b>2</b>	<b>PROJETO DE INTERVENÇÃO</b>	<b>30</b>
<b>2.1</b>	<b>Maraú: Espaço de Territórios Quilombolas</b>	<b>31</b>
<b>2.2</b>	<b>Empata Viagem: Território Quilombola Em Maraú-BA</b>	<b>40</b>
<b>3</b>	<b>PRODUTO EDUCACIONAL</b>	<b>46</b>
<b>3.1</b>	<b>As Falas, Memórias e Anseios da Comunidade Empata Viagem Construindo Ações e Histórias</b>	<b>47</b>
3.1.1	A Sabedoria dos Anciões narrando as Origens do Empata Viagem	47
3.1.2	Associação do Quilombo Empata Viagem: Caminhos para o Reconhecimento da Identidade Quilombola	51
3.1.3	A Escola Municipal Tomé Monteiro	56
3.1.4	Dialogando com as Professoras e Construindo Oficinas de Formação	67
3.1.5	Dialogando com os Alunos	72
3.1.6	Fundamentos Legais da Educação Escolar Quilombola	91
<b>3.2</b>	<b>Seminários como Práticas de Formação</b>	<b>97</b>
	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>117</b>
	<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS, FONTES E ORALIDADES</b>	<b>119</b>
	<b>ANEXOS</b>	<b>128</b>

## APRESENTAÇÃO

Cursar o mestrado foi um sonho que almejei desde quando terminei a graduação em Licenciatura em Geografia pela Universidade Estadual de Santa Cruz (2003). O destino desejou que após graduada eu retornasse ao lugar onde nasci e vivi na infância: Ibiaçu - distrito do município de Maraú-BA. Retornei justamente para lecionar na escola onde estudei o Ensino Fundamental I – Colégio Estadual Clemente Mariani.

Foi uma alegria este regresso porque restabeleci contato com pessoas que fizeram parte da minha infância e vida familiar. Assim, pude retribuir com o meu trabalho o aprendizado que adquiri naquela comunidade, bem como, aprender coisas novas e reaprender com novos olhares.

Descobri que o município de Maraú possui seis Comunidades Remanescentes de Quilombo. Informação e terminologia que até aquele momento desconhecia, pois, nunca tinha ouvido falar em Remanescentes de Quilombo no lugar.

Após essa descoberta e do contato com as alunas e alunos de uma das Comunidades Remanescentes, - Empata Viagem -, desejei aprofundar o conhecimento sobre as origens do meu município. Percebi o quanto o Povo Remanescente de Quilombo contribuiu e ainda colabora com a história e desenvolvimento do meu município, através de sua cultura e modo de vida tradicional.

São testemunhas vivas da resistência e (re)existência das populações descendentes de africanos contra a escravidão. Compreendi então a necessidade daquelas alunas e alunos das Comunidades Remanescentes vivenciarem uma educação diferenciada, pautada na valorização da sabedoria e conhecimento de seu Povo. Uma educação onde fosse possível fortalecer a cultura dessas Comunidades como forma de garantir seus direitos.

Por isto nesta dissertação as partes que à compõem resultaram do diálogo contínuo com a Comunidade Remanescente de Quilombo Empata Viagem, Maraú-BA. Diálogos que evidenciaram seus anseios por uma educação efetivamente Quilombola e porque não dizer decolonial.

Na primeira parte do presente texto denominada como *Memorial Descritivo* procurei apresentar minha trajetória pessoal, acadêmica e profissional. Objetivei demonstrar como o retorno às origens me levaram a conhecer a formação histórica e

sociocultural do município de Maraú e, conseqüentemente, a importância das Comunidades Remanescentes de Quilombo, particularmente o Empata Viagem.

Esta busca aflorou mais ainda o meu desejo em fazer o mestrado com um projeto que abordasse a Educação Escolar Quilombola. Ao decidir participar do processo seletivo do Programa de Pós-Graduação em Ensino e Relações Étnico-Raciais da Universidade Federal do Sul da Bahia, no Campus Jorge Amado – PPGER-UFSB-CJA, Itabuna/BA e depois cursá-lo, me propiciou decolonizar conhecimentos que supostamente tinha. Fortaleceu mais ainda a necessidade de estudar o Remanescente de Quilombo Empata Viagem, especialmente, para assinalar como seus saberes deveriam ser valorizados nas práticas escolares para a construção da identidade.

Na segunda parte desta dissertação, *Projeto de Intervenção*, busquei abordar a história do município de Maraú-BA e como as suas origens e a sua formação sociocultural estão intrinsecamente ligadas à história do Povo Negro em nossa região e no Brasil. Desejei delinear as origens do território Remanescente de Quilombo Empata Viagem, da Associação de Agricultores lá existente e a história que resultou na criação da primeira Escola Quilombola do município de Maraú: Escola Municipal Tomé Monteiro.

Foi nessa Escola Quilombola que desenvolvi os meus projetos de intervenção junto com a comunidade local, resultando em *Produtos Educacionais*. Tudo realizado com muito entusiasmo e vontade, inspirados pelas propostas pedagógicas de Freire (1987), construímos Projetos de Educação pautados nos saberes e vivências da comunidade.

Portanto, procurei em conjunto à Comunidade Quilombola uma trajetória que levasse à objetivos decoloniais fundamentados nas falas e ações do Povo Remanescente de Quilombo Empata Viagem, como bem nos ensina Catherine Walsh:

(...) la memoria colectiva, en este sentido, es la que articula, la continuidad de una apuesta decolonial, la que se puede entender con este vivir de luz y libertad en medio de las tinieblas (WALSH, 2013, p. 26).

Apreendi, nesse percurso que as dificuldades enfrentadas pela Comunidade Empata Viagem são muitas. Porém, existe união, organização e força para a luta dos Quilombolas na direção de fazer valer seu reconhecimento, a valorização de sua

identidade e em manter as tradições. É importante ressaltar que sem a participação ativa da Comunidade de Remanescente de Quilombo Empata Viagem este trabalho não teria êxito. Assim, os resultados alcançados compõem o último tópico da dissertação: *Produtos Educacionais*.

Na última parte da presente redação descrevo inicialmente então as entrevistas, oficinas com as Educadoras da Escola Municipal Tomé Monteiro para a construção e aplicação de Proposta Pedagógica Quilombola e para a realização do I Seminário Identidade Quilombola daquela escola. Destaco que este foi o Primeiro Seminário da Escola e como um de seus resultados positivos, pretende-se a realização de outros para que o Saber quilombola seja fortalecido e perpetuado na comunidade.

Como assinalai acima e ressalto novamente: penso que a busca pela construção de uma estrutura física adequada para uma Escola Quilombola na Comunidade Remanescente de Quilombo Empata Viagem e as práticas educativas que foram e serão criadas com a participação da Comunidade são ações que caracterizam a efetivação de um Projeto de Intervenção decolonial que tem como ponto de vista uma educação libertadora.

Freire (1987) mostra que uma educação libertadora é aquela onde as pessoas percebem-se como sujeitos críticos do pensar, constituindo individual e coletivamente percepções de mundo e sociedade. Na minha percepção, a educação pensada e praticada assim, respeita e fundamenta-se no modo de ser e de viver do Povo, neste caso particular do Povo Quilombola do Empata Viagem.

Para isto, é preciso escutar a Comunidade e valorizar seus saberes ancestrais, memória coletiva/individual, territorialidade, oralidade, religiosidade, práticas culturais e, conseqüentemente, a construção da identidade quilombola.

Espero que esta dissertação contribua para a construção do conhecimento produzido pela Educação Escolar Quilombola da Comunidade Remanescente de Quilombo Empata Viagem, Maraú-BA. Desejo, principalmente, que esse trabalho colabore para o fortalecimento daquela Comunidade na luta pelos seus direitos e por uma Educação Escolar efetivamente Quilombola.

Por isto meu compromisso em disponibilizar a presente dissertação e seus Produtos Educacionais para aquela Comunidade. Os quilombolas, do remanescente de quilombo Empata Viagem, participaram da construção deste trabalho e são os co-

autores dos Projetos que iniciamos no transcorrer deste percurso e seus Produtos Educacionais.

## 1 RELATO DE EXPERIÊNCIA – MEMORIAL DESCRITIVO

Quando da escrita deste memorial, ao rememorar os caminhos que percorri resultando nesta dissertação, refleti sobre as expectativas que me levaram ao Magistério, posteriormente, ao Curso de Licenciatura em Geografia e a ingressar no Programa de Pós-Graduação em Ensino e Relações Étnico-Raciais da Universidade Federal do Sul da Bahia, no Campus Jorge Amado – PPGER-UFSB-CJA (Itabuna/BA).

Como já assinalei, nasci em Maraú na Bahia, mesmo município onde fica a Comunidade do Remanescente de Quilombo Empata Viagem. Nasci pelas mãos da parteira Otacília, num distrito daquele município chamado Ibiaçu.

O orientador desta dissertação (Casé Angatu – Carlos José F. Santos) analisa que os dois nomes (Maraú e Ibiaçu) são originários da língua Tupy. *Maraú* resulta da junção de duas palavras Tupy: *Maíra* com a palavra ‘Y. *Maíra* foi uma das entidades mitológicas indígenas que gerou *Korahi*/Sol e a *ĩacy*/Lua. Já a palavra ‘Y pode significar rio. Deste modo, Maraú seria o “Rio de Maíra” ou “Rio da Mãe do Sol e da Lua”.

Existe uma outra versão apresentada por Freire e Guanais (2008) de que Maraú seria “Luz do Sol ao Amanhecer”. Mesma versão apresentada pela Prefeitura local em seu *site*:

A origem do município foi uma aldeia de índios denominada “Mayrahú”, (cujo significado na língua indígena é: “Luz do Sol ao Amanhecer” descoberta em 1705 pelos Frades Capuchinhos Italianos) (MARAÚ, 2020).

Assim, Maraú (*Maíra’y*) pode ser “Rio de Maíra”, “Rio da Mãe do Sol e da Lua”, e/ou “Luz do Sol ao Amanhecer”.

Quanto a Ibiaçu seria a confluência de *Yby* (terra) com *açu/asu/assu* (grande). “Ibiaçu” (*Ybyaçu*) pode significar “Terra Grande” ou “Pedaço de Terra Grande”. Pondero, assim, que a região onde nasci e fica localizada a Comunidade Empata

Viagem já era habitada pelos Povos Originários brasileiros antes da “colonização” portuguesa, assim como todo o Brasil.

Como escrevi antes foi em Maraú onde cursei o Ensino Fundamental I no Colégio Estadual Clemente Mariani. O Ensino Médio cursei no Colégio Polivalente em Itabuna.

Como professora minha trajetória iniciou-se logo aos dezesseis anos de idade - no ano de 1994. Eu cursava então o primeiro ano do Magistério no Colégio Polivalente em Itabuna e meus pais não tinham boas condições financeiras. Tanto meu pai Gilson Lemos Pinheiro como minha mãe Célia Maria Sacramento Pinheiro nasceram e cresceram na zona rural do município de Maraú-BA.

Com a crise do cacau devido à vassoura de bruxa que assolou toda a região, assim como tantos outros, meus pais migraram no início da década de 1990 para Itabuna em busca de melhores condições de vida. Sobre a crise causada pela vassoura de bruxa nas lavouras de cacau no sul da Bahia, pode-se afirmar que:

(...) a Vassoura de Bruxa nos cacauais da Bahia foi o maior desastre vivido pela civilização do cacau, evento este que dizimou as lavouras, diminuiu a produção e a produtividade, desempregou grande quantidade de trabalhadores rurais, o que refletiu de forma devastadora na economia regional. De outra forma, pode-se constatar a migração da população do campo para a cidade, sobretudo para Itabuna, Ilhéus e Porto Seguro, causando um verdadeiro caos urbano (ROCHA, 2008, p.93).

No início esta minha transferência junto com minha família de Maraú para Itabuna não foi nada fácil. Ficávamos privados de comprar muitas coisas que desejávamos. No ano de 1994 uma colega do Curso de Magistério sugeriu que eu oferecesse “reforço escolar” em casa. Gostei da ideia e fiz propaganda pelo bairro Santo Antônio onde morava. Em pouco tempo, estava com dez alunos.

Eu me dediquei muito e os alunos tiveram um “ótimo desenvolvimento escolar”, segundo os comentários deles mesmos e de seus pais. A cada dia aumentava o número de mães à procura de vaga no meu “reforço escolar” ao ponto de não ter mais vagas.

Quando estava no segundo ano do Magistério, no segundo semestre do ano de 1996, surgiu no Colégio CIOMF (Centro Integrado Oscar Marinho Falcão) uma vaga para um estágio remunerado na quarta série do Ensino Fundamental I. A diretora

do CIOMF solicitou à diretora do Colégio Estadual Polivalente, onde eu estudava, que selecionasse uma estudante do Magistério para ocupar essa vaga.

Várias alunas se candidataram, inclusive eu. Os professores do curso fizeram uma reunião para escolher uma das alunas. Fiquei muito feliz e surpresa quando soube do resultado: eu fui escolhida para ocupar a vaga. Foi minha primeira experiência em sala de aula quando eu ainda tinha 17 anos. A turma era considerada “difícil”, os alunos vistos como “inquietos” ao ponto de inicialmente ficar desiludida com a profissão e não querer mais lecionar.

Ao concluir o Magistério em 1996 fiquei sem saber qual caminho seguir. Naquela ocasião não queria ser professora, mas não surgiam outras oportunidades. Queria fazer o vestibular, mas além de não saber o curso que gostaria de fazer, não existia incentivo nenhum, até porque minha família não sabia nem o que era o vestibular.

Foi quando uma vizinha que era diretora de uma escola municipal me convidou para ser voluntária de um orfanato localizado no bairro Nova Califórnia – periferia de Itabuna. Aceitei o convite e fui lecionar. O orfanato era recém construído e entre meus afazeres estava ajudar na limpeza. A estrutura era muito boa. Aquele orfanato foi construído por alguns empresários de um país europeu chamado Luxemburgo.

Os alunos moravam no próprio orfanato porque não tinham familiares que cuidassem deles. Eu ia todos os dias, exceto aos domingos. Trabalhava das oito da manhã até às dezessete horas. Dava o café, aula, lanche, almoço, colocava-os para escovar os dentes, descansar, depois lanche e brincar. Todos os dias era essa rotina.

O *réveillon* de 1998 para 1999 eu passei “sozinha” tomando conta dos alunos nesse orfanato. Fiquei um ano ganhando menos de um salário mínimo, pois nenhum órgão manifestou interesse em assumir o orfanato que sobrevivia de doações. Foi quando já estava muito cansada e pedi pra sair. Tristemente o orfanato foi extinto no ano de 2018.

Em 1999 uma amiga do Coral Canto de Paz da Paróquia Santo Antônio no bairro de mesmo nome, do qual eu fazia parte, foi até a minha casa e disse que “a papelaria onde ela havia trabalhado estava precisando de uma vendedora”. Interessei-me, levei o currículo, fiz a entrevista e consegui a vaga. Foi muito bom pois ganhava um salário e tinha carteira assinada, mas achava um tédio trabalhar como vendedora. Dedicava-me muito, mas achava monótono.

Naquela época trabalhava o dia inteiro e à noite fazia um curso pré-vestibular desses populares e mais baratos. Os proprietários da loja percebendo que eu gostava de estudar me colocaram para ser responsável pelos livros da papelaria. Eu adorava ficar no meio dos livros e aproveitava para estudar para o vestibular. Foi através dos livros que decidi fazer o Curso de Geografia. Ou melhor, através do livro do Ensino Médio de Geografia de autoria de José William Vesentini.

Fui aprovada no vestibular do ano 2000 na Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC (Ilhéus-BA). Entre os familiares do meu pai e da minha mãe fui a primeira pessoa a ingressar numa universidade. A festa foi grande e representou uma das maiores emoções da minha vida. Não acreditava que eu havia sido aprovada e durante um bom tempo fiquei com a sensação que estava voando.

Como o meu curso era no turno matutino, pedi demissão da papelaria. Fiquei um ano sem trabalhar e me mantinha com o dinheiro da rescisão. Após esse tempo trabalhei como contratada na prefeitura de Itabuna lecionando numa turma de Educação Infantil e como recenseadora do Projeto Bolsa Escola.

Em 2002 um colega me indicou para lecionar em uma escola particular de Itabuna: o Colégio Interativo. Lá lecionei a disciplina Geografia aos alunos do Ensino Fundamental II. Lecionei também como Prestadora de Serviço Temporário (PST) no Colégio Estadual General Osório e no Colégio Estadual São José, no turno noturno, em Itabuna.

Quando conclui o Curso de Geografia na UESC em 2003 coincidentemente foi sancionada a Lei 10.639/2003 que alterava a Lei 9.394/1996 – Lei de Diretrizes de Base da Educação. Segundo a Lei 10.639/2003:

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências.

(...)

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.

(...)

Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como 'Dia Nacional da Consciência Negra' (BRASIL, 2003).

Na ausência de concurso público para professor fui contratada em 2003 pela Secretaria de Educação do Estado da Bahia (SEC-BA) sob Regime Especial de Direito Administrativo (REDA). Foi quando lecionei a disciplina geografia no distrito de Ibiaçu (Maraú-BA) justamente na escola onde estudei o Ensino Fundamental I: Colégio Estadual Clemente Mariani.

Em 2004 pedi demissão do Colégio Interativo, até porque, meu sonho era passar no concurso da SEC-BA. Neste período havia novamente tomado gosto pela educação e desejava muito me efetivar como professora.

No Colégio Estadual Clemente Mariani lecionei para alunos oriundos da zona rural do município de Maraú-BA. Muitos daqueles alunos vinham do Remanescente de Quilombo Empata Viagem. Porém, inicialmente, tanto eu quanto as/os outras(os) professoras(es) desconhecíamos essa informação e nem sabíamos o que era um Remanescente de Quilombo.

Vale aqui salientar que a temática da história e cultura afro-brasileira, incluindo os quilombos, não fez parte da minha formação como licenciada em geografia. Da mesma forma, esta ausência curricular também aconteceu na formação das/dos minhas/meus colegas que lecionavam e entre alguns que ainda lecionam comigo. Isto ocorreu em grande parte porque a Lei 10.639 era de 2003 e muitas universidades ainda não tinham adequado seus currículos.

Porém, num artigo tratando das Leis 10.639/2003 e 11.645/2008<sup>1</sup>, publicado pela *Revista História e Perspectiva* da Universidade Federal de Uberlândia, Casé Angatu (Carlos José F. Santos) analisa que mesmo com promulgação destas leis as universidades continuaram com resistências e dificuldades pedagógicas, políticas e raciais em implementar suas diretrizes.

De acordo com Angatu:

(...) em 2013, um balanço dos dez anos da Lei 10.639/2003 e dos então cinco anos da Lei 11.645/2008 (...) não era animador, mesmo

<sup>1</sup> A Lei 11.645/2008 "alterou a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena" (BRASIL, 10 de março de 2008).

considerando alguns avanços (...) Nos cursos superiores existe “resistência em implantar esses conteúdos nos seus currículos”. Como consequência, são poucos os educadores “formados para dar conta das exigências da legislação e também” para “criar a uma massa intelectual crítica” para a aplicação das Leis 10.639/2003 e 11.645/2008. (...) O atendimento a uma demanda garantida em lei fica na dependência de iniciativas e do voluntarismo de militantes, desobrigando o poder público (ANGATU, 2015, p. 199-200).

Pelo artigo acima ponderamos: se mesmo com as homologações das Leis 10.639/2003 e 11.645/2008 existem barreiras em implantar suas diretrizes, imagina no período quando me formei que não existiam indicações pedagógicas oficiais? De acordo com estudos antropológicos da Dra. Baiocchi, (1983, apud LARCHERT; OLIVEIRA, 2012), o negro em Goiás por muito tempo ficou numa situação de silêncio e esquecimento. A estudiosa explica que havia “a necessidade de apagá-los da história da terra”. Na nossa leitura, em muitas universidades não foi diferente. A história e cultura do Povo Negro e dos Quilombolas foi negligenciada (em alguns ainda continua) nos cursos de licenciatura.

No ano de 2005, finalmente, a Secretaria de Educação do Estado da Bahia lançou edital de concurso público para professor. Fiquei muito feliz, pois, era a minha chance de ser efetivada. Fiz a inscrição, estudei bastante e no dia 22 de janeiro de 2006 fiz a prova. Toda a minha família torcia muito para que eu fosse aprovada. Quando terminei a prova tinha certeza que iria ser classificada. Ao sair o resultado lá estava o meu nome. Fui a única aprovada em geografia para o município de Maraú. Quanta felicidade!!!! Fiquei aguardando a convocação e continuei trabalhando como REDA.

Em 2005 também iniciei o Curso de Especialização em Educação Geoambiental na Faculdade do Sul (FACSUL) e no mesmo ano trabalhei com Educação de Jovens e Adultos no BB Educar.<sup>2</sup> Foram ótimas experiências principalmente de aprendizado e treinamento educacional que enriqueceram minha formação como educadora.

---

<sup>2</sup> Segundo as instituições organizadoras do Programa (Banco do Brasil e Fundação Banco do Brasil - FBB), “o BB Educar é uma tecnologia social da FBB para capacitação de colaboradores que atuam em núcleos de alfabetização de jovens e adultos. A metodologia tem como base os princípios de uma educação libertadora e a prática da leitura do mundo, que considera a realidade do alfabetizando como ponto de partida do processo educativo” (ECONOMUS, 12 de julho de 2019).

Nesse mesmo ano (2005) chegou à nossa Escola (Colégio Estadual Clemente Mariani) a Professora Aline Areia - licenciada em história e concursada. Junto conosco organizou um projeto sobre a Consciência Negra. Para esse projeto foi convidada uma mestranda do Curso de História da UFBA que pesquisava sobre as Comunidades Quilombolas em Itacaré-BA. Foi convidado também o Presidente da Associação dos Agricultores da Comunidade do Empata Viagem: Sr. José Conceição Nascimento.

Durante as palestras dos convidados tomamos conhecimento do que era um Remanescente de Quilombo e que o Empata Viagem era um destes territórios. Da mesma forma, nos conscientizamos que muitos de nossas(os) alunas(os) eram quilombolas. Como assinalei antes, o corpo docente da nossa escola, incluindo a que escreve esta dissertação, desconhecia o que era um Remanescente de Quilombo.

Nascimento (2009) define Quilombo como uma forma de resistência do Povo Negro à escravidão, analisando:

Quilombo é um segmento do espaço que se caracteriza pelas seguintes dimensões: vivência dos povos africanos que se recusavam à submissão, à exploração, à violência do sistema colonial e do escravismo; formas associativas que se criavam em florestas de difícil acesso com defesa e organização socioeconômica política própria; sustentação da continuidade africana através de genuínos grupos de resistência política e cultural.

A partir daí somamos a experiência que tivemos com a atividade realizada na escola com leituras sobre o tema Quilombo. Percebemos a necessidade de incluirmos essa temática no currículo da escola porque desejávamos trabalhar a identidade cultural das/dos nossas/nossos alunas/alunos a partir de suas experiências de vida como bem nos ensinava Freire (1982 e 1987).

Nesta mesma direção, concordamos com Oliveira (2012) quando pondera:

As comunidades quilombolas têm merecido atenção especial das políticas governamentais, uma vez que constituem núcleos vivos de nosso patrimônio afro-brasileiro.

Este era o caso do Remanescente de Quilombo Empata Viagem: um núcleo vivo de nosso patrimônio. Vivências quilombolas fundamentais para compreender a formação sociocultural e territorial da região onde morávamos, precisando ser reconhecido pela população local, preservado, divulgado e valorizado.

Assim, o coletivo de educadores da escola começou a pesquisar informalmente sobre Comunidades Quilombolas. Através desta pesquisa descobrimos que o município de Maraú possuía (ainda possui) seis Remanescentes de Quilombo. Vale salientar que mesmo a sede do município também é um Remanescente.

São Remanescentes de Quilombo do município de Maraú:

- Barro Vermelho
- Empata Viagem,
- Maraú
- Quitungo
- São Raimundo
- Terra Verde/Minério.

Com essas informações, começamos na escola a trabalhar com mais profundidade a história, geografia, reconhecimento, preservação, divulgação e valorização dos Remanescentes de Quilombo, especialmente os de Maraú. As diversas disciplinas da nossa escola realizaram projetos voltados para cultura, artes, território e agricultura nos Quilombos.

Para isto, foi fundamental aprofundar o contato com as Comunidades Quilombolas locais, convidando líderes das mesmas para realizarem palestras e formações. Ganhou destaque então a Comunidade Remanescente de Quilombo Empata Viagem através da sua Associação de Agricultores por ser bem organizada politicamente e, acima de tudo, por possuir uma relação afetiva com a terra.

Nesta direção da afetividade com a terra, Antônio Olavo que realizou o Documentário *Quilombos da Bahia* (2004), percorrendo 12 mil km e filmando com depoimentos de 69 Comunidades Quilombolas Baianas, assinala que para estas Comunidades:

A terra é o seu território,  
é um bem natural da vida  
e constitui como um fator  
primordial de sobrevivência (OLAVO, 2014).

Em 2009 fui aprovada na seleção para tutora do Curso de Geografia da Faculdade de Tecnologia e Ciência (FTC). Realizava a tutoria todas as segundas-feiras no período noturno. No mesmo ano ingressei no curso de Especialização em

Ensino de Geografia na Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). Escolhi como temática da pesquisa a Comunidade Quilombola do Empata Viagem em Maraú com o trabalho intitulado: *Percepção do Lugar dos alunos do Remanescente de Quilombo Empata Viagem, Maraú-BA: um estudo toponímico como contribuição ao ensino de geografia*.

Esse trabalho, apresentado em 2010, foi fundamental para o meu aprofundamento em relação à temática Quilombola. Compreendi teórica e conceitualmente algo que já percebia nas minhas vivências no Colégio Estadual Clemente Mariani e nas relações com as Comunidades Quilombolas. Isto é, como a relação com a terra, convívio com a natureza e a prática da agricultura interagem e fundamentam as vidas dessas pessoas.

Além disso, na Escola, reformulamos o currículo de geografia com conteúdos voltados para os lugares de vivências dos alunos. Implementamos ainda no Colégio Estadual Clemente Mariani e na Escola Municipal Antônio Viana Filho a disciplina Cultura Afro. Até aquele momento as duas unidades escolares não tinham este conteúdo, mesmo possuindo na escola alunas/alunos do Remanescente de Quilombo Empata Viagem. A disciplina Cultura Afro iniciou a abordagem especialmente das questões voltadas para a identidade e valorização da cultura negra.

Em 2014 nós Colégio Estadual Clemente Mariani ficamos em 2º lugar nos Projetos Estruturantes, Etapa Regional modalidade Educação Patrimonial e Artística (EPA) com o tema: *Remanescente de Quilombo Empata Viagem*.<sup>3</sup> A pesquisa foi orientada pela autora desta dissertação e realizada por duas alunas da Comunidade Quilombola do Empata Viagem.

Assim, foi cada vez mais ganhando força o desejo de realizar uma pesquisa mais aprofundada sobre a Comunidade Remanescente de Quilombo Empata Viagem. Minha finalidade era contribuir com formas de valorização da identidade, memória e história dessa Comunidade que se tornou parte da minha vida profissional e afetiva.

Assim, desenvolvi um projeto voltado para a Comunidade Quilombola Empata Viagem na direção da identidade Quilombola pois, como analisa Kabengele Munanga:

---

<sup>3</sup> “Projetos Estruturantes constituem uma categoria de ação composta por um conjunto de projetos que, além de implementarem políticas educacionais, buscam a reestruturação dos processos e gestão pedagógicos, a diversificação e inovação das práticas curriculares, como consequência e foco principal, a melhoria das aprendizagens” (BAHIA, 2015).

A autodefinição e a identidade atribuída têm como funções a defesa da unidade do grupo, a proteção do território e as manipulações ideológicas por interesses econômicos e políticos”. E também com uma abordagem sobre a percepção do lugar, pois “através do conhecimento do lugar de vivência é possível que os sujeitos desenvolvam uma consciência crítica, pois, o lugar é à base da reprodução da vida e pode ser analisado pela tríade habitante – identidade – lugar (MUNANGA, 1994, p. 178. In: CARLOS, 2007, p.17).

Percebe-se que a interação entre a Identidade com o Lugar possibilita uma Comunidade construir criticamente uma leitura sobre o espaço vivenciado. Permite a construção de formas de atuar na direção das contradições presentes, combatendo as ameaças externas que fragmentam a identidade cultural.

O anseio de cursar o mestrado foi assim construído, objetivando contribuir de forma compromissada: com minha atuação como educadora; com a escola onde leciono; e, especialmente, com a Comunidade Quilombola Empata Viagem de Maraú-BA. Pesquisei então as possibilidades de um mestrado que pudessem fortalecer estas perspectivas. Conheci o Programa de Mestrado Profissional em Ensino e Relações Étnico-Raciais da Universidade Federal do Sul da Bahia – Campus Jorge Amado - Itabuna (PPGER/UFSB/CJA).

Em 2018, após apresentar meu projeto de pesquisa à avaliação da Banca Examinadora daquele Programa de Pós-Graduação, com muita alegria e responsabilidade, fui aprovada para a segunda turma do PPGER/UFSB/CJA, tendo como orientador o Prof. Dr. Casé Angatu (Carlos José F. Santos).

Ao cursar as disciplinas e participar das atividades do Curso, foi possível aprofundar os meus conhecimentos sobre as Comunidades Quilombolas numa perspectiva decolonial no âmbito da consciência política e da autonomia sociocultural do Povo Negro. Além disso, realizando o Curso do PPGER/UFSB/CJA despertei para a compreensão dos processos de construção e (re)construção da identidade negra e quilombola. Pedagogicamente, a decolonialidade foi somada ao pensamento paulofreiriano como orientação de minha atuação docente e da presente pesquisa.

No ano anterior ao início do meu Curso de Mestrado (2018) foi inaugurada a primeira Escola Quilombola do município de Maraú-BA. No dia 12 de março de 2017. Esta Escola está localizada na Comunidade Remanescente de Quilombo Empata Viagem. A partir da implementação dessa escola os alunos do Ensino Fundamental I e II do Empata Viagem não precisam mais se deslocar para o distrito de Ibiaçu, pois,

essas modalidades de ensino foram oferecidas no próprio Remanescente de Quilombo Empata Viagem.

A escola recebeu o nome de Escola Municipal Tomé Monteiro. Esse nome homenageia o pai do Sr. Ireno Monteiro, um dos líderes mais antigos da Comunidade, que doou o terreno à prefeitura de Maraú para construção da escola. Segundo Sr. Ireno, nos relatos que obtivemos dele, a implementação da escola na Comunidade era um sonho que seu pai (Tomé Monteiro) possuía há muito tempo.

De acordo com a Comunidade, a unidade escolar tem uma excelente estrutura e acima de tudo está dentro de um Território Quilombola. Na Figura 1, aparece a Escola Municipal Tomé Monteiro que seguiu o modelo arquitetônico proposto por um projeto do Governo Federal para escolas quilombolas. Quando foi inaugurada, contam os moradores do Empata Viagem, as pessoas da região ficaram impressionadas com a estrutura.

Figura 1 – Escola Municipal Tomé Monteiro localizada no Empata Viagem (Maraú/BA), em 13/03/2017.



Fonte: Site Ubaitaba Urgente

Segundo a Comunidade Escolar da Tomé Monteiro e como veremos adiante, após a criação da Escola o desafio tornou-se fazer com que o ensino também seja Quilombola. Para isto acredito que o melhor caminho é aberto pela perspectiva decolonial e paulofreiriana: onde a escola realize um trabalho que contextualize o saber escolar com o saber local; onde o currículo garanta os conhecimentos e os

saberes quilombolas, visto que, a escola foi criada com o propósito de ofertar uma Educação Escolar Quilombola.

O Projeto de Intervenção e os Produtos Educacionais apresentados na sequência surgiram da necessidade de a Comunidade Empata Viagem fazer de sua Escola uma Escola Quilombola. Por isto, procurei contribuir na constituição de pedagogias priorizando a relação das pessoas com seus lugares de vivência, tendo como objetivo compreender e atuar nas contradições presentes. Para tal, foi preciso buscar conceitos e práticas que colaborassem na formulação de um processo educativo a partir das perspectivas Comunitárias Quilombola do município de Maraú.

Claro que, para isso, foi preciso o engajamento comunitário e exigência junto ao poder público para que realize políticas públicas necessárias. Assim, o Saber Quilombola se tornaria realidade na Escola Municipal Tomé Monteiro localizada no Empata Viagem.

Pois, de acordo com o Parecer do Conselho Nacional de Educação (CNE), regulamentando as alterações feitas na Lei de Diretrizes e Base da Educação Brasileira (LDB) pela Lei 10.639/200:

As políticas de reparações voltadas para a educação dos negros devem oferecer garantias, a essa população, de ingresso, permanência e sucesso na educação escolar, de valorização do patrimônio histórico-cultural afro-brasileiro, de aquisição das competências e dos conhecimentos tidos como indispensáveis para a continuidade nos estudos, de condições para alcançar todos os requisitos tendo em vista a conclusão de cada um dos níveis de ensino, bem como, para atuar como cidadãos responsáveis e participantes, além de desempenharem com qualificação uma profissão (CNE, 2004).

Dessa maneira, o Projeto de Intervenção e Produto Educacional desta dissertação procurou desenvolver duas oficinas inéditas de formação educacional e construção de práticas pedagógicas, bem como de materiais educacionais, junto com a Comunidade Escolar da Escola Municipal Tomé Monteiro, localizada no Empata Viagem.

A primeira oficina foi sobre a Lei 10.639/2003, analisando suas potencialidades e possíveis práticas. A segunda oficina tratou das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola, Resolução n.º 8, de 20 de novembro de 2012.

Com isto, objetivamos desenvolver de forma coletiva a construção de uma proposta pedagógica que serviria de subsídio para os professores durante as aulas.

Um dos resultados foi a realização do I Seminário de Identidade Quilombola, da Escola Municipal Tomé Monteiro, no Empata Viagem.

Assim, espero com esta atuação tenha contribuído com a construção paulofreiriana de um currículo e práticas pedagógicas decoloniais, voltadas para a realidade dos alunos e sua comunidade, na Escola Municipal Tomé Monteiro. Ao mesmo tempo, despertado para a valorização da cultura, construção da cidadania, gosto e o cuidado com o lugar onde vivem e, conseqüentemente, o fortalecimento da identidade quilombola.

## **2 PROJETO DE INTERVENÇÃO**

Na seqüência do percurso apresentado no capítulo anterior, conforme os caminhos propostos pelas orientações e as vivências na Escola Municipal Tomé Monteiro no Empata Viagem, procurei construir coletivamente com aquela Comunidade um Projeto de Intervenção objetivando: a constituição de formações educacionais e materiais pedagógicos para serem utilizados naquela Escola, bem como, em outras unidades educacionais de Maraú. Antes de prosseguir, saliento que daqui por diante utilizarei neste texto a primeira pessoa no plural (nós) porque este Projeto de Intervenção e os Produtos Educacionais foram desenvolvidos coletivamente.

Como anseio inicial das educadoras e alunas/alunos da Escola Municipal Tomé Monteiro surgiu o propósito de realizarmos um levantamento geoespacial, social, econômico, cultural e histórico do Quilombo no contexto de Maraú. Objetivamos organizar informações e ponderarmos sobre os silêncios para construção deste Projeto de Intervenção e de seu Produto Educacional.

Assim, realizamos um levantamento acerca do próprio município de Maraú para obtermos informações e acompanharmos possíveis contradições. Tanto nosso Projeto de Intervenção, que segue neste capítulo, como seu Produto Educacional, foram construídos a partir do diálogo entre os resultados deste levantamento com a Comunidade Quilombola, observando a importância do Empata Viagem para a história local, bem como os vazios e silêncios. Vale novamente destacar, que é também objetivo deste Projeto produzir materiais pedagógicos para as demais escolas do município fora do Empata Viagem.

## 2.1 Maraú: Espaço de Territórios Quilombolas

Pensamos Maraú como um município composto por diferentes territórios que constituem territorialidades coletivas e individuais. Na nossa compreensão, o Remanescente de Quilombo Empata Viagem é um destes territórios socioculturais e historicamente constituídos.

Porém, antes de continuarmos, acreditamos ser importante esclarecermos nossa concepção de território porque fundamentou em grande parte nossas ações na constituição deste Projeto de Intervenção e dos Produtos Educacionais. Vale frisarmos que este conceito foi somado ao de decolonialidade numa proposta pedagógica inspirada nas ideias de Paulo Freire.

Território é uma categoria de análise utilizada pela geografia, antropologia, história e outras áreas do conhecimento. Este conceito serve de base para a criação de instrumentos que objetivem o entendimento da sociedade em suas relações com o espaço. Ele pode ser pensado tendo como base as dimensões ligadas ao poder, posse ou numa dimensão sociocultural. Raffestin (1993, p.144), explica território como o espaço onde se projetou um trabalho e que, conseqüentemente, assinala relações marcadas pelo poder.

Outros autores trabalham com o conceito de território voltado para dimensões sociais e culturais. Neste sentido, ganham destaque as relações de afetividade que o indivíduo tem com o espaço a partir de suas experiências vividas (BOMFIM, 2009, p. 19). Assim, território seria, antes de tudo, resultante de relações culturais e patrimoniais e suas fronteiras remarcadas de acordo com o deslocamento de forças inerentes aos indivíduos e aos grupos (BOMFIM, 2009, p. 21). Torna-se perceptível que os sujeitos criam territórios com base em suas vivências e história, constituindo representações, signos e significados.

Numa definição semelhante, Santos (2007, p.14) conceitua território como o fundamento do trabalho, lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida. Nesta mesma direção, Casé Angatu (Carlos José F. Santos) apresenta território, ou territorialidade, não como somente sendo um espaço físico. Para Angatu (2006 e 2018), territórios/territorialidades resultam das relações sociais, culturais e de memória que os sujeitos constituem ao longo da história. Essas relações individuais e coletivas oferecem significados aos espaços físicos criando territórios/territorialidades.

Reafirmamos que compreendemos o Remanescente de Quilombo Empata Viagem como território, fazendo parte das diferentes territorialidades que constituem Maraú. O próprio município é definido como localizado no Território Litoral Sul da Bahia, nas coordenadas 14° 10' 93,4" S 39° 01' 58,5"W. A sede do município fica distante 1.180 km de Brasília, 428 km de Salvador, 129 km de Itabuna e 100 km de Ilhéus.

A cidade faz fronteira com os municípios de Camamu, Ibirapitanga, Ubaitaba e Itacaré. O acesso à Maraú pode ser feito pela: BR-030 via Ubaitaba, estrada sem pavimentação; BA-001 via Camamu e Itacaré; ou por via marítima.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e da própria Prefeitura Local o município possui:

- Área territorial de 848,885 km<sup>2</sup>
  - População estimada em 20.570 habitantes
  - Densidade demográfica de 23,20 hab/km<sup>2</sup>
  - IDHM - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal de 0,593
- (IBGE, 2020; MARAÚ, 2020)

Acompanha-se que nem uma menção é feita às Comunidades Quilombolas do município. Aliás, ao entrarmos no *site* da Prefeitura local e em outros informativos regionais teremos dificuldade de encontrarmos informações históricas e socioculturais sobre os Remanescentes de Quilombos no passado e no presente.

Além da sede do município, existem dois distritos: Ibiaçu (antes denominado de Barra de Água Branca) e Piabanha. Maraú é constituída ainda por quatorze Povoados, entre eles: Barra Grande, Taipu de Fora, Taipu de Dentro, Saquáira, Campinho, Algodões e Tremembé.

Como destacamos anteriormente, a cidade possui seis Remanescentes de Quilombo: Barro Vermelho, Empata Viagem, Quitungo, São Raimundo, Terra Verde/Minério e a sede do município – Maraú. Reafirmamos que a história e mesmo a presença destes Quilombos são desconhecidas pelos demais moradores do município.

Não existem oficialmente, mapas que representem os territórios quilombolas do município de Maraú/BA. Por esse motivo, o mapa a seguir, foi confeccionado a nosso pedido pelo geógrafo Alan Azevedo, sendo, portanto, um dos nossos produtos

educacionais. Nele, é possível visualizarmos as comunidades quilombolas do município de Maraú/BA.

Figura 2 – Comunidades Remanescentes de Quilombo em Maraú-BA.



Elaboração: Alan Azevedo, 2019.

O município de Maraú tem como domínio morfoclimático os Mares de Morros:

Os domínios morfoclimáticos representam a combinação de um conjunto de elementos da natureza – relevo, clima, vegetação – que se inter-relacionam e interagem, formando uma unidade paisagística. No Brasil, o geógrafo Aziz Ab'Saber foi o responsável por fazer essa classificação. Para ele, o país possui seis grandes domínios morfoclimáticos [...] Domínio dos Mares de Morros: situa-se na zona costeira atlântica brasileira, onde predomina o relevo de mares de morros e alguns chapadões florestados, como também a quase extinta Mata Atlântica (ALMEIDA, 2020).

Como principal bioma Maraú possui a Mata Atlântica rica em beleza e biodiversidade.<sup>4</sup> Acrescenta-se a este quadro natural os vários manguezais aumentando a diversidade da flora e fauna local.

Conforme o mapa a seguir, a somatória do domínio morfoclimático dos mares/morros, ao bioma de Mata Atlântica e manguezais fez com que a cidade possuísse entre suas principais atividades econômicas o turismo formado pela península e por praias preservadas. No entanto, lendo os *sites* das agências de turismo local ou não, bem como o material de divulgação da rede de hospedagem de Maraú, percebe-se novamente o silêncio em relação a presença dos Quilombos locais.

Figura 3 – Mapa com o bioma e o domínio morfoclimático de Maraú.



Elaboração: MARAUBA, 2020.

<sup>4</sup> O bioma pode ser conceituado, de acordo com o IBGE, como “um conjunto de vida vegetal e animal, constituído pelo agrupamento de tipos de vegetação contíguos e que podem ser identificados a nível regional, com condições de geologia e clima semelhantes e que, historicamente, sofreram os mesmos processos de formação da paisagem, resultando em uma diversidade de flora e fauna própria.” Esse termo provém do grego Bio = vida e Oma = grupo ou massa (...)” (SANTOS, 2020).

Para exemplificarmos a forma como é explorada as belezas naturais de Maraú pelo turismo, segue a descrição feita pela *Marauba – Beach House (2020)*, de Maraú, como:

(...) município sede de uma das mais belas e preservadas regiões do Brasil: a Península de Maraú. Situada ao sul da Bahia, na Costa do Dendê, a Península é banhada pela Baía de Camamu de um lado e por 50 km de praias primitivas de outro.

Na mesma direção, como consequência de sua composição ambiental, ao caminharmos pelo município, acompanhamos que seus moradores possuem a pesca e mariscagem como duas de suas atividades econômicas fundamentais. Ao mesmo tempo, pescadores e marisqueiras(os) são agentes de preservação da natureza porque vivem em interação com as águas, mangues e mata.

Na maioria dos casos, essas atividades são realizadas de forma tradicional sem destruição do ambiente natural. Porém, mesmo sendo fundamentais para a preservação ambiental, mais uma vez, destacamos que pessoas como estas são pouco ou quase nada apresentados como importantes para a economia e riqueza sociocultural local.

Ainda economicamente, destaca-se a área agrícola, formada pela mata cabruca, onde se cultiva cacau, mandioca, banana e hortaliças. Vale conceituar este tipo de atividade porque é feita de forma sustentável em relação à natureza, possibilitando a Maraú preservar seu bioma e domínio morfoclimático.

De acordo com Marc Nuscheler da Cooperativa de Produtores Orgânicos do Sul da Bahia:

“Cabruca” é um sistema agroflorestal tradicional da região, o qual maneja culturas à sombra das árvores nativas da Mata Atlântica. A missão da cooperativa é a preservação desta mata através do incentivo no aumento da área de produção do cacau Cabruca (ORGÂNICO, 2020; CABRUCA, 2020).

Quanto a formação histórica de Maraú vale salientar que está ligada à história da Bahia. A cidade possui trajetória parecida a muitos lugares desta região onde iniciou-se o processo de colonização europeia. Em seu processo de constituição o município teve (ainda tem) a forte presença dos Povos Originários e Negros. Entretanto, importa salientar que raros são os estudos acerca destas Populações.

Em se tratando da População Indígena, é mais do que provável, habitava a região antes do processo de colonização europeia. Entre as poucas citações existentes acerca dos Povos Originários aparece uma versão apresentada no livro de Freire e Guanais (2008) - *Maraú Luz do Sol ao Amanhecer* – publicada pelo site da prefeitura, onde afirmam que:

A origem do município foi uma aldeia de índios denominada “Mayrahú”, (cujo significado na língua é: “Luz do Sol ao Amanhecer” descoberta em 1705 pelo Frades Capuchinhos italianos). A tribo indígena existente chamava-se “Mayra”. Não se sabe a época do seu desaparecimento e nem que ramo pertencia.

Percebe-se que são breves as informações acerca dos primeiros moradores da região. Assim como ganha destaque no texto acima a ideia de desaparecimento da População Originária. Aliás, este apagamento da presença dos Povos Indígenas antes da colonização e mesmo durante o processo de formação da sociedade brasileira é algo comum em quase todo o país, conforme analisam Ayra Tupinambá e Casé Angatu no capítulo *Tupinambá Protagonismos Indígenas* do livro *Índios no Brasil: Vida, Cultura e Morte* (TUPINAMBÁ; ANGATU, 2019a).

Segundo os autores, em outro texto denominado *Decolonialidades Indígenas*, de certa forma, a tentativa de invisibilizar a participação indígena é proposital porque relaciona-se com a histórica busca dos que estão à frente do poder econômico e político em impedir o direito originário à terra ao longo da história brasileira:

(...) são mais de cinco séculos de violações de nossos direitos originários. Essa transgressão é um dos traços marcantes das relações entre o estado e as elites brasileiras com as populações originárias. Sentimos que nossos corpos, rituais, cosmologias e formas de viver são, natural e espontaneamente, opostos aos interesses dos donos do poder econômico e político que negam nosso direito ao Território e nossa autonomia enquanto Povos. Para isso, tentam há mais de 500 anos apagar e silenciar nossa presença na história, sociedade, identidade e memória do que se chama de Brasil – para muitos de nós, Pindorama (TUPINAMBÁ; ANGATU, 2019b, p. 234).

Não obstante, em Maraú e na região a presença indígena não ficou somente no passado. Numa análise da toponímia do município e das cidades em seu entorno é perceptível a presença dos Povos Originários. Conforme analisamos no capítulo anterior o próprio nome da cidade é de origem tupy, assim como: Ibiaçu, Piabanha, Taipu, Saquáira, Tremembé entre outros.

Do mesmo modo, os municípios que fazem fronteira com a cidade possuem denominações na língua tupy: Camamu, Ibirapitanga, Ubaitaba e Itacaré. Uma outra dimensão desta presença originária ainda presente transparece ao andarmos pela cidade e percebemos a forma de conversar, alimentar, trabalhar, construir a morada, pescar, mariscar, a roça cabruca e as relações das pessoas com a natureza.

A história política e administrativa da formação da cidade reforça o ideário de desaparecimento dos Indígenas e o apagamento da População Negra. Conforme o historiador Dias (2007) em sua tese *Economia, Sociedade e Paisagens da Capitania e Comarca de Ilhéus no Período Colonial*, Maraú inicialmente fez parte da Capitania Hereditária de São Jorge dos Ilhéus, doada a Jorge de Figueredo Correa, fidalgo da Casa Real.

Segundo o autor, os primeiros “registros oficiais” desse lugar datam do início do Século XVIII, quando a presença dos colonizadores ocupando o território indígena fez com que os nativos não permanecessem no local:

Maraú foi fundada como aldeia pelos capuchinhos, em 1705, mas, em 1718, se tornaria uma freguesia, tal o papel de núcleo urbano que exercia sobre a população branca. Quando se tornou vila, em 1758, ao que tudo indica, não havia mais índios ali. Foram, provavelmente, absorvidos na então aldeia de Nossa Senhora das Candeias, que em 1759 se tornaria a vila de Nova Barcelos (DIAS, 2007, p. 338).

Seguindo em sua análise, Dias descreve que os indígenas se espalharam pela região, ao longo dos sete braços do rio:

[...] tem 7 braços grandes, além de alguns pequenos: os grandes se denominam Caulú, Caybro, e Trimembeca, Sacoira, Prategy, Aldeia Velha, Taypús; e nestes braços estão a maior parte, e distantes uns dos outros moradores alguns uma légua, e outros de meia para baixo distam, e na situação, e lugar da Matriz tem 26 fogos, e as pessoas de comunhão, que tem toda a freguesia são 1130. (DIAS, 2007, p. 332).

No entanto, reforçamos que esta é mais uma das páginas da história e memória local que ainda precisa ser aprofundada. Por exemplo indagamos: mesmo se espalhando pela região os indígenas desapareceram?

Será que não ocorreram relações de interatividades, circularidades, resistências e (re)existências socioculturais (TUPINAMBÁ; ANGATU, 2019a e 2019b)? Do mesmo modo, não é possível que tenham ocorrido relações de

interatividade com a População Negra e que estão presentes nos próprios Quilombos de Maraú?

Estas são indagações que não visam respostas definitivas, mas inquietações que se fizeram presentes neste Projeto de Intervenção e em seu Produto Educacional.

Em 1758, “São Sebastião de Mayrahú” é elevada a condição de “Vila de Mayraú”, para na sequência ficar definitivamente com a nomenclatura de Maraú. No dia 30 de março de 1938, pelo Decreto Lei Nº 10.724, Maraú é elevada à categoria de cidade.

Santos (2011), analisando os estudos de Dias citado acima, afirma que a presença do negro no local ocorreu com a exploração de sua mão-de-obra ainda no início no século XVIII. Um período quando o principal alimento produzido era a farinha de mandioca, escoada através do Porto de Camamu:

O histórico da exploração da mão de obra (...) tem início no século XVIII, no contexto em que o baixo sul baiano, região marcada por escravos e engenhos, abarcava Cairu, Boipeba e Camamu, e que, junto com os aldeamentos indígenas vizinhos, tinham um papel bem definido de produtores de alimentos destes, além de fornecedores de utensílios e madeiras, mas o principal produto era sem dúvida a farinha de mandioca. O porto de Camamu era a referência para o escoamento da produção das populações das freguesias de Camamu e Maraú (...) Maraú seguia economicamente o fluxo econômico das outras vilas, na dinâmica de local de chegada de escravos e saída de farinha e aguardente, tendo o porto de Camamu como referência (SANTOS, 2011, p. 4)

Na nossa compreensão é possível que as características indígenas se somaram a forte presença sociocultural negra em Maraú. Porém, da mesma forma como ocorre com a presença indígena, aqui também existe um grande vazio de estudos para analisar a importância dessa presença negra na formação histórica e da memória da cidade.

Um exemplo nesta direção é o desconhecimento que muitos moradores possuem sobre a existência de Remanescentes de Quilombo no município. Vale frisar que esta presença não se resumiu à escravidão e atualmente também se manifesta nas ruas da Vila de Maraú através das manifestações de religiosidade em comemoração à Nossa Senhora do Rosário e São Benedito.

Em Maraú são preservadas também manifestações expressas por dança e tambores, tais como: a caipora, o cucumbi e o mandu. A caipora, também conhecida

como curupira, é representada com uma pessoa vestida em um lençol colorido que carrega na cabeça uma abóbora ou um mamão com uma vela acesa dentro.

Todos os anos, no dia 21 de janeiro, um dia após a festa de São Sebastião - padroeiro da cidade, a caipora desfila pelas ruas de Maraú ao som da Filarmônica Lira da Conceição. O desfile é acompanhado por marauenses e turistas. Freire e Guanais (2008, p.244), retratam a caipora marauense da seguinte maneira:

Caipora ente fantástico, que segundo as regiões ora é representado como uma mulher unípede que anda aos santos, ora como um caboclinho encantado, ora como um homem colossal montado em um porco do mato, ora como é representado em Maraú, uma criança de cabeça enorme, feita com abóbora, iluminada com uma vela. O desfile é animado pela filarmônica e acompanhado pela população.

Angatu e Tupinambá (2019b) analisam que a caipora também faz parte das lendas indígenas. Isto indica que ocorreu na história de Maraú um encontro entre a cultura indígena e negra.

O cucumbi em Maraú é formado por um grupo de pessoas que pintam o corpo de preto, vestem roupas brancas e dançam ao som de músicas e instrumentos essencialmente africanos. Já o mandu é um festejo apresentado na semana que antecede o carnaval. As pessoas se fantasiam com cestos, um pau de madeira de um braço ao outro, cobrem o corpo com tecidos coloridos e saem desfilando pelas ruas da cidade.

Novamente de acordo com Freire e Guanais:

Mandu é apresentado na semana que antecede ao carnaval. O nome significa “pessoa sem juízo”. Os jovens fantasiam-se com balaies e panos coloridos, formando figuras disformes e desfilam pela cidade, tocando um instrumento feito com casulo de molusco (FREIRE; GUANAIS, 2008, p.244).

Uma das intenções deste Projeto de Intervenção foi fortalecer e divulgar estas manifestações. assim, acreditamos que um dos caminhos é o fortalecimento da Escola Municipal Tomé Monteiro no Remanescente de Quilombo Empata Viagem. Com isto, estamos valorizando o Povo Negro que resiste, persiste e (re)existe nas matas cabucas do município, em suas águas e mangues como forma de não se sujeitar à submissão, exploração e violência do sistema.

## 2.2 Empata Viagem: Território Quilombola em Maraú-BA

Este Projeto de Intervenção e seu Produto Educacional acredita que ancestralmente o Remanescente de Quilombo Empata Viagem surgiu num contexto histórico de utilização do trabalho escravo, da luta pela liberdade e de manifestações socioculturais. Ou seja, a história da Comunidade Empata Viagem tem uma longa duração e profundas raízes desde o século XVIII, passando pelo século XIX e XX, até a atualidade.

Na nossa leitura, essa é uma história cujas narrativas dos moradores do Empata Viagem pode contar – um dos objetivos deste Projeto que não acaba nele porque é também de longo prazo. Quando falamos em longo prazo é porque a intenção é continuar desenvolvendo os objetivos aqui apresentados junto com aquela Comunidade, mesmo ao término de nosso Curso de Mestrado no PPGER-UFSP-CJA. Claro que isto só poderá ocorrer com aceitação e participação da Comunidade e, especialmente, da Comunidade Escolar da Escola Municipal Tomé Monteiro.

Assim como a cidade de Maraú, aquele Quilombo está inserido numa região de Mata Atlântica. No caso particular do Empata Viagem, numa região de difícil acesso no Território Litoral Sul da Bahia, distante aproximadamente 52 Km da sede municipal.

O Remanescente é formado por mais de 250 famílias que vivem através da prática da agricultura familiar. Cultivam diversos produtos tropicais que são utilizados tanto para o sustento das próprias famílias como para serem vendidos nas feiras livres da região e no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).<sup>5</sup>

Na nossa compreensão, ouvindo a opinião dos demais habitantes do município, o Remanescente Empata Viagem é o Quilombo mais organizado social, econômica e politicamente do município. Possui uma Associação de Agricultores fundada em 11 de agosto de 2002 e a primeira Escola Quilombola municipal fundada

---

<sup>5</sup> “O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), criado pelo art. 19 da Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003, possui duas finalidades básicas: promover o acesso à alimentação e incentivar a agricultura familiar. Para o alcance desses dois objetivos, o programa compra alimentos produzidos pela agricultura familiar, com dispensa de licitação, e os destina às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional e àquelas atendidas pela rede socioassistencial, pelos equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional e pela rede pública e filantrópica de ensino.” (BRASIL, 2020)

em 2017 para alunas e alunos que cursam o Ensino Fundamental I e Ensino Fundamental II.

Os quilombolas fazem parte das chamadas minorias que, no Brasil, historicamente, foram e ainda são em muitos casos oprimidos e têm seus direitos negados. Porém, na atualidade, ao ferir os direitos Quilombolas atinge-se mesmo a *Constituição Federal Brasileira* de 1988 que afirma no *Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias*:

Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras, é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes títulos respectivos (BRASIL, 1988).

Já o Decreto nº. 4.887, de 20 de novembro de 2003, regulamentou o procedimento para identificação, reconhecimento, titulação das terras ocupadas por Remanescentes das Comunidades dos Quilombos que tratou o Art. 68 citado acima. Na nossa análise, entre os procedimentos ganha destaque os critérios de auto atribuição e autodefinição como Comunidade Quilombola.

Salientamos estes dois aspectos porque fortalecem o protagonismo a autodeterminação das Comunidades Quilombolas. Diz alguns dos Artigos do Decreto nº. 4.887:

(...) *Art. 2º* Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida.

§ 1º Para os fins deste Decreto, a caracterização dos remanescentes das comunidades dos quilombos será atestada mediante autodefinição da própria comunidade.

§ 2º São terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos as utilizadas para a garantia de sua reprodução física, social, econômica e cultural.

§ 3º Para a medição e demarcação das terras, serão levados em consideração critérios de territorialidade indicados pelos remanescentes das comunidades dos quilombos, sendo facultado à comunidade interessada apresentar as peças técnicas para a instrução procedimental.

*Art. 3º* Compete ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, por meio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, a identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades dos

quilombos, sem prejuízo da competência concorrente dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (BRASIL, 2003).

Percebe-se, assim, que após a Constituição de 1988, como fruto da luta do Povo Negro e Quilombola, especialmente nos anos 2000 foram criadas políticas públicas voltadas para a valorização da história, memória e cultura dessas Comunidades Negras e de Quilombos, tais como: o Decreto nº. 4.887/2003 acima citado; a criação da Lei 10.639/2003 que incluiu no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena; e a Resolução nº 8, de 20 de novembro de 2012, oferecendo Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola.

Realçamos que estes avanços foram resultantes da luta do Povo Negro e Quilombola como expressa a pesquisadora Neris (2018) e a Deputada Benedita da Silva na matéria abaixo publicada pelo *Portal Geledés*:

“1988 é um ano importante para o movimento negro, porque é o ano do centenário da abolição. Era o momento em que o Estado brasileiro e a mídia tinham muito uma perspectiva de comemorar e celebrar a abolição, e esse movimento dizia: ‘não, não há nada que se comemorar, a desigualdade continua’”, explica Neris (...) Para Benedita da Silva, a participação de negros e negras foi fundamental na formulação do documento que regeria um novo Brasil, agora sob uma democracia. “A verdade é que a consciência negra brasileira foi importante para que nós tivéssemos tido realmente uma Constituição que não dependia pura e simplesmente da vontade do poder executivo, e sim transformar isso em programas e políticas sociais”, diz a deputada (GELEDÉS, 2019).

Portanto, repetimos: os avanços conquistados resultaram de luta do Povo Negro e Quilombola que sempre tiveram os seus direitos preteridos. Claro que muito ainda precisa avançar, ainda mais no atual contexto (2020) onde direitos são retirados. Na mesma matéria do *Portal Geledés* acima citada, Maria Luiza Junior, militante do movimento negro desde os anos de 1970 e uma das coordenadoras em 1986 da Convenção Nacional “O Negro e a Constituinte”, salienta:

Três décadas após toda a mobilização, a avaliação feita por Maria Luiza Júnior é que as altas taxas de encarceramento e de assassinato de negras e negros, bem como a desigualdade econômica, revelam graves falhas de um documento que pretendia salvaguardar todo e qualquer cidadão (GELEDÉS, 2019).

O Remanescente de Quilombo Empata Viagem, mesmo considerando as adversidades conforme assinala Maria Luiza Júnior, no contexto de lutas do Povo Negro foi uma das Comunidades do Estado da Bahia reconhecidas como Quilombola. A Bahia é o estado brasileiro com maior número de Comunidades Remanescentes de Quilombo (CRQs). De acordo com a Portaria Nº 36/2020, publicada no DOU de 21/02/2020, são 811 comunidades certificadas no estado.

A Comunidade Quilombola Empata Viagem faz parte dessas Comunidades certificadas pela Fundação Cultural Palmares. Esse reconhecimento se deu graças à luta da Associação dos Agricultores do Empata Viagem que, segundo seus associados, ao buscar financiamento agrícola, foi informada que a Comunidade do Empata Viagem poderia ser Remanescente de Quilombo. Começou então, a busca pelo reconhecimento concretizada em 01 de março de 2004 e publicada em 20 de janeiro de 2006 (Diário Oficial da União). Como pode ser observado na Tabela 1 abaixo do D.O.U de 2020.

Tabela 1 – Comunidades Remanescentes de Quilombo (CRQs) em Maraú-BA.

UF	MUNICÍPIO	CÓD. MUNICÍPIO	COMUNIDADE	ID QUILOMBOLA	PROCESSO FCP	DATA D.O.U. FCP
BA	MARAÚ	2920700	BARRO VERMELHO	1.806	01420.002556/200-66	13/12/2006
BA	MARAÚ	2920700	EMPATA VIAGEM	1.807	01420.002599/2005-51	20/01/2006
BA	MARAÚ	2920700	MARAÚ	619	01420.000137/2006-80	12/05/2006
BA	MARAÚ	2920700	QUITUNGO	621	01420.003458/2006-36	13/03/2007
BA	MARAÚ	2920700	SÃO RAIMUNDO	2.254	01420.002950/2005-11	12/05/2006
BA	MARAÚ	2920700	TERRA VERDE/MINERIO	622	01420.002955/2005-36	12/05/2006

Fonte: PALMARES, 2020.

No entanto, após avanços sociais no Brasil resultantes das lutas dos movimentos sociais, incluindo do Movimento Negro, novamente procura-se retirar direitos e silenciar os que foram historicamente oprimidos. Um exemplo é a oficialização de terras quilombolas passou a ser realizada pelo Ministério da

Agricultura, fazendo com que os quilombolas e indígenas dependam dos ruralistas durante processo de certificação de suas terras.

Sobre essa questão, o Instituto Socioambiental (2019) menciona uma fala de Denildo Rodrigues de Moraes, membro da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais (CONAQ), que atesta:

A sinalização é de enterrar o processo de titulação dos territórios quilombolas, diminuir o status do Incra, um órgão estratégico não só para a titulação, mas também para a governança fundiária do país. Isso vai permitir que os fazendeiros possam mandar e desmandar no processo de ocupação e grilagem (ISA, 2019).

Percebe-se que as Comunidades Quilombolas vivem na atualidade mais um momento conturbado de incertezas e direitos negados. Tenta-se subjugar-las, colocando as mesmas como subalternas como bem discute Spivak em seu livro *Pode o Subalterno Falar?* (2010).

Na nossa compreensão Spivak apresenta sujeitos subalternos como aqueles provenientes das chamadas:

(...) classes mais baixas da sociedade constituídas pelo modo específico de exclusão dos mercados, da representação política e legal e da possibilidade de se tornarem membros plenos no estrato social dominante” (SPIVAK, 2010, p. 12).

Esta situação de negação de direitos vem piorando desde o governo de Michel Temer e se aprofundou na “gestão” do atual presidente Jair Bolsonaro. De acordo com o jornalista Thiago Resende em artigo para a emissora alemã *Deutsche Welle*:

No governo de Jair Bolsonaro, o reconhecimento de comunidades quilombolas caiu ao menor patamar da história. No ano passado [2019], foram emitidas 70 certificações, o número mais baixo desde 2004, quando foram estabelecidas as regras atuais de certificação. (...) Em 2020, até fevereiro, foram apenas cinco, o que representa um ritmo ainda menor. Sem essa declaração, os territórios que remontam ao período colonial e que serviram de refúgio para negros escravizados ficam fora de políticas públicas voltadas para quilombolas e tendem a se tornar alvo de conflitos. (...) Quilombolas são alvos recorrentes de Bolsonaro. Há registros de declarações quando ele ainda era deputado federal, quando estava em pré-campanha presidencial e quando já eleito. "Fui num quilombo. O afrodescendente mais leve lá pesava sete arrobas. Não fazem nada! Eu acho que nem para procriador ele serve mais. Mais de R\$ 1 bilhão por ano é gasto com eles", disse Bolsonaro, em 2017. Ele chegou a

ser processado por racismo devido à fala, mas foi absolvido (RESENDE, 2020).

Acompanha-se que as Comunidades Quilombolas, após avanços em seus direitos, além de historicamente subalternizadas, sofrem na atualidade racismo estrutural. Ou seja, após uma luta de séculos para ter direitos reconhecidos, como regularização fundiária, estes são novamente questionados e revistos.

Existem mesmo aqueles que negam o próprio racismo estrutural como é caso do atual presidente da Fundação Palmares: Sérgio Camargo. Responsável pelos direitos dos Povos Negros, emissão de títulos de terras para as Comunidades Quilombolas, mesmo sendo negro, Camargo diz:

Em uma da série de declarações polêmicas, o atual presidente do órgão [Fundação Palmares], o jornalista Sérgio Camargo, afirmou que a escravidão no Brasil foi "benéfica para os descendentes". Num áudio vazado, ele chamou o movimento negro de "escória maldita" e xingou Zumbi dos Palmares, líder quilombola que dá nome à Fundação. Nesta terça-feira (23/06;2020), Camargo escreveu em sua conta no Twitter: "Acredito em duendes e no coelhinho da Páscoa, mas não acredito em 'racismo estrutural'. Nosso racismo é circunstancial!" (RESENDE, 2020).

Porém, repetimos que ao atacar os Direitos Quilombolas o atual governo fere a Constituição Federal Brasileira de 1988 em seu Artigo 68 e o Decreto nº. 4.887, de 20 de novembro de 2003, regulamentando procedimentos para identificação, reconhecimento, titulação das terras quilombolas. Por isto pensamos que mais uma vez é necessário fortalecer o protagonismo a autodeterminação das camadas populares e, no caso desta pesquisa, da Comunidade Quilombola Empata Viagem.

Por isso, nosso Projeto de Intervenção partiu deste contexto passado e presente para construirmos o Produto Educacional apresentado a seguir. Em outras palavras, este Projeto de Intervenção e seu Produto Educacional têm também como propósito, além de potencializar a Escola Municipal Tomé Monteiro no Empata Viagem como Quilombola, fortalecer a luta por direito das Comunidades Quilombolas, ainda mais na atual conjuntura de ataques ao que foi conquistado.

Partimos do princípio enunciado por Spivak que é necessário combater a subalternidade, criando meios para que os sujeitos excluídos do mercado e de direitos falem e sejam ouvidos. Assim, estamos militando como educadoras/educadores na

direção da necessidade de fazer ouvir as vozes daqueles que foram silenciados e para que tenham os seus direitos garantidos.

Nesse sentido a abordagem de Spivak é importante para que não se cometa o erro de falar pelos quilombolas, mas permitir que eles falem e sejam ouvidos. Este Projeto de Intervenção e seu Produto Educacional caminhou na direção de auxiliar na construção de uma Escola efetivamente Quilombola no Empata Viagem, construída pela comunidade a partir dos seus anseios e necessidades.

### **3 PRODUTOS EDUCACIONAIS**

Antes de continuarmos, salientamos que os Produtos Educacionais que seguem resultaram dos relatos orais dos moradores do Quilombo Empata Viagem e das oficinas que realizamos junto com a Comunidade Escolar da Escola Municipal Tomé Monteiro. Assim, ao realizarmos nosso Projeto de Intervenção exposto no capítulo anterior e que resultou nos Produtos Educacionais, somamos as ideias advindas da decolonialidade e ao socioconstrutivismo paulofreiriano.

Vale destacar, que nosso objetivo inicial era construirmos como Produto Educacional junto com aquela Comunidade uma Proposta Pedagógica Quilombola para a Escola Municipal Tomé Monteiro. Porém, após os relatos que seguem, outros Produtos Educacionais surgiram e foram divididos aqui em duas partes que interagem.

A primeira parte é composta por tópicos e conteúdos que, insistimos, brotaram das falas de alguns moradores do Quilombo Empata Viagem, da Comunidade da Escola Municipal Tomé Monteiro e do levantamento que fizemos junto a legislação sobre a Educação Escolar Quilombola. Nossa intenção primeira foi iniciar a construção de materiais pedagógicos específicos para aquela Escola e começar a realização de formações voltadas à Educação Escolar Quilombola. Estas duas ações que resultaram em alguns dos nossos Produtos Educacionais, como veremos na sequência, partiram das reivindicações da Comunidade Escolar da Escola Tomé Monteiro.

Ao seguirmos as direções oferecidas pela Comunidade acreditamos que construímos um guia de estudos pedagógico para formação dos educadores e da Comunidade. Ao mesmo tempo, começamos a construção de materiais didáticos e pedagógicos para utilização durante as aulas, partindo de algumas das narrativas dos

moradores locais contando certas histórias do Empata Viagem e da própria Escola Tomé Monteiro a partir de seus sujeitos.

A segunda parte dos nossos Produtos Educacionais foram as Oficinas e Seminário que realizamos junto aquela Comunidade Escolar. Com elas, visamos a formação coletiva da Comunidade Escolar para atuar numa Escola Quilombola e especificamente numa Escola Quilombola no Empata Viagem.

Ressaltamos que os resultados destas atividades são Produtos Educacionais porque, a ideia, é tornar o que foi produzido e relatado em materiais para serem utilizados na formação continuada das educadoras da Escola Municipal Tomé Monteiro e durante as aulas. Ainda não foi possível a produção impressa por causa da pandemia do coronavírus, mas assim que retornarem as aulas, nosso compromisso (da autora desta dissertação e da Comunidade Escolar) é viabilizar a utilização didática do que exporemos a seguir.

### **3.1 As Falas, Memórias e Anseios da Comunidade Empata Viagem**

#### *3.1.1 A Sabedoria dos Anciões Narrando as Origens do Empata Viagem*

Para conhecer a história do Remanescente de Quilombo Empata Viagem buscou-se praticar o que Spivak propõe: ouvi pessoas a quem o sistema fez subalternos. E as primeiras a serem ouvidas foram aquelas que a Comunidade considera como líderes. Foram indicadas então as pessoas mais antigas do Remanescente e as que administram alguma organização na Comunidade.

O primeiro líder a ser ouvido foi o Sr. Ireño Monteiro do Nascimento de 82 anos. Voz firme e orgulhoso das histórias que conta sobre a sua Comunidade, Sr. Ireño nos disse do anseio de que essas histórias não sejam esquecidas com o tempo. Nascido e criado no Remanescente de Quilombo Empata Viagem, lugar onde os seus pais também nasceram, Sr. Ireño Monteiro do Nascimento nos contou um pouco do muito que sabe.

Figura 4 – Sr. Ireno Monteiro: morador mais antigo do remanescente de Quilombo Empata Viagem, Maraú-BA.



Fonte: Autoria própria, 2019.

Sr. Ireno Monteiro trabalhou a vida inteira como agricultor, hoje possui uma deficiência visual e está aposentado. Além da aposentadoria, a família do Sr. Ireno vive da renda do cultivo da mandioca e do cacau. Ele afirma que os seus avós e bisavós foram escravos e relata:

Segundo meus avós, esse negócio de ser escravo era um negócio meio difíci porque tinha uns sinhô bons, tinha outros ruim. Então naquele tempo tinha os sinhô é... o sinhô dos escravos... tinha deles que os escravos trabalhava inté amarrado. Outros cumia mal cumido, vestia mau vistido e a vida era assim.... (Sr. Ireno Monteiro)

Importante observar que segundo Sr. Ireno, os seus avós consideravam que tinham senhores de escravos “bons”. Aqui vale ponderar, com os estudantes da Escola, ao lermos a fala do Sr. Ireno, sobre: o quanto as injustiças sociais e raciais são cruéis em sistemas como a escravidão por negar condições básicas de vida, fazendo com que o mínimo conseguido pareça resultante da “bondade” do opressor. É possível refletir ainda, comparando com a atualidade, quando direitos são vistos como generosidades e não conquistas.

Sr. Ireno relatou também que os seus pais, mesmo não sendo escravos, tiveram uma vida muito difícil.

A vida dos meus pais era plantar mandioca, fazer farinha, de vez em quando, ir na vila vender. Fazia aquela ferazinha...já sabe como é... Quando a ferinha acabava era passar fome. Cumer foia de taioba, daquele que nasce na roça... cariru. A minha mãe plantava mangalô, fava, feijão de corda. E era uma vida dificilmente dificutosa (Sr. Ireño Monteiro).

Esta fala do ancião permite ponderarmos que o fim da escravidão não gerou justiça social. A renda principal dos moradores do Empata Viagem continua ainda hoje sendo proveniente da agricultura como na época dos pais do Sr. Ireño. Vale refletir, que o problema não está no trabalho com a terra, mas na desvalorização econômica neste tipo de agricultura familiar fundamental para prover os moradores da cidade de alimentos saudáveis.

Porém, conforme diz os moradores do Quilombo e o próprio Sr. Ireño, hoje as dificuldades são menores devido a Associação de Agricultores do Remanescente de Quilombo Empata Viagem. Através de projetos a Associação fomentou muitos benefícios para a comunidade como é caso do no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) descrito no capítulo anterior.

Por ser um dos moradores mais antigos do Empata Viagem, Sr. Ireño é a memória viva da comunidade. Visto que, existem poucos registros escritos que abordam a história desse Remanescente. E apesar da idade avançada, Sr. Ireño lembra muitos detalhes do início da comunidade:

Rapaz é o seguinte: quando eu me entendi por gente aqui nesse Empata Viagem, já tinha morado gente e já tinha abandonado, né. Meu pai morava sitiado a 500 metros, 1000 metros daqui, mais ou menos. Aí eu me entendi por gente e aqui num morava ninguém, aí eu cheguei e fiz uma casa aqui... Era um lugar com pocos morador (Sr. Ireño Monteiro).

De acordo com o relato de Sr. Ireño, o nome Empata Viagem não foi dado à comunidade no tempo dele. Desde quando ele “se entende por gente” o Remanescente recebe esse nome. Ele diz que foi “tomando entendimento das coisas” e como sempre foi um “menino curioso” perguntou aos seus pais porque aquele lugar se chamava Empata Viagem, daí eles responderam:

Ah... é porque naquele tempo, uns cento e tantos anos atrás, então a mercadoria de Barra do Rocha, Piaú (Ipiaú), Ubatã que naquele tempo

era Dois irmão, Cachoeira do Pau, que é Ibirapitanga, vinha de Salvador por barco ali pra Tremembé, oia. Ali era porto de Embarque e desembarque. A mercadoria que tinha dessa região aqui de cima desses lugar que eu tô dizendo, ia pra Salvador e descia aqui de animal, oia, chamava de tropa. Uma tropa é dez burros. Então descia aqueles burros carregado. E não era só uma tropa. Era várias. E aí apareceu um homi e botou uma budegá, ali onde é Preto, do outro lado. Ali no vizinho. Já sabe....lugar que rola cachaça....Era um tropero daqui, outro dali e aí naquele vai e vem chegou um tropero e foi tomar uma. Daqui a pouco desceu outro e foi rodar a tropa. Daqui a pouco chegou outro e ele disse: Êh, fulano! Roda a tropa e vem tomar uma. Aí o outro rodou a tropa e foi tomar uma. Daqui a pouco lá vem outro. E aí ele chegou e disse: Êh, rapaz, você sabe, eu não vou mais pra Tremembé hoje, não. Eu vou dormir aqui, amanhã descarrego a tropa e vorto pra aqui de novo. Pra dormir aqui. Aí o outro vai e diz: Isso aqui é o Empata Viagem. E esse nome ficou até hoje. Meus pais passou pra mim, meus avós e eu continuo .... Até o nome aqui da minha propriedade é Fazenda Empata Viagem (Sr. Ireno Monteiro).

Percebe-se, pelo relato de Sr. Ireno, que o nome atribuído à Comunidade Empata Viagem foi dado pelos tropeiros, que paravam na “budega” (bar) pra beber e ficavam “empatados” de seguir viagem. Esta narrativa de Sr. Ireno mexe com a imaginação e por esta razão, entre tantas, é uma das mais fundamentais para a construção de um material pedagógico escolar.

Sr. Ireno relata que na comunidade existiam parteiras, rezadeiras e rezadores. Na sua família tinha rezador que rezava as pessoas para curar das doenças como derrame. Ele afirma que antigamente quando alguém tinha essa doença vinha o rezador.

A sua avó, veia Fordina, era parteira. Segundo o ancião, hoje na comunidade não existe mais parteira e nem rezador. Talvez isto ocorra porque muitos moradores professam a fé católica ou protestante. Por exemplo, Sr. Ireno é Adventista do 7º dia. A comunidade também não tem muitas festas culturais tradicionais. Porém, Sr. Ireno diz que quando era criança a festa que ele mais gostava era São João.

Sr. Ireno diz que não sabia o que era Quilombo, mas gostou de saber. Para ele “Quilombo significa os escravos e a escravidão”. Era o “lugar que os escravos se reuniam”. E ele diz que o “Empata Viagem foi um Quilombo porque era um lugar onde os escravos se reuniam”. Ele afirma que se considera um Quilombola por causa dos seus avós que eram escravos.

Reafirmamos que estas narrativas de Sr. Ireno, além de outras tantas, seriam as bases inaugurais do material pedagógico que pretendemos fazer. Assim, também

faríamos valer o desejo de Sr. Ireno de que essas histórias não sejam esquecidas com o tempo.

### *3.1.2 Associação do Quilombo Empata Viagem: Caminhos para o reconhecimento da Identidade Quilombola*

De acordo com os depoimentos que recolhemos, até o início do ano de 2004 a Comunidade do Empata Viagem não tinha conhecimento de que poderia ser reconhecida como Remanescente de Quilombo. Como muitos brasileiros, quilombolas ou não, as pessoas daquela Comunidade desconheciam o que era um Remanescente de Quilombo e, conseqüentemente, não se reconheciam como Quilombolas, apesar de ter um passado e um presente marcado por características do Povo Quilombola.

Lembramos aqui do pensamento de Fanon (1968 e 2008) de como a dominação colonial e, neste caso, escravocrata impôs a condição de apagamento da memória da opressão. Entendemos que um dos aspectos mais profundos da militância deste pensador é fortalecer a percepção dos mecanismos seculares da dominação imposta pelos opressores que tentam camuflar sua opressão. Porém, novamente destacamos que isto é fruto de uma construção coletiva, bem como a busca por decolonizar as vivências, sendo a escola um dos caminhos mais fundamentais.

Isto é, os moradores do Empata Viagem lutaram secularmente contra a opressão, resistiram aos desmandos, mantiveram a agricultura familiar na roça com poucos recursos e numa labuta diária num lugar de difícil acesso. Os que lá moram são resistentes por permanecerem em seu lugar de vivência e pertencimento, mesmo diante de tantas dificuldades. Moreira e Hespanhol (2008, p.58) nos ajudam a compreender este contexto quando sinalizam:

As relações de vizinhança e o sentimento de pertencimento ao lugar refletem o apego e a identidade ao lugar. A terra constitui-se o aspecto primordial da relação entre os indivíduos e o lugar, pois é o principal meio de trabalho e sobrevivência da família.

Assim, como uma forma de unir forças, lutar e continuar resistindo é que nasce em 11 de agosto de 2002 a Associação do Empata Viagem. Quem conta a trajetória

da associação é um dos líderes da comunidade: Sr. José Conceição Nascimento. Ele é ex-presidente da Associação e atual vice-presidente.

Sr. José nasceu na Comunidade Empata Viagem através de parteira, porém no seu documento consta que ele nasceu em Ilhéus, como ele mesmo conta:

Nasci na comunidade do Empata Viagem, de parteira. Naquela época era parteira. Porém, na minha certidão de nascimento por questão de.... eu não sei até dizer porquê é.... que tinha um cartório em Ibiaçu e meu pai tinha viagem pra Ilhéus aí como se pode.... podia registrar em qualquer lugar aí me registrou em Ilhéus. Aí diz lá no meu documento que eu sou natural de Ilhéus, mas eu sou nascido e criado na comunidade do Empata Viagem (Sr. José Conceição Nascimento).

Inicialmente essa Associação era denominada de Associação de Trabalhadores Rurais da Comunidade do Empata Viagem. Porém, a documentação não estava organizada e esse fato impedia a aprovação de alguns projetos. Com a finalidade de organizar a documentação foi criada outra Associação denominada de Associação de Moradores e Amigos da Comunidade Empata Viagem e Circunvizinhos.

Após o primeiro mandato do primeiro presidente, no ano de 2004 a Associação foi informada pelo então Agente de Desenvolvimento do Banco do Nordeste, Sr. Nivaldo, que a Comunidade do Empata Viagem era Remanescente de Quilombo. Essa informação fez com que a Associação mudasse novamente de nome passando a ser denominada de Associação do Quilombo do Empata Viagem. Como relata o Sr. José Conceição Nascimento:

Quem deu essa informação foi Nivaldo, agente de desenvolvimento do Banco do Nordeste. Que tando ni um seminário em Brasília.... foi em Fortaleza e lá foi citado sobre as Comunidades Quilombolas do Brasil e quando ele viu lá tava Empata Viagem, aí ele disse: “mas vocês sabem informar se o povo do Empata Viagem, lá no município de Maraú, sabe que eles são quilombolas?” Eles disseram: “não sei informar, eu sei que são.” Aí ele disse: “porque eu conheço essa Comunidade”. Aí o gerente ... o presidente geral do Banco do Nordeste falou que era pra ele localizar.... como ele já conhecia pessoas dessa Comunidade era pra ele sentar com essa comunidade e tá explicando que era.... é.... quem eles poderiam procurar pra poder resolver umas questões de documento ou é.... certificado de Comunidade Quilombola aí ele veio e nos orientou e falou toda essa demanda pra a gente. E aí a gente foi como ia ser uma mudança de diretoria, né, aproveitamos em cima dessa demanda da gente de.... dessa mudança da diretoria nós mudamos o nome da Associação (Sr. José Conceição Nascimento).

Percebe-se, portanto, que a Associação teve um papel fundamental no processo de reconhecimento da Comunidade do Empata Viagem em Remanescente de Quilombo. Essa importância não se limita apenas ao reconhecimento, visto que, a Associação é responsável por muitos projetos realizados na Comunidade.

Atualmente, a Associação possui sede própria e 104 famílias associadas que elege a cada dois anos, através do voto, o presidente e vice-presidente da entidade. As reuniões são realizadas todo segundo domingo de cada mês. Algumas famílias têm o lote documentado e outras ainda precisam documentar. O tamanho da área de cada família é variável: tem pessoas com 30 hectares, 10 hectares e até com menos de 1 hectare.

A Associação é responsável por fomentar inúmeros benefícios para a Comunidade como:

- Agroindústria que irá fabricar polpa e será implantada pelo Programa Estadual Bahia Produtiva;
- Projeto de Abastecimento de Água para Comunidade que está tramitando na Companhia de Engenharia Hídrica e de Saneamento da Bahia (CERB);
- Primeira Escola Quilombola do município de Maraú, implantada em 12 de março de 2017;
- Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA).

Seguem algumas fotos das atividades da Associação e da Comunidade ligada a agricultura familiar.

Figura 5 – Hortaliças cultivadas no Remanescente de Quilombo Empata Viagem (Projeto PAA).



Fonte: Autoria própria, 2019.

Figura 6 – Agricultoras e agricultores do Remanescente de Quilombo Empata Viagem durante a entrega de produtos do PAA.



Fonte: Autoria própria, 2019.

Figura 7 – Agricultoras e agricultores do Remanescente de Quilombo Empata Viagem.



Fonte: Autoria própria, 2019.

O Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA), conforme explicamos no segundo capítulo deste trabalho, foi criado pelo Ministério da Cidadania através do art. 19 da Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003. Este programa, conforme os moradores daquela Comunidade, foi um dos que mais beneficiou os produtores de comunidade do Empata Viagem.

Os produtos cultivados na Comunidade do Empata Viagem são: mandioca, cacau, seringa, cupuaçu, banana da terra, banana da prata, acerola, graviola, goiaba, abacate e hortaliças. De acordo com os moradores locais, normalmente esses produtos são mais vendidos mesmo no PAA e, também, para o consumo próprio. Esse programa beneficiou muito as famílias do município e os agricultores da Associação como afirma o Sr. José Conceição Nascimento:

O PAA é mais do que importante para a comunidade porque a gente não perde mais os nossos produtos. Porque.... por questão de mercado, falta de mercado aí hoje tamos vendendo por causa do PAA. Se não tivesse o PAA não taria vendendo (Sr. José Conceição Nascimento).

Programas como esses são importantes para essas Comunidades que têm como meio de vivência a agricultura familiar, onde o trabalho é realizado em contato direto com a natureza. Os Quilombolas têm uma relação muito significativa com a terra de afetividade e construção identitária com o lugar onde se vive para além do trabalho. Como afirma Alves em sua dissertação de mestrado em geografia na UNESP de Presidente Prudente:

A terra é considerada a base material da existência da família, seja pela fixação desta no lugar, seja pela possibilidade de sua reprodução social advinda da comercialização de algum produto e pelo autoconsumo, pela liberdade de não ter patrão, de não ser assalariado (ALVES, 2004, p. 209).

Através da implementação desse tipo de programa é possível que esses sujeitos permaneçam no seu lugar de origem, preservando a cultura, crença, ancestralidade, memória e a história. Do mesmo modo, permite que as futuras gerações da Comunidade criem identidade do Ser Quilombola. Como Antônio Olavo mostra em seu *Documentário: Quilombos da Bahia* (2004): para os quilombolas: “a terra é o seu território, é um bem natural da vida e constitui como um fator primordial de sobrevivência” (OLAVO, 2004).

Essa relação dos Quilombolas do Empata Viagem com a terra é realizada através do trabalho na agricultura que, com a criação da Associação de Agricultores da Comunidade Quilombola, fortaleceu a união entre a Comunidade e a prática da agricultura familiar. O Empata Viagem é assim um lugar de luta, resistência, (re)existência e manutenção da vida do Povo Negro.

### 3.1.3 *A Escola Municipal Tomé Monteiro*

A Escola Municipal Tomé Monteiro pode ser considerada como um dos elementos fundamentais para a construção da identidade Quilombola do Empata Viagem, Maraú-Bahia. A implementação de uma escola naquela Comunidade Quilombola sempre foi um anseio dos moradores do Empata Viagem desde o reconhecimento como Quilombola.

Antes, os alunos cursavam o Ensino Fundamental I numa escola precária fisicamente. De acordo com a Comunidade, as turmas eram multisseriadas, a construção do conhecimento se dava de maneira inconsistente e os elementos da identidade Quilombola não eram abordados.

O Ensino Fundamental II e Médio eram cursados no distrito de Ibiaçu, na Escola Municipal Antônio Viana Filho e no Colégio Estadual Clemente Mariani, respectivamente localizadas a 01 hora do Remanescente. O acesso até o distrito de Ibiaçu é difícil, pois, as estradas são precárias. Quando chove a situação piora e muitas vezes os alunos ficavam sem frequentar a escola.

A construção de uma nova escola ocorreu através da luta da Comunidade juntamente com a Associação dos Agricultores do Empata Viagem ao buscarem junto aos órgãos municipal e estadual transformar esse anseio em realidade. Depois de muita luta a Escola Municipal Tomé Monteiro foi finalmente inaugurada no dia 12 de março de 2017. A Escola Municipal Tomé Monteiro, no Empata Viagem é a primeira Escola Quilombola implantada no município de Maraú. Foi construída pela Prefeitura Municipal de Maraú com recursos do governo Federal. Ela recebeu esse nome de Tomé Monteiro, por ser uma solicitação do Sr. Ireneo Monteiro, que doou o terreno para construção da escola e, como vimos anteriormente, é um dos moradores mais antigos do Remanescente de Quilombo Empata Viagem. Conforme Sr. Ireneo, seu pai, Tomé Monteiro, foi um dos fundadores do Remanescente.

Figura 8 – Escola Municipal Tomé Monteiro no Empata Viagem – Maraú/BA.



Fonte: Ubaitaba Urgente, 2017.

A escola possui 07 salas amplas e arejadas, 01 cozinha, 02 banheiros, 01 sala da direção, 01 sala de coordenação e 01 cozinha. Aquela unidade escolar atende 293 alunos nos turnos matutino e vespertino, destes, 124 são do Ensino Fundamental II.

A gestora da Escola, Maria Aparecida Souza Barbosa (Lia), informou que a escola necessita também de uma quadra, uma biblioteca e um refeitório que não foram contemplados no projeto de construção. A escola também conta com 01 porteiro, 04 serventes, 05 funcionárias de serviços gerais, 03 secretárias, 02 coordenadoras e 01 diretora. Os funcionários são todos moradores da Comunidade, exceto a Coordenadora do Ensino Fundamental II.

O corpo docente é formado por 08 Professoras contratadas da Comunidade que lecionam no Ensino Fundamental I. O Ensino Fundamental II é composto por 09 Professoras e 01 Coordenadora Pedagógica. Todas possuem nível superior, porém, apenas duas Professoras são da Comunidade e as demais moram em outras localidades.

A Tabela 2 a seguir demonstra a formação, tempo de docência na escola Municipal Tomé Monteiro, conhecimento sobre a Comunidade, Educação Escolar Quilombola e Prática Pedagógica. Estas informações foram/são fundamentais para a constituição deste Produto Educacional e de futuras ações.

Tabela 2 – Perfil das professoras da Escola Municipal Tomé Monteiro, do Remanescente de quilombo Empata Viagem, Maraú-BA (continua).

Professora	Formação	Disciplina que leciona na escola	Quanto tempo leciona na escola	Qualificação Docente	Conhece a história da comunidade	Conhecimento em educação Quilombola	Prática pedagógica
1	Estudante de Graduação (Geografia)	História	2 anos	Nunca participou de nenhum evento sobre a temática quilombola.	S	S	Considera que as culturas africanas e afro-brasileiras e a identidade desses povos podem ser levadas em consideração desde que sejam ofertados cursos de capacitação aos docentes.
2	Pedagogia	Coordenadora	4 meses	Nunca participou de nenhum evento sobre a temática quilombola.	Conhecendo	S	Considera que as culturas africanas e afro-brasileiras e a identidade desses povos podem ser levadas em consideração desde que sejam introduzidas disciplinas específicas no currículo.
3	Licenciatura em Geografia e Pedagogia	Geografia e Educação Ambiental	3 anos	Participou apenas do Grupo Kawu que abordou a temática quilombola.	S	S	Considera que as culturas africanas e afro-brasileiras e a identidade desses povos podem ser levadas em consideração desde que os currículos sejam reformulados.

Tabela 2 – Perfil das professoras da Escola Municipal Tomé Monteiro, do Remanescente de quilombo Empata Viagem, Maraú-BA (continuação).

Professora	Formação	Disciplina que leciona na escola	Quanto tempo leciona na escola	Qualificação Docente	Conhece a história da comunidade	Conhecimento em educação Quilombola	Prática pedagógica
4	Licenciatura em Geografia	Matemática e Ciências	3 anos	Nunca participou de nenhum evento sobre a temática quilombola.	N	S	Considera que as culturas africanas e afro-brasileiras e a identidade desses povos podem ser levadas em consideração por meio da interdisciplinaridade.
5	Geografia, Pedagogia e Matemática	Matemática	-	Nunca participou de nenhum evento sobre a temática quilombola.	Conhecendo	S	Considera que as culturas africanas e afro-brasileiras e a identidade desses povos podem ser levadas em consideração desde que seja criada a disciplina sobre cultura africana.
6	Letras	Inglês e Português	2 anos e 6 meses	Nunca participou de nenhum evento sobre a temática quilombola.	N	N	Considera que as culturas africanas e afro-brasileiras e a identidade desses povos podem ser levadas em consideração desde que haja uma reunião com a comunidade escolar, procurando entender as culturas e história do local.

Tabela 2 – Perfil das professoras da Escola Municipal Tomé Monteiro, do Remanescente de quilombo Empata Viagem, Maraú-BA (continuação).

Professora	Formação	Disciplina que leciona na escola	Quanto tempo leciona na escola	Qualificação Docente	Conhece a história da comunidade	Conhecimento em educação Quilombola	Prática pedagógica
7	Letras	Português e Educação Ambiental	3 anos	Nunca participou de nenhum evento sobre a temática quilombola.	Conhecendo	S	Considera que as culturas africanas e afro-brasileiras e a identidade desses povos podem ser levadas em consideração.
8	Educação Física	Educação Física, Artes e Religião	2 anos	Nunca participou de nenhum evento sobre a temática quilombola.	S	S	Considera que as culturas africanas e afro-brasileiras e a identidade desses povos podem ser levadas em consideração.
9	Pedagogia e Cursando Educação Física	Ciências, Artes e Educação Ambiental	12 anos	Participou de palestras, seminários internacionais, Conac e Quilombos das Américas que abordaram esta temática.	S	S	Não considera que as culturas africanas e afro-brasileiras e a identidade desses povos podem ser levadas em consideração.
10	Pedagogia e Cursando Letras	Português	7 anos	Nunca participou de nenhum evento sobre a temática quilombola.	S	S	Considera que as culturas africanas e afro-brasileiras e a identidade desses povos podem ser levadas em consideração através da inclusão no conteúdo da disciplina.

Tabela 2 – Perfil das professoras da Escola Municipal Tomé Monteiro, do Remanescente de quilombo Empata Viagem, Maraú-BA (continuação).

Professora	Formação	Disciplina que leciona na escola	Quanto tempo leciona na escola	Qualificação Docente	Conhece a história da comunidade	Conhecimento em educação Quilombola	Prática pedagógica
11	Pedagogia	5º Ano do Fundamental I	6 meses	Nunca participou de nenhum evento sobre a temática quilombola.	S	S	Considera que as culturas africanas e afro-brasileiras e a identidade desses povos podem ser levadas em consideração desde que haja uma reunião com a comunidade escolar, procurando entender a história do local.
12	Pedagogia	-	7 anos	Nunca participou de nenhum evento sobre a temática quilombola.	S	S	Considera que as culturas africanas e afro-brasileiras e a identidade desses povos podem ser levadas em consideração através da história, costumes, crenças e a cultura da comunidade.
13	Pedagogia	1º Ano do Ensino Fundamental	5 anos	Nunca participou de nenhum evento sobre a temática quilombola.	S	S	Considera que as culturas africanas e afro-brasileiras e a identidade desses povos podem ser levadas em consideração desde que seja incluída a história cultural e vivências.

Tabela 2 – Perfil das professoras da Escola Municipal Tomé Monteiro, do Remanescente de quilombo Empata Viagem, Maraú-BA (continuação).

Professora	Formação	Disciplina que leciona na escola	Quanto tempo leciona na escola	Qualificação Docente	Conhece a história da comunidade	Conhecimento em educação Quilombola	Prática pedagógica
14	Pedagogia	Educação Infantil	-	Nunca participou de nenhum evento sobre a temática quilombola.	-	S	Considera que as culturas africanas e afro-brasileiras e a identidade desses povos podem ser levadas em consideração através da inclusão no conteúdo da disciplina.
15	Graduanda	Atendente no fundamental I	1 ano e 6 meses	Participou apenas de uma palestra que abordou a temática quilombola.	Por partes	S	Considera que as culturas africanas e afro-brasileiras e a identidade desses povos podem ser levadas em consideração.
16	Cursando Letras	5º Ano do Fundamental I	-	Nunca participou de nenhum evento sobre a temática quilombola.	S	S	Considera que as culturas africanas e afro-brasileiras e a identidade desses povos podem ser levadas em consideração.

Tabela 2 – Perfil das professoras da Escola Municipal Tomé Monteiro, do Remanescente de quilombo Empata Viagem, Maraú-BA (conclusão).

Professora	Formação	Disciplina que leciona na escola	Quanto tempo leciona na escola	Qualificação Docente	Conhece a história da comunidade	Conhecimento em educação Quilombola	Prática pedagógica
17	Cursando Pedagogia	-	-	Nunca participou de nenhum evento sobre a temática quilombola.	S	S	Considera que as culturas africanas e afro-brasileiras e a identidade desses povos podem ser levadas em consideração mostrando o modo de vida e a cultura desses povos.
18	Cursando História	2º Ano do Fundamental I	4 anos	Nunca participou de nenhum evento sobre a temática quilombola.	S	S	Considera que as culturas africanas e afro-brasileiras e a identidade desses povos podem ser levadas em consideração buscando os nossos direitos que estão nas leis e que nos ampara.

\*Não= N; Sim= S

Fonte: Pesquisa de Campo Remanescente de quilombo Empata Viagem, Maraú-BA, 2019

Elaboração: REHEM; PINHEIRO, 2020.

É interessante observar que das dezoito Professoras da Escola, apenas três já participaram de alguma qualificação docente com a temática quilombola. Isto evidencia a necessidade de cursos de qualificação sobre Educação Escolar Quilombola para o corpo docente da escola.

Além disso, as professoras consideram importante que as culturas africanas, afro-brasileiras e a identidade dos Povos Quilombolas sejam abordadas na escola. Não obstante, ressaltam que seria necessário “algum tipo de interferência no processo pedagógico da escola”.

A Gestora da Escola é Maria Aparecida Souza Barbosa (Lia), nascida e criada no Remanescente de Quilombo Empata Viagem, estudou o Ensino Fundamental I lá mesmo, o Ensino Fundamental II e Ensino Médio no distrito de Ibiaçu. Conforme já analisamos, o Remanescente não tinha essas modalidades de ensino. Graduou-se “com muito sacrifício” em Licenciatura em Pedagogia e pós-graduação em gestão Educacional e educação do campo.

Maria Aparecida – Lia, se considera Quilombola e relata que:

(...) para mudar a história de séculos de sofrimento e negação de direitos do Povo Quilombola, é preciso lutar e reivindicar. E uma das maneiras é através da Educação (Maria Aparecida – Lia).

A Gestora Maria Aparecida – Lia afirma que,

(...)infelizmente, o planejamento das aulas da Escola Municipal Tomé Monteiro não está alinhado com a Lei 10.639/2003 e nem com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola [DCNEEQ de 20 de novembro de 2012] devido os professores não terem conhecimento sobre as mesmas (Maria Aparecida – Lia).

Ainda de acordo com Maria Aparecida – Lia, a Jornada Pedagógica realizada pela Secretaria de Educação do Município de Maraú também pouco ajuda porque não acontece em consonância com a Lei 10.639/2003 e com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola (BRASIL, 20 de novembro de 2012). Ela informa ainda que “o único seminário ofertado pela Secretaria de Educação do município foi sobre identidade e cultura” (Maria Aparecida – Lia).

Evidencia-se o pouco compromisso que o município demonstra com a Educação Escolar Quilombola. Maria Aparecida afirma também que:

o fato de os profissionais da educação, em sua maioria, não ser da comunidade, é a principal dificuldade em fazer acontecer na escola a Educação Escolar Quilombola (Maria Aparecida – Lia).

Essas evidências estão na contramão do que preconiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola (BRASIL, 2012) onde afirma que, de acordo com o documento final da Conferência Nacional de Educação (CONAE), realizada em 2010:

(...) a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão:  
(...) assegurar que a atividade docente nas escolas quilombolas seja exercida preferencialmente por professores/as oriundos/as das comunidades quilombolas (CONAE, 2010, p.131-132).

A Comunidade do Remanescente de Quilombo Empata Viagem não possui professores com licenciatura específica para lecionar na Escola Municipal Tomé Monteiro, sendo necessária a contratação de professores que não são da comunidade. Sobre isso, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola (BRASIL, 2012) recomenda que seja feito “um levantamento em todo território brasileiro, por todas as instâncias governamentais, de dados de perfil, condições de trabalho e a formação de professores em atuação na Educação Escolar Quilombola” (BRASIL, 2012).

Desta maneira, poderão ser oferecidas de modo coordenado e articulado a “oferta, em formação de magistério, em nível médio, para os docentes que ainda” não terminaram a Educação Básica e trabalham em escolas quilombolas. Da mesma forma, “a formação em nível superior”, destinada aos educadores que terminaram o Ensino Médio e não têm Licenciatura (BRASIL, 2012).

Na nossa leitura falta as autoridades locais compreenderem que a Escola Municipal Tomé Monteiro é uma escola pública municipal dentro de um Território Quilombola: o Empata Viagem. Sobre essa constatação a gestora Maria Aparecida – Lia afirma:

Para a nossa escola ter uma Educação Quilombola é necessário colocar uma disciplina específica voltada para esse tema. Que se trabalhe de forma diária na escola ... e profissionais preparados para trabalhar essa realidade dentro da escola (Maria Aparecida – Lia).

A gestora da escola demonstra interesse em fazer da escola um lugar que preserve a cultura e a memória dos Quilombolas do Empata Viagem. Assim, percebemos que Maria Aparecida – Lia pensa aquela Escola como um lugar de

vivências e memórias que guarda histórias, cultura e os costumes dos ancestrais daquele Quilombo. Portanto, um lugar importante para essa preservação.

Deste modo, é necessário que sejam realizadas várias ações articuladas entre a escola, a comunidade e o poder público para que o ensino seja, efetivamente, de uma Educação Escolar Quilombola.

A Coordenadora do Ensino Fundamental II é Katarina Lona dos Santos, formada em pedagogia, trabalha na escola desde março de 2019 como contratada. Ela não é moradora da Comunidade e afirma que não tem conhecimento do que é um Remanescente de Quilombo nem dos documentos que norteiam a Educação Escolar Quilombola.

Katarina Lona dos Santos diz que está conhecendo agora a história da Comunidade e enxerga a relação com os moradores locais como sendo de “adaptação e conhecimento”. Ela afirma que:

(...) a escola possui Projeto Político Pedagógico, mas que não está alinhado com a Lei 10.639/2003 e nem com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola de 2012 (Katarina Lona dos Santos).

A coordenadora Katarina diz também, “que os livros didáticos não estão de acordo com os documentos que norteiam a Educação Escolar Quilombola”. A Coordenadora salienta que:

(...) para o ensino ser efetivamente quilombola é necessário que o currículo da escola seja reformulado de acordo com os documentos que norteiam a educação quilombola e que os profissionais da escola participem de formações com essa temática (Katarina Lona dos Santos).

Percebe-se que o ensino da Escola Municipal Tomé Monteiro é um ensino de uma escola regular porque não prioriza os conhecimentos que norteiam a Educação Escolar Quilombola tais como: territorialidade, memória coletiva/individual, práticas culturais, racialidade. Assim, é possível afirmar que os conhecimentos ancestrais, tão importantes para os Quilombolas, não estão presentes na formação curricular daquela Escola.

Ponderamos que uma escola que não prioriza os conhecimentos da Comunidade onde está inserida impossibilita aos alunos terem uma formação integral que valorize os aspectos físicos, psíquicos, motores, sociais e afetivos do seu lugar de vivência como assinala a Lei 9.394 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB, 1996).

Por isto, conforme os diálogos que estabelecemos para construir este Produto Educacional, realizamos atividades de formação que serão narradas adiante. Bem como a própria construção deste guia de estudos pedagógicos para formação dos educadores e da Comunidade, bem como, um material didático-pedagógico para utilização durante as aulas na Escola Municipal Tomé Monteiro.

Acreditamos que, se faz necessário que em uma Escola Quilombola todos os aspectos de formação do sujeito sejam considerados. Ao mesmo tempo que os conhecimentos construídos por sua Comunidade façam parte do currículo da escola, possibilitando que o aluno seja um cidadão consciente da sua história e da sua cultura, construindo, assim, a sua identidade.

#### *3.1.4 Dialogando com as Professoras e Construindo Oficinas de Formação*

Após visitas à escola Tomé Monteiro e diálogos com a sua equipe gestora foram realizadas algumas entrevistas com as professoras entre os meses de maio e junho de 2019. A primeira entrevista realizou-se com a educadora que tem mais tempo lecionando na escola: a Professora Nelmara de Jesus Rodrigues Nascimento, de 34 anos, nascida em Ubatã, mas morando no Empata Viagem desde a adolescência. É formada em pedagogia com 12 anos de atuação no magistério.

A Escola Tomé Monteiro foi o primeiro trabalho da Professora Nelmara quando começou a trabalhar como auxiliar na Educação Infantil. Atualmente ela é professora titular da turma de Educação Infantil. Ela relata que gosta de trabalhar com o lúdico, músicas e brincadeiras. A Educadora afirma que “a sua relação com a Comunidade é muito boa, de muitas amizades e troca de contribuição”. Ao ser questionada sobre a Educação Quilombola, a Lei 10.639/2003 e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola (BRASIL, 2012), a Professora declara:

Já ouvi falar sobre a Educação Quilombola, mas não conheço totalmente. Sei que existe, mas não sei como funciona. Infelizmente os nossos planejamentos não estão alinhados com a Lei 10.639/2003,

nem com as diretrizes. Sempre é feito com uma ou outra coisa, mas não totalmente.... (Nelmara de Jesus Rodrigues Nascimento)

Aqui salientamos que ao ouvirmos falas como da Professora Nelmara acreditamos que a falta de informação é decorrente de falhas existentes nos cursos de formação de professoras/professores. Acrescenta-se a isto a falta de formação continuada que deveria ser fornecida pelos governos em seus três níveis: municipal, estadual e federal.

Lembro que inicialmente nossa Proposta de Intervenção e seu Produto Educacional era a construção de uma Proposta Pedagógica quilombola para aquela Escola Quilombola. Porém, após as entrevistas com as responsáveis pela gestão, coordenação e ouvindo as educadoras da Escola Tomé Monteiro percebemos a necessidade de realizarmos oficinas que tratassem da temática Educação Escolar Quilombola.

A primeira oficina que realizamos com as professoras foi no dia 20 de julho de 2019 num sábado letivo. Estavam presentes a equipe gestora da escola, exceto a coordenadora do Ensino Fundamental II, o pessoal da secretaria e as professoras do Ensino Fundamental I e II, com exceção da professora de geografia que estava em um curso.

Figura 9 – Professoras e Equipe Gestora da Escola Municipal Tomé Monteiro durante realização da primeira oficina sobre Educação Quilombola, em 20/07/2019.



Fonte: A autoria própria, 2019.

O objetivo dessa oficina foi conhecer a Educação Escolar Quilombola, a Lei 10.639/2003 e as Diretrizes Curriculares para a Educação Escolar Quilombola (BRASIL, 2012). Inicialmente foi realizada uma roda de conversa onde as professoras relataram o que entendem sobre quilombo. Para isto, foi lançada a pergunta: O que é Remanescente de Quilombo? Como vocês definem Quilombo?

Algumas professoras não souberam responder. Porém, a maioria delas associaram o termo o Quilombo à “fuga, lugar de negros fugidos, esconderijo”. Na nossa compreensão descrever Quilombo somente a partir destas palavras assinala como muito da visão eurocêntrica e branca ainda predomina ao longo dos anos pelo sistema educacional brasileiro e, porque não dizer, da sociedade brasileira.

Vale destacar que quando estas palavras são utilizadas como as únicas definições desses territórios negros, reproduz a forma como eram tratados pelos os que o combatiam. Essa definição corrobora com a Legislação Colonial e Imperial onde Quilombo era definido a partir de características relativas ao banditismo, criminalidade, fuga e esconderijo.

O Regimento da Câmara de São Paulo, de 1733, define quilombo como *“ajuntamento de mais de quatro escravos vindos em matos para viver neles e fazerem roubos e cometerem atrocidades”* (SANTOS, 2011, p.10).

Acompanha-se que nessa definição o termo Quilombo refere-se a criminoso evidenciando-se a intenção de desqualificar homens e mulheres negras que procuravam a liberdade. Para valorizar a identidade quilombola é fundamental que essa visão seja desmistificada.

Em 1994, a Associação Brasileira de Antropologia (ABA), em documento resultante da reunião do Grupo de Trabalho sobre Comunidades Negras Rurais, divulgou a seguinte definição: (...) Da mesma forma nem sempre foram constituídos a partir de movimentos insurrecionais ou rebelados, mas, sobretudo, consistem em grupos que desenvolveram práticas de resistência na manutenção e reprodução de seus modos de vida característicos num determinado lugar (KAZMIERCZAK, 2008, p.05).<sup>6</sup>

---

<sup>6</sup> Sobre as definições de Quilombo indicamos a leitura de: KAZMIERCZAK, 2008; FIABANI, 2005; LEITE, 2008; MOURA, 1972, 1986, 1993; MUNANGA, 2008; OLIVEIRA, 2001; REIS, 1996

Como forma de reconhecer a importância do Quilombola na luta por seus direitos e valorização sociocultural do Povo Negro, foi abordada na oficina a definição de Quilombo de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola (BRASIL, 2012, p.04), que afirma:

Art. 3º Entende-se por quilombos:

I - os grupos étnico-raciais definidos por autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica

II - Comunidades rurais e urbanas que:

a) lutam historicamente pelo direito à terra e ao território o qual diz respeito não somente à propriedade da terra, mas a todos os elementos que fazem parte de seus usos, costumes e tradições;

b) possuem os recursos ambientais necessários à sua manutenção

III - comunidades rurais e urbanas que compartilham trajetórias comuns, possuem laços de pertencimento, tradição cultural de valorização dos antepassados calcada numa história identitária comum, entre outros.

As professoras demonstraram surpresa com as definições de Quilombo abordadas acima. Este desconhecimento decorre de não conhecerem as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola (BRASIL, 2012). Conforme escrevemos, claro que também decorre de falhas na formação como educadoras e na falta de formação continuada qualificada e diferenciada que deveria ser possibilidade pelos governos.

As educadoras disseram também que “nunca tinham abordado o assunto Quilombo em sala de aula” e “consideravam o conceito muito importante”, desconstruindo definições eurocêntricas.

Observa-se que a visão das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola (BRASIL, 2012) sobre Quilombo reconhece o negro como sujeito da sua história, com cultura e identidade própria. Ou seja, como um pilar importante na construção da sociedade brasileira através de suas tradições, saberes e fazeres. Assim, Quilombo é um importante conceito que precisa ser trabalhado com alunos e alunas da Comunidade pois está intrinsecamente ligado à identidade quilombola e a autovalorização.

Continuando a oficina, foi abordada a Lei 10.639/2003 que assegurou o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas e ressaltou a importância da

cultura negra na formação da sociedade brasileira. A lei foi lida e discutida com os professores que participaram ativamente desse momento.

Em seguida, foi reapresentada as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola (BRASIL, 2012) e os seus principais objetivos. Isto realizou-se em forma de diálogo sobre a importância dessas diretrizes para a Escola Quilombola.

Durante a apresentação das Diretrizes um dos assuntos que as professoras afirmaram ter mais dificuldade era “abordar nas aulas as religiões de matrizes africanas”. Segundo as educadoras, isto acontece “porque muitos alunos eram filhos de pais evangélicos”.

As professoras disseram que na Comunidade tinham moradores que “seguiam a tradição de oferecer caruru no mês de setembro, mas com a chegada da religião protestante na Comunidade essa tradição acabou”. Essa revelação assinala para uma possível perda de um dos traços culturais da Comunidade e alerta a necessidade de uma educação decolonial e intercultural na Escola Municipal Tomé Monteiro. Quem sabe, através do fazer pedagógico, as tradições Quilombolas sejam mantidas na Comunidade Remanescente de Quilombo Empata Viagem.

Para encerrar a Oficina, apresentou-se algumas indicações referenciais para as professoras utilizarem como fonte de pesquisa na montagem de suas aulas: a cor da cultura, Coleção História Geral da África disponibilizada em PDF na *internet* pela UNESCO (UNESCO, 2019), Documentário Quilombos da Bahia de Antonio Olavo (2004), Livro: Bahia, Brasil: espaço, ambiente e cultura, e o livro Brasil Afro-brasileiro: Cultura, história e memória.

A segunda e última oficina foi realizada no dia 27 de julho de 2019. Estiveram presentes quinze professoras do Ensino Fundamental I e II da Escola Municipal Tomé Monteiro. Essa oficina teve como objetivo conhecer mais profundamente as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Escolar Quilombola (BRASIL, 2012). Esta demanda surgiu das educadoras no sentido de considerar as diretrizes para que sejam aplicadas nas práticas pedagógicas das professoras da Escola Municipal Tomé Monteiro.

Inicialmente foi realizada uma Roda de Conversa com recortes do Capítulo I, do Artigo 35 das Diretrizes. Esse artigo foi escolhido para dinamizar a conversa por tratar especificamente do currículo das escolas da Educação Escolar Quilombola. Os parágrafos do artigo foram sorteados entre as educadoras que, em círculo, liam e

comentavam os conteúdos do parágrafo, fazendo relação com o currículo da escola e a prática em sala de aula.

Durante a Roda de Conversa as professoras constataram que “o currículo da escola não estava alinhado às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola (BRASIL, 2012). Como consequência “as práticas” em sala de aula também não tinha esta direção.

Após a Roda de Conversa todas assistiram o vídeo com a Professora Dra. Nilma Lino Gomes, professora da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, que aborda de maneira muito didática as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola (BRASIL, 2012). O tema da palestra foi: “Caminhos para a Construção de uma Educação Escolar Diferenciada que os Quilombolas querem ter”. Nesta palestra, ela também explica a regulamentação da educação escolar quilombola e reafirma a necessidade de colocar em prática políticas que visam correções de desigualdades étnico raciais no Brasil.

Após o vídeo e a fala da Profa. Nilma Lino Gomes, as professoras falaram da importância de estarem conhecendo as diretrizes e a importância da mesma para as escolas quilombolas.

Em seguida foi realizada uma dinâmica que teve o objetivo de verificar o significado atribuído pelas professoras ao Remanescente de Quilombo Empata Viagem. Foram distribuídos papéis em branco onde as educadoras deveriam escrever o que consideram como “ponto forte” do Empata Viagem que deve ser valorizado e abordado nas aulas. Das dezessete professoras presentes duas escreveram que consideram a cultura e a grande maioria apontou para a agricultura familiar.

Desta maneira, estas duas oficinas formam nosso Produto Educacional. Estes encontros com as educadoras, além de servirem de formação, levantaram questões sobre a educação diferenciada quilombola em seus sentidos mais abrangentes e em relação às particularidades do Empata Viagem. Serviram ainda para assinalar possíveis caminhos para a prática pedagógica cotidiana na Escola Municipal Tomé Monteiro e na constituição de materiais didáticos diferenciados.

### 3.1.5 *Dialogando com os alunos*

Partimos do sentido paulofreiriano de que a educação tem sentido profundos quando parte do contexto sociocultural e histórico das/dos estudantes envolvidos.

Nesta direção, procura fortalecer a identidade do sujeito onde o mesmo compreenda o seu papel no mundo e no lugar de vivência, dando sentido ao fazer pedagógico.

Insistimos que essa educação deve ser feita dialogando com os sujeitos envolvidos. Paulo Freire assinala este caminho quando afirma:

Numa visão libertadora, não mais “bancária” da educação, o seu conteúdo programático já não involucra finalidades a serem impostas ao povo, mas, pelo contrário, porque parte e nasce dele, em diálogo com os educadores, reflete seus anseios e esperanças. Daí a investigação da temática como ponto de partida do processo educativo, como ponto de partida de sua dialogicidade (FREIRE, 1987, p. 65).

Visando o envolvimento de todas e todos, como Freire aponta, nesse processo de construção de uma Educação Escolar Quilombola na Escola Municipal Tomé Monteiro, buscamos compreender a percepção que as alunas e alunos têm sobre o Empata Viagem. Em outras palavras, do seu lugar de vivências socioculturais historicamente constituídas.

Para isto, realizamos entrevistas com as/os estudantes que foram realizadas na escola. A procura e a construção de uma proposta pedagógica que tenha como foco os seus anseios e necessidades.

A Tabela 3 apresenta o tempo de moradia no Quilombo das/dos estudantes entrevistadas/os.

Tabela 3 – Distribuição das/dos estudantes ouvidos na pesquisa por tempo de moradia no Empata Viagem.

Tempo de Moradia	1 ano	3 anos	8 anos	9 anos	13 anos	15 anos	18 anos	19 anos	20 anos	23 anos	32 anos	Não mora
Nº de Alunos	01	01	01	01	01	02	04	01	01	01	01	01

Fonte: Pesquisa de Campo Remanescente de Quilombo Empata Viagem, Maraú-BA, 2019.

Para Tuan, (1983) o lugar não é toda e qualquer localidade, mas um dado espaço que possui uma significância afetiva e de apreço pela pessoa, no qual ela vive e se relaciona com as demais. Surge daí o termo topofilia como o elo afetivo entre a

pessoa e o lugar ou ambiente físico e topofobia que é o sentimento de repulsa ou de medo pelo lugar.

O estudo do significado que um determinado grupo social atribui à sua realidade vivida deve fundamentar-se em um corpo teórico-metodológico baseado nos conceitos de território e lugar. Pois, é nessas porções de espaço que os sujeitos vivem, pensam, agem e atribuem valores de acordo com a percepção positiva (topofilia) ou negativa (topofobia). Os estudos relacionados ao espaço de vivência dos sujeitos podem servir de base para que a escola trabalhe a realidade vivida pelos educandos. Dessa maneira, além do educando desenvolver a capacidade de análise, irá compreender sua importância como sujeito histórico na construção do seu lugar de vivência, tornando-se protagonista do processo ensino-aprendizagem.

Como definem os Parâmetros Curriculares Nacionais: “a aprendizagem será significativa quando a referência do conteúdo estiver presente no cotidiano da sala de aula e quando se considerar o conhecimento que o aluno traz consigo, a partir de sua vivência” (PCN, 2008, p. 51). Assim, será possível realizar ações educativas visando um maior conhecimento do espaço de vivência das alunas e dos alunos com a participação de todos.

Figura 10 – Alunas e Alunos da Escola Municipal Tomé Monteiro durante aplicação do questionário, em 20/08/2019.



Fonte: Autoria própria, 2019.

Os critérios para a seleção dos sujeitos da pesquisa foram decididos em conjunto com as educadoras: faixa etária - “possuírem mais de 15 anos devido à maturidade; “que falassem o que realmente pensavam e sentiam em relação ao Remanescente de Quilombo Empata Viagem”. Porém, mesmo assim vale destacar que alguns ficaram envergonhados e não quiseram participar.

Tabela 4 – Distribuição das/dos estudantes ouvidos na pesquisa por faixa etária e sexo

Faixa etária (anos)	Sexo (Números absolutos)		Total/faixa etária (números absolutos)
	Masculino	Feminino	
15 anos	02	02	04
18 anos	04	01	05
19 anos	02	-	02
20 anos	02	-	02
23 anos	01	-	01
32 anos	-	01	01
24 anos	01	-	01
Total/sexo	12	04	16 sujeitos

Fonte: Pesquisa de Campo, Remanescente de Quilombo Empata Viagem, Maraú-BA, 2019.

Importante ressaltar que todas/todos as alunas e alunos entrevistados não estão na série correspondente à sua idade. As/os entrevistadas (os) têm idade superior a 15 anos e cursam o Ensino Fundamental II. Nesta faixa etária deveriam estar cursando Ensino Médio.

Esse fato decorre de o Ensino Fundamental II ter sido implementado no Remanescente de Quilombo Empata Viagem somente quando foi inaugurada a nova escola em 2017. Até então, conforme explicamos antes, alunas/alunos tinham que estudar no distrito de Ibiaçu. Como era distante e a estrada não é pavimentada, muitos ficavam sem estudar.

O questionário foi estruturado sob três categorias de análise onde cada pergunta corresponde a uma variável. Categoria 1: Percepção do Lugar; Categoria 2: Atitudes Ambientais; Categoria 3: Valores Ambientais. O trabalho de pesquisa

possibilitou tecer algumas considerações a respeito da percepção que os alunos do Empata Viagem possuem do lugar onde vivem.

As percepções demonstradas nas tabelas são oriundas das vivências cotidianas no Remanescente: da prática na agricultura, do contato com a natureza, das festas religiosas e do convívio com a Comunidade.

Tabela 5 – Percepção do lugar das/dos alunas/alunos da Escola Municipal Tomé Monteiro, do remanescente de quilombo Empata Viagem, Maraú-BA (continua).

PERCEPÇÃO DO LUGAR - ALUNAS/ALUNOS									
DEFINIÇÃO	Qt	IDENTIFICAÇÃO	Qt	SIGNIFICADO	Qt	FISIONOMIA	Qt	DIMENSÃO	Qt
Pessoas que convivem a muito tempo dentro da sociedade.	02	Sim. Porque a minha família nasceu aqui dentro. E os pais deles tem família quilombola.	02	Muitas coisas interessantes, diversos projetos e trabalhos.	02	Remanescente é terra.	01	Até onde pudermos trabalhar juntos no quilombo.	01
É uma comunidade.	03	Sim. Porque eu nasci praticamente no quilombo.	02	Localidade com muitos objetivos.	02	Muito importante para a vida dos quilombolas.	01	Até o trevo de veio Preto e a Ladeira de jovem.	01
É o meu lar.	04	Sim. Porque eu sou negra.	01	Casas, plantas, pessoas. Um bom lugar.	01	Pessoas que convivem no quilombo.	01	É infinito, tem bastante casas, vai longe.	01
Lugar onde tem remanescente de escravos	01	Não. Porque não é o meu lugar, gosto mais da cidade e nem me acho um quilombola. Respeito, mas não me acho um deles.	01	Que será um lugar onde os carros não tenham dificuldade de chegar.	01	Lugar muito bonito.	01	Vai muito bem.	01

Tabela 5 – Percepção do lugar das/dos alunas/alunos da Escola Municipal Tomé Monteiro, do remanescente de quilombo Empata Viagem, Maraú-BA (continuação).

PERCEPÇÃO DO LUGAR - ALUNAS/ALUNOS									
DEFINIÇÃO	Qt	IDENTIFICAÇÃO	Qt	SIGNIFICADO	Qt	FISIONOMIA	Qt	DIMENSÃO	Qt
É importante pois tem muita agricultura.	03	Eu me considero. Pois faz parte das nossas vidas. Já tá no sangue.	01	Casas queimadas.	01	Fazenda grande que se transformou em um vilarejo.	01	Vai até a fronteira.	01
Resgate da cultura dos antepassados que já se perdeu.	01	Sim. Porque meu avô é remanescente de escravos e pela minha cor preta.	01	Muitas coisas boas, um centro de saúde.	01	A pessoa não escolhe, já faz parte de sua vida	01	Vai até onde tem moradores do Empata Viagem.	01
Lugar muito legal.	01	Porque tenho orgulho e gosto das coisas com o que os quilombolas trazem.	01	Vejo um desequilíbrio, pois há desmatamento e não ocorre plantio de novas plantas.	01	Localidade com objetivo.	01	Não soube responder.	08
Não respondeu	01	Eu me considero quilombola por causa dos meus antepassados.	01	Vejo uma expansão da cultura.	01	Comunidade que as pessoas ajudam uns aos outros.	01	Caligrafia ilegível.	02

Tabela 5 – Percepção do lugar das/dos alunas/alunos da Escola Municipal Tomé Monteiro, do remanescente de quilombo Empata Viagem, Maraú-BA (continuação).

PERCEPÇÃO DO LUGAR - ALUNAS/ALUNOS									
DEFINIÇÃO	Qt	IDENTIFICAÇÃO	Qt	SIGNIFICADO	Qt	FISIONOMIA	Qt	DIMENSÃO	Qt
		Porque sou da Bahia.	01	Casas, roça e plantas.	01	Começa pelas atitudes das pessoas que aqui moram.	01		
		Sim. Porque tenho orgulho e gosto das coisas que os quilombolas trazem.	01	Cidade grande	01				
		Eu me considero quilombola por causa dos meus antepassados.	01	Pessoas alegres e felizes.	01	É bom	02		
		Sim. Porque somos unidos	01	Apenas um remanescente.	01	Espetacular, bastante divertido.	01		
				Não soube responder.	01	Comunidade simples.	01		

Tabela 5 – Percepção do lugar das/dos alunas/alunos da Escola Municipal Tomé Monteiro, do remanescente de quilombo Empata Viagem, Maraú-BA (conclusão).

PERCEPÇÃO DO LUGAR - ALUNAS/ALUNOS									
DEFINIÇÃO	Qt	IDENTIFICAÇÃO	Qt	SIGNIFICADO	Qt	FISIONOMIA	Qt	DIMENSÃO	Qt
		Por causa de nossos ancestrais.	01	Caligrafia ilegível.	01	Lugar onde respeitam uns aos outros.	01		
						Comunidade com escolhas diferentes cuidadosos e trabalhadores.	01		
		Não soube responder.	01			Não respondeu.	01		

FONTE: Pesquisa de Campo Remanescente de quilombo Empata Viagem, Maraú-BA, 2019.

Elaboração: REHEM, Bruna; PINHEIRO, M. G. S., 2020.

Como pode ser visualizada na Tabela 5, a primeira categoria de análise foi a percepção do lugar composta por cinco variáveis: definição, identificação, significado, fisionomia e dimensão do Remanescente de Quilombo Empata Viagem. Na primeira variável de identificação alguns alunos identificam o Empata Viagem como o seu lar ao escreverem: “é o meu lar”. Seguido de “é uma comunidade”, enquanto as/os demais se referem ao Remanescente com palavras e frases positivas próprias de quem se identifica com o seu espaço de vivência.

Esse quadro é confirmado na segunda pergunta da variável de identificação quando é possível observar que as/os alunas e alunos se consideram Quilombolas por motivos diversos. Isto remete à identidade negra e à cultura ancestral do lugar.

Na variável significado há referências ao remanescente como um lugar com muitas coisas interessantes, muitos projetos e objetivos. Com relação à fisionomia as/os alunas e alunos disseram que consideram o Remanescente um “lugar bom, muito bonito e importante para os Quilombolas”.

Interessante pontuar que tiveram alunas/alunos que se referiram ao desmatamento como algo que ele percebe no Remanescente, mostrando que há uma preocupação com a preservação ambiental natural. Na variável fisionomia é possível notar ainda que alunas/alunos percebem o Remanescente de maneira positiva quando se referem ao mesmo com palavras e frases otimistas, tais como: “bom”, “muito importante para a vida dos quilombolas e lugar com objetivo”.

A variável dimensão foi a que alunas/alunos tiveram mais dificuldade em responder. Essa variável diz respeito aos limites geográficos do Remanescente. Alguns buscaram responder, porém de maneira subjetiva. Acreditamos que essas dificuldades se explicam pelo fato de a escola não inserir na prática pedagógica elementos cartográficos que abordem o espaço de vivência.

O estudo da compreensão do espaço de vivência pode auxiliá-los na compreensão do espaço geográfico, seja o espaço local, nacional ou mundial. Assim, faz-se necessário que, posteriormente, esses elementos sejam introduzidos nas aulas. Dessa maneira, as aulas seriam mais interessantes e prazerosas, uma vez que, para os alunos e alunas o Remanescente significa um lugar bom de viver.

Tabela 6 – Percepção da preservação do ambiente das/dos alunas/alunos da Escola Municipal Tomé Monteiro, do remanescente de quilombo Empata Viagem (continua).

ATITUDES DE PRESERVAÇÃO DO AMBIENTE							
CUIDADO	Qt	QUEM DEVE CUIDAR	Qt	CRIAR FILHOS	Qt	CORTAR ÁRVORES	Qt
<b>Trabalhando</b>	01	Todos do quilombo	13	Sim, mas dependerá deles.	04	Não, pois tem muitas árvores.	05
<b>Não cuidaria, pois ele já está bem preservado</b>	01	O Governo.	01	Sim, porque somos do quilombo.	02	Não, porque árvore é importante dentro da sociedade.	02
<b>Trazendo esporte para que os jovens não entrem para o mundo das drogas e tenham mais consciência na hora de tomar qualquer escolha</b>	01	Não soube responder.	01	Sim.	05	Não, porque desmata e os rios ficam sólidos.	01

Tabela 6 – Percepção da preservação do ambiente das/dos alunas/alunos da Escola Municipal Tomé Monteiro, do remanescente de quilombo Empata Viagem (continuação).

ATITUDES DE PRESERVAÇÃO DO AMBIENTE							
CUIDADO	Qt	QUEM DEVE CUIDAR	Qt	CRIAR FILHOS	Qt	CORTAR ÁRVORES	Qt
<b>Cuidando e zelando muito dele</b>	01	Caligrafia ilegível.	01	Não, porque aqui é um lugar sem recurso e não tem trabalho. Talvez na velhice deles. Mas quando morrer ser enterrado na cidade.	01	Não, porque não há necessidade.	01
<b>Preservando nossa comunidade de maneira adequada</b>	01			Sim, porque é um lugar muito bom.	01	Não, porque essas árvores nos mostram tranquilidade, paz, é ser livre.	01
<b>Com muita dedicação, amor, carinho</b>	03			Sim, porque eles aprenderão coisas que lá fora não terão oportunidade.	01	Não, porque as árvores são importantes para nosso ecossistema.	01

Tabela 6 – Percepção da preservação do ambiente das/dos alunas/alunos da Escola Municipal Tomé Monteiro, do remanescente de quilombo Empata Viagem (conclusão).

ATITUDES DE PRESERVAÇÃO DO AMBIENTE							
CUIDADO	Qt	QUEM DEVE CUIDAR	Qt	CRIAR FILHOS	Qt	CORTAR ÁRVORES	Qt
Não jogaria lixo nos rios e também não desmataria as áreas de nascentes	04			Sim, porque ele conhecerá a cultura.	01	Não, porque os animais entrariam em extinção e também causaria desequilíbrio das águas.	01
Fugiu do tema	01			Sim, porque eles aprenderão sobre seus ancestrais.	01	Caligrafia ilegível.	01
Não soube responder	02					Para fazer casa, mas não pode cortar.	01
Caligrafia ilegível	01					Não, porque elas protegem as nascentes e nosso lençol freático e nós precisamos delas.	02

Fonte: Pesquisa de Campo Remanescente de quilombo Empata Viagem, Maraú-BA, 2019.

Elaboração: REHEM, Bruna; PINHEIRO, M. G. S., 2020.

A segunda categoria de análise que compunha o questionário foi referente às atitudes ambientais composta pelas variáveis proteção, responsabilidade, preservação e atitude. A variável proteção corresponde ao cuidado das alunas e alunos com o Remanescente. Percebe-se que os mesmos têm atitudes de proteção com o lugar pois responderam com frases que revelam cuidado e apreço pelo território de vivência.

Além disso, demonstram que são responsáveis pelo lugar, pois, na variável responsabilidade demonstram que a Comunidade Quilombola, além do poder público, é quem deve cuidar do Remanescente. Desejam ainda que a identidade Quilombola seja preservada por desejarem que os filhos e netos morem no Remanescente. Manifestam assim atitude de zelo e preservação com a natureza do lugar pois na variável atitude expressaram disposição para preservar os elementos naturais.

Tabela 7 – Percepção dos valores ambientais das/dos alunas/alunos da Escola Municipal Tomé Monteiro, do remanescente de quilombo Empata Viagem, Maraú-BA (continua).

<b>VALORES AMBIENTAIS – ALUNOS</b>					
<b>TOPOFILIA</b>	<b>Qt</b>	<b>TOPOFOBIA</b>	<b>Qt</b>	<b>PRODUÇÃO DO LUGAR</b>	<b>Qt</b>
<b>Gosto de como o planeta está recuperando.</b>	01	Não gosto de como os seres humanos estão tratando o remanescente.	01	Eu exploraria o que tem mais valor, o cacau, a farinha agricultura.	04
<b>Eu gosto da escola e das crianças.</b>	04	Não gosto que desmatam nosso campo.	01	A cultura	02
<b>Gosto dos animais, cavalos, vacas etc.</b>	01	Não gosto, pois, é um lugar muito quieto, sem recursos financeiros em algumas partes.	01	Exploraria a biodiversidade do quilombo que é infinita.	02
<b>Eu gosto dos esportes, do futebol.</b>	01	Não gosto é de ver o jovem de hoje entrando nas drogas, é horrível.	02	Caligrafia ilegível.	01
<b>E gosto da agricultura porque é muito importante.</b>	01	Não gosto porque não tem posto de saúde.	02	Nada	02

Tabela 7 – Percepção dos valores ambientais das/dos alunas/alunos da Escola Municipal Tomé Monteiro, do remanescente de quilombo Empata Viagem, Marau-Ba (continuação).

<b>VALORES AMBIENTAIS – ALUNOS</b>					
<b>TOPOFILIA</b>	<b>Qt</b>	<b>TOPOFOBIA</b>	<b>Qt</b>	<b>PRODUÇÃO DO LUGAR</b>	<b>Qt</b>
<b>Eu gosto da agricultura e da paisagem.</b>	01	Não gosto das pessoas porque só pensam neles.	01	Não sabe	05
<b>Eu gosto de capoeira e do maculelê.</b>	01	Não gosto de brigas.	01		
<b>Gosto dos meus amigos.</b>	02	Não gosto porque não tem trabalho certo.	01		
<b>Eu gosto de tudo.</b>	02	Não gosto por causa da estrada.	01		
<b>Não soube responder.</b>	02	Não gosto das pessoas porque só pensam nelas.	01		
		Não gosto de ver o jovem entrando nas drogas.	01		

Tabela 7 – Percepção dos valores ambientais das/dos alunas/alunos da Escola Municipal Tomé Monteiro, do remanescente de quilombo Empata Viagem, Maráu-BA (conclusão).

VALORES AMBIENTAIS – ALUNOS					
TOPOFILIA	Qt	TOPOFOBIA	Qt	PRODUÇÃO DO LUGAR	Qt
		Não soube responder.	03		

Fonte: Pesquisa de Campo Remanescente de quilombo Empata Viagem, Maráu-BA, 2019.

Elaboração: REHEM, Bruna; PINHEIRO, M. G. S., 2020.

Na categoria valores ambientais o Remanescente foi caracterizado com sentimentos topofílicos através de elementos como: a prática da agricultura, a escola, o esporte e as amizades - como pode ser visto na Tabela 7. Em relação ao sentimento de topofobia que, segundo Tuan (1983) “é a aversão ou repulsa ao lugar”, o elemento que mais se destaca é a saúde e a estrada. Com relação à estrada essa aversão se deve, provavelmente, por não ser pavimentada e, no período chuvoso, ficar em condições muito precárias.

Ao serem perguntados sobre o que explorariam economicamente no lugar merece atenção a quantidade de alunos que disseram que “não explorariam nada” e também os que não souberam responder. Essas respostas podem apontar para a falta de expectativa desses jovens com relação ao trabalho no Remanescente. Ao mesmo tempo, assinala para o desejo de não explorar economicamente o espaço de vivências a não ser da forma como fazem. Algumas alunas e alunos disseram que explorariam a agricultura.

As famílias do Remanescente, como já analisamos anteriormente, cultivam frutas e verduras e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) compra e doa para entidades filantrópicas. Essas famílias vivem basicamente desse setor que é importante vetor econômico tanto para elas como para o desenvolvimento do Remanescente de Quilombo Empata Viagem. Ao mesmo tempo assinala para uma relação ancestral com o cultivo da terra.

Após a análise das categorias e variáveis respondidas pelas/pelos alunas/alunos da Escola Municipal Tomé Monteiro, notamos que se identificam como e com as pessoas no seu lugar de vivência. Um fator de grande relevância que a maioria das/doa alunas/alunos citou foram as relações de convivência com a Comunidade. Isto decorre de as amizades influenciarem os sentimentos das pessoas de forma marcante. Nesta faixa etária aqueles jovens estão mais abertos a estas relações sociais, uma vez que necessitam construir relações de amizade, buscam se relacionarem com mais intensidade, construindo a sua identidade pessoal e sua afirmação social.

Outro fator igualmente importante é que um grande número deles nasceu no Remanescente. Desta forma, os vínculos afetivos são ainda mais intensos por causa das relações que vem desde a infância.

Segundo Bachelard (2008), o espaço vivido é importante porque é nele que se estabelecem as primeiras relações sociais afetivas, aquelas que marcarão para sempre a alma do indivíduo.

(...) as imagens do espaço feliz. Nessa perspectiva, nossas investigações mereciam o nome de topofilia. Visam determinar o valor Humano dos espaços de posses dos espaços definidos, contra forças adversas, dos espaços amados. Por razões não raro muito diversas e com as diferenças que poéticas não comportam, são espaços louvados. Ao seu valor de proteção, que pode ser positivo, ligam-se também valores imaginados, e que logo se tornam dominantes. O espaço percebido pela Imaginação não pode ser o espaço indiferente entregue à mensuração e a reflexão do geômetra. É um espaço vivido. E vivido não em sua positividade, mas com todas as parcialidades da imaginação (BACHELARD, 2008, p. 19).

Percebe-se que os espaços de vivência, principalmente aqueles onde são construídas as primeiras relações sociais, influenciam diretamente na percepção espacial, isso faz com que o lugar se configure como um espaço de construção de identidade. Assim, é importante ressaltar que as/os estudantes do Remanescente de Quilombo Empata Viagem possuem uma percepção positiva do lugar onde vivem, sendo, portanto, a topofilia, que Tuan (1983) conceitua como sentimento de familiaridade e apego ao lugar.

Nota-se, portanto, que conhecer a percepção que essas/esses estudantes têm do lugar onde vivem é importante para a construção da proposta pedagógica a partir do espaço de vivência. Isto possibilita o entendimento de como eles apreendem o seu lugar, bem como, informações da sua maneira de pensar o Empata Viagem. Por isso, este é um dos nossos Produtos Educacionais que precisa ser realizado periodicamente e com outras informações.

A relação das/dos alunas/alunos daquele Remanescente de Quilombo com o lugar de vivência pode ser trabalhada na escola auxiliando a prática pedagógica das educadoras para que possam juntos conhecer as histórias do lugar onde vivem, valorizar sua cultura, resgatar sua identidade e apreciar a escola como parte de seu território.

Para que essas experiências sejam consideradas é necessário que se conheça a percepção e os valores que as/os alunas/alunos atribuem ao lugar onde vivem. Realçamos que é no lugar de vivência que os sujeitos estabelecem relações afetivas, criam identidade e sentido de Comunidade. Desta forma, apreendem,

pensam e agem coletivamente para construir o seu presente e o futuro, tendo o passado como lastro identitário de ancestralidade.

Através da opinião desses sujeitos é possível a construção de elementos teóricos e práticos, pautados nas Diretrizes Curriculares para a Educação Escolar Quilombola (BRASIL, 2012) no sentido de despertar nos alunos do Remanescente de Quilombo Empata Viagem a valorização da sua cultura, fortalecimento da sua identidade, gosto/cuidado com o lugar onde vivem e a consciência crítica do seu lugar no mundo.

### 3.1.6 *Fundamentos Legais da Educação Escolar Quilombola*

Como uma das demandas coletivas da Comunidade Escolar da Escola Municipal Tomé Monteiro surgiu a necessidade de realizarmos um levantamento da Legislação Educacional sobre a Educação Escolar Quilombola. Este levantamento é outro de nossos Produtos Educacionais que, assim como os demais, serão deixados naquela Escola, visando à formação das educadoras daquela Comunidade Escolar.

A Educação Escolar Quilombola é fruto da reivindicação do Movimento Negro no Brasil que desde a década de 1970 luta por retratação, reconhecimento e valorização dos afrodescendentes. Essa reparação tem início na década de 1980, como indicamos anteriormente.

O Movimento Negro teve e tem um papel fundamental na garantia dos direitos e na construção da cidadania do Povo Negro. Como resultado dessa luta, a partir dos anos 2000, muitos direitos foram garantidos em Lei e algumas ações foram realizadas através das políticas públicas fundamentais na conquista da plena cidadania dos afrodescendentes.

A Educação Escolar Quilombola é um destes direitos garantidos em Lei que não se restringem apenas à educação escolar. Ele faz parte de um projeto de educação, como preconiza o Parecer do Conselho Nacional de Educação - CNE/CEB nº 11/2012, 09 de maio de 2012:

Significa a construção de um projeto de educação e de formação profissional que inclua: a participação das comunidades quilombolas na definição do projeto político-pedagógico e na gestão escolar; a consideração de suas estruturas sociais, suas práticas socioculturais e religiosas, um currículo aberto e democrático que articule e considere as suas formas de produção de conhecimento; a construção de metodologias de aprendizagem adequadas às

realidades socioculturais das comunidades; a produção de material didático-pedagógico contextualizado, atualizado e adequado; a alimentação que respeite a cultura alimentar das comunidades; a infraestrutura escolar adequada e em diálogo com as realidades regionais e locais; o transporte escolar de qualidade; a formação específica dos professores quilombolas, em serviço e, quando for o caso, concomitante à sua escolarização; a inserção da realidade sociocultural e econômica das comunidades quilombolas nos processos de formação inicial e continuada de docentes quilombolas e não quilombolas que atuarão ou receberão estudantes dessas comunidades na educação (BRASIL, 2012, p. 26 e 27)

Deste modo, segue um levantamento da Legislação Educacional que envolve direta e indiretamente a Educação Escolar Quilombola:

- **Constituição Federal de 1988:** no artigo 68 no Ato das Disposições Transitórias, nos artigos 210, 215, 216, 231 e 232 ao dizer que a questão quilombola faz parte do patrimônio cultural brasileiro. Foi o primeiro passo na direção de conquistas dos direitos quilombolas promovidos pelo Estado Brasileiro, tornando possível a realização de ações que visem proteger manifestações culturais como a do povo quilombola;
- **O Decreto 4.887 de 2003:** que normaliza o artigo 68 das ADT da Constituição Federal do Brasil de 1988;
- **As Leis 10.639/2003 e atual 11.645/2008:** essas leis legitimam no espaço escolar a abordagem da História e Cultura Indígena, Africana e Afro-Brasileira nas instituições de Ensino Fundamental e Médio nas escolas públicas e privadas de todo o país, exigindo dos professores formação universitária:

(...) trata da obrigatoriedade do estudo da História da África e da Cultura afro brasileira e africana e do ensino das relações étnico-raciais, instituindo o estudo das comunidades remanescentes de quilombos e das experiências negras constituintes da cultura brasileira. Pelo Parecer CNE/CP nº 03/2004 todo sistema de ensino precisará providenciar “Registro da história não contada dos negros brasileiros, tais como os remanescentes de quilombos, comunidades e territórios negros urbanos e rurais” (BRASIL, 09 de janeiro de 2003, p.9).

- **A Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho sobre Povos Indígenas e Tribais:** promulgada pelo decreto 5.051, de 2004, reconhece o direito

à autoidentificação étnica e o direito de uma educação apropriada às diferenças das populações (o Brasil é signatário dessa convenção desde 1989. A lei foi ratificada pelo governo em 2002);

- **Programa Brasil Quilombola (PBQ) de 2004:** foi apresentado em 12 de março de 2004, com o objetivo de consolidar os marcos da política de Estado para as áreas quilombolas. O Plano é base da Agenda Social Quilombola (Decreto 6261/2007), que agrupa as ações voltadas às comunidades em quatro eixos: Acesso à Terra, Infraestrutura e Qualidade de Vida, Inclusão Produtiva e Desenvolvimento Local e Direitos e Cidadania.

- **Decreto do Estado da Bahia 11.850 de 23 de novembro de 2009:** Institui a Política Estadual para Comunidades Remanescentes de Quilombos e dispõe sobre a identificação, delimitação e titulação das terras devolutas do Estado da Bahia por essas comunidades, de que tratam o art. 51 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado da Bahia de 1989.

- **A Conferência Nacional de Educação (CONAE), 2010:** incluiu a discussão sobre o direito a educação das populações do campo. Como fruto dessa discussão, o Parecer CNE/CEB 07/2010 progride ao argumentar sobre a necessidade de respeitar o modo de vida das comunidades quilombolas e indígenas além de postular pedagogias de acordo com a forma de produzir conhecimentos dessas populações.

- **Resolução CNE/CEB 05/2010:** que instituem as Diretrizes Curriculares Gerais para a Educação Básica, incluem a Educação Escolar Quilombola como modalidade da educação básica nos termos:

A Educação Escolar Quilombola é desenvolvida em unidades educacionais inscritas em suas terras e cultura, requerendo pedagogia própria em respeito à especificidade étnico-cultural de cada comunidade e formação específica de seu quadro docente, observados os princípios constitucionais, a base nacional comum e os princípios que orientam a Educação Básica brasileira. Na estruturação e no funcionamento das escolas quilombolas devem ser reconhecida e valorizada sua diversidade cultural (CONAE/2010, 27 de dezembro de 2019, p. 128)

- **Documento da Conferência Nacional de Educação (CONAE, 2010):** Estabelece, que em relação à educação quilombola, o governo federal, estados e municípios deverão:

- a) Garantir a elaboração de uma legislação específica para a educação quilombola, com a participação do movimento negro quilombola, assegurando o direito à preservação de suas manifestações culturais e à sustentabilidade de seu território tradicional;
- b) Assegurar que a alimentação e a infraestrutura escolar quilombola respeitem a cultura alimentar do grupo, observando o cuidado com o meio ambiente e a geografia local;
- c) Promover a formação específica e diferenciada (inicial e continuada) aos/às profissionais das escolas quilombolas, propiciando a elaboração de materiais didático-pedagógicos contextualizados com a identidade étnico-racial do grupo;
- d) Garantir a participação de representantes quilombolas na composição dos conselhos referentes à educação, nos três entes federados;
- e) Instituir um programa específico de licenciatura para quilombolas, para garantir a valorização e a preservação cultural dessas comunidades étnicas;
- f) Garantir aos professores/as quilombolas a sua formação em serviço e, quando for o caso, concomitantemente com a sua própria escolarização;
- g) Instituir o Plano Nacional de Educação Quilombola, visando à valorização plena das culturas das comunidades quilombolas, a afirmação e manutenção de sua diversidade étnica;
- h) Assegurar que a atividade docente nas escolas quilombolas seja exercida preferencialmente por professores/as oriundos/as das comunidades quilombolas (CONAE/2010, 27 de dezembro de 2010, p. 131-132).

- **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola, 2012:** foram dispostas na Educação Básica por meio da Resolução Nº 08/ 2012 do Conselho Nacional de Educação.

- **Plano Nacional de Educação (2014-2024):** foi aprovado em 2014 e prevê políticas específicas destinadas às comunidades quilombolas.

Percebe-se que nas duas últimas décadas ocorreram avanços legais referentes à Educação Escolar Quilombola. Porém, na prática, estes avanços não ocorreram no mesmo compasso.

O documento da Conferência Nacional de Educação (CONAE, 2010) em atendimento ao Parecer CNE/CEB nº 7/2010 e à Resolução CNE/CEB nº 4/2010,

que instituem as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica, e tendo em vista a Indicação CNE/CEB nº 2/2010, a Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação instituiu, por meio da Portaria CNE/CEB nº 5/2010, comissão responsável pela elaboração das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola, afirma que é de responsabilidade do governo federal, estados e municípios:

Instituir um programa específico de licenciatura para quilombolas, para garantir a valorização e a preservação cultural dessas comunidades étnicas (CONAE/2010, 27 de dezembro de 2019, p. 131-132).

No entanto, os governos já não estavam cumprindo essa recomendação. Um exemplo disto é que nas Universidades do Estado da Bahia nenhuma universidade oferta Cursos de Licenciaturas em Educação Quilombola, mesmo esse estado abrangendo o maior número de Comunidades Quilombolas do Brasil: são 811 Comunidades reconhecidas pela Fundação Palmares (PORTARIA Nº 36/2020, publicada no D.O. de 21/02/2020).

A União também já não cumpre essa determinação das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Escolar Quilombola faz é tempo. Com o atual governo que combate direitos conquistados este quadro piorou e muito, conforme analisamos anteriormente. A União não oferta Cursos específicos de Licenciaturas em Educação Quilombola nas Universidades Federais. Existem desde 2006 a oferta em 42 Universidades Federais do Curso de Licenciatura em Educação do Campo que, segundo a política de Educação do Campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA, abrange também os Quilombolas, quando afirma:

São considerados como população do campo os agricultores familiares, os extrativistas, os pescadores artesanais, os ribeirinhos, os assentados e acampados da reforma agrária, os trabalhadores assalariados rurais, os quilombolas, os caiçaras, os povos da floresta, os caboclos e outros que produzam suas condições materiais de existência a partir do trabalho no meio rural (BRASIL, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, 2010).

A população do campo é muito abrangente formada por grupos que muitas vezes possuem especificidades distintas das Quilombolas que têm história identitária, tradição cultural e valorização dos antepassados, compartilhamento de

história em comum e laços de pertencimento com o território onde vivem. Como ressalta as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola:

No entanto, deve-se ressaltar que, apesar dos pontos de confluência na luta por educação entre os povos do campo e os quilombolas, há particularidades históricas, culturais, étnico-raciais, regionais e econômicas que os distinguem entre si, bem como o tipo de educação escolar por eles demandada. Tais singularidades exigem dos sistemas de ensino a necessária oferta de uma educação escolar que garanta uma educação igualitária e que, ao mesmo tempo, reconheça o direito à diferença aos coletivos sociais diversos que compõem a nossa sociedade. Incide sobre os quilombolas algo que não é considerado como uma bandeira de luta dos povos do campo: o direito étnico (BRASIL, 20 de novembro de 2012, p. 22).

Além disso, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica define que a Educação Escolar Quilombola requer pedagogia própria, respeito à especificidade étnico-racial e cultural de cada comunidade, formação específica de seu quadro docente, materiais didáticos e paradidáticos específicos, devendo observar os princípios constitucionais, a base nacional comum e os princípios que orientam a Educação Básica Brasileira, e deve ser oferecida nas escolas quilombolas e naquelas escolas que recebem alunos quilombolas fora de suas comunidades de origem, quando afirma:

A Educação Escolar Quilombola é desenvolvida em unidades educacionais inscritas em suas terras e cultura, requerendo pedagogia própria em respeito à especificidade étnico-cultural de cada comunidade e formação específica de seu quadro docente, observados os princípios constitucionais, a base nacional comum e os princípios que orientam a Educação Básica brasileira. Na estruturação e no funcionamento das escolas quilombolas, deve ser reconhecida e valorizada sua diversidade cultural (BRASIL, 20 de novembro de 2012, p.42).

Desse modo, faz-se necessário que a União e o Estado da Bahia cumpram as orientações das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola. Isto é: oferecer Cursos em Licenciaturas em Educação Quilombola uma vez que, nas Universidades Públicas esses Cursos ainda não são ofertados.

Pensamos que assim haveria uma qualificação mais profunda nas Escolas Quilombolas como a Escola Municipal Tomé Monteiro, gerando um comprometimento no ensino/aprendizagem que é oferecido às/aos alunas/alunos Quilombolas. Como percebemos no transcorrer desta dissertação nossos Produtos Educacionais possuem entre seus objetivos a qualificação dos educadores daquela

Escola Quilombola no Empata Viagem. Por isto, como veremos no próximo tópico, organizamos conjuntamente com a Comunidade Seminário de Identidade Quilombola – outro de nossos Produtos Educacionais.

### 3.2 Seminários como Práticas de Formação

Novamente após ouvirmos a Comunidade do Empata Viagem e a Comunidade Escolar da Escola Municipal Tomé Monteiro através das atividades que desenvolvemos e que foram narradas até aqui, foi construída uma Proposta Pedagógica para realizarmos Seminários de Formação. Estes Seminários estariam conectados às Leis 10.639/03, 11.645/08<sup>7</sup> e às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola/2012.

A ideia surgiu do anseio daquela Comunidade por uma educação efetivamente Quilombola que valoriza as suas visões de mundo, modos de vida, saberes e fazeres. Os objetivos foram: resgatar e valorizar a cultura da Comunidade Empata Viagem, visando contribuir para o fortalecimento da identidade Quilombola, através do seu protagonismo; e construir práticas que evidenciem e valorizem os conhecimentos tradicionais locais.

Figura 11 – Entrada da Escola Municipal Tomé Monteiro, com decoração identificando o seminário.



Fonte: Autoria própria, 2019.

---

<sup>7</sup> Lembrando que estas Leis tratam de Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino da História e Cultura Indígena e Afro-brasileira.

Por isso buscou-se uma proposta com a perspectiva freiriana onde é possível realizar uma educação dialógica elaborada e aplicada em conjunto com a Comunidade Quilombola e escolar. Atividades onde educadores, educandos e toda a Comunidade participassem ativamente a partir de temas geradores<sup>8</sup> que façam parte do seu contexto social, como reflete Paulo Freire:

O que se pretende investigar, realmente, não são os homens, como se fossem peças anatômicas, mas o seu pensamento-linguagem referido à realidade, os níveis de sua percepção desta realidade, a sua visão do mundo, em que se encontram envolvidos seus “temas geradores” (FREIRE, 1987, p. 56).

Ainda conforme Freire, o tema gerador é uma perspectiva real do cotidiano dos sujeitos que está presente em seus pensamentos e ações. Assim, os temas geradores devem partir do contexto social dos envolvidos: “os temas, em verdade, existem nos homens, em suas relações com o mundo, referidos a fatos concretos”. (FREIRE, 1987, p. 63).

Ao elaborarmos essa proposta pretendeu-se contribuir para um ensino onde os profissionais da educação reflitam sobre a importância de valorizar a identidade do lugar, para que assim, seja possível construir uma educação efetivamente Quilombola mediada por uma Pedagogia Decolonial, como afirma Walsh:

Pedagogias que se esfuerzan por transgredir, desplazar e incidir em la negación ontológica-existencial, epistémica y cosmogónica-espiritual que há sido -y es- pericia, fin y resultado del poder de la colonialidad. Pedagogías que trazan caminos para críticamente leer el mundo e intervenir em lá reinvencción de la sociedade, como apuntó Freire, pero pedagogías que a la vez avivan el desorden absoluto de la descolonización aportando una nueva humanidade, como señaló Frantz Fanon (WALSH, 2013 p.31).

A proposta pedagógica apresentou estrutura interdisciplinar e transversal e possuiu como fundamento envolver todas as áreas do conhecimento, problematizando questões do cotidiano da Comunidade Remanescente de Quilombo Empata Viagem como: a história da Comunidade; conceito de Quilombo; localização

---

<sup>8</sup> Freire afirma que o tema gerador é uma perspectiva real do cotidiano dos sujeitos que está presente em seus pensamentos e ações. Assim, os temas geradores devem partir do contexto social dos envolvidos. Segundo o autor: “Os temas, em verdade, existem nos homens, em suas relações com o mundo, referidos a fatos concretos”. (FREIRE, 1987, p. 63).

geográfica; ervas medicinais; arte africana; comidas; músicas de origem africana; saberes locais; ancestralidade; memória; dentre outros assuntos.

Além de fazerem parte do cotidiano dos moradores do Empata Viagem, Maraú-BA, esses temas estão dentro dos temas que as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola, recomenda:

A Educação Escolar Quilombola organiza precipuamente o ensino ministrado nas instituições educacionais, fundamentando-se, informando-se e alimentando-se de memória coletiva, línguas reminiscentes, marcos civilizatórios, práticas culturais, acervos e repertórios orais, festejos, usos, tradições e demais elementos que conformam o patrimônio cultural das comunidades quilombolas de todo o país (BRASIL, 2012, p.26).

Durante a elaboração da proposta pedagógica buscou-se, também, criar e recriar saberes visando uma educação contextualizada. A Professora de Geografia, Fernanda Santos Silva, falou sobre a importância da proposta pedagógica para a escola e para a Comunidade:

O projeto proposto foi de grande valia, visto que, a comunidade está localizada em uma comunidade de remanescente de quilombo, logo, existe a grande necessidade de pensar em proposta que valorize esses espaços marcados por uma cultura muito singular. A própria sede onde se localiza a cidade de Maraú é um remanescente de quilombo, porém não se encontram práticas dentro das escolas que valorizem essa herança histórica. O projeto desenvolvido na escola Tomé Monteiro mostrou que é possível construir uma proposta voltada para a valorização das comunidades atrelado principalmente à interdisciplinaridade. Foi possível passear por todas as áreas do conhecimento produzindo atividades que geraram conhecimento a nível global e local levando os alunos à reflexão-ação.

Deste modo, percebi um resgate da cultura, da história local gerando, assim, uma maior valorização do seu território e do seu espaço de vivência contribuindo, assim, para um fortalecimento das características das comunidades quilombolas. O trabalho foi tão significativo pois mostrou um Norte e um caminho a seguir para implementar realmente um currículo que possa enxergar e valorizar o local de vivências, visto que esse espaço reproduz um lugar de aprendizado, de luta e de resistência. Então, mostrar a esses alunos a importância de conhecer o seu passado e enxergar essas relações do passado trouxe consequências para a organização desse espaço faz com que nós educadores, possamos pensar em nossas práticas com o intuito de propagar e incentivar a luta por políticas públicas que possam alcançar a comunidade.

O sucesso do projeto e da sequência foi tão gratificante que a escola, no próximo ano, pretende repetir utilizando propostas onde os alunos sejam os protagonistas.

A proposta foi trabalhada nas turmas do Ensino Fundamental II durante a III unidade. Os alunos reconheceram várias características do Remanescente de Quilombo Empata Viagem que desconheciam. Tiveram a oportunidade de entrevistar os moradores mais antigos do lugar, fazer aula de campo, compreender o motivo da Comunidade Empata Viagem ser um Remanescente de Quilombo, conhecer as plantas medicinais herdadas dos africanos, bem como as comidas típicas.

Durante as aulas os alunos construíram vários materiais didáticos que foram apresentados no I Seminário Identidade Quilombola realizado na Escola Municipal Tomé Monteiro no dia 06 de novembro, conforme as imagens na sequência. Pelas imagens percebe-se que aconteceu a participação de quase toda a Comunidade, convidados de outras escolas da região, representantes da Secretaria Municipal de Educação do município de Maraú e convidados de outros Remanescentes de Quilombo do município.

Figura 12 – Roda de capoeira dos alunos da Escola Municipal Tomé Monteiro, durante o I Seminário Identidade Quilombola.



Fonte: Autoria própria, 2019.

Figura 13 – Convite do I Seminário Identidade quilombola da escola Municipal Tomé Monteiro.



Fonte: Aatoria própria, 2019.

Figura 14 – Entrada da Escola Municipal Tomé Monteiro no dia do seminário.



Fonte: Aatoria própria, 2019.

Figura 15 – Preparação para o I Seminário Identidade Quilombola da Escola Municipal Tomé Monteiro.



Fonte: Autoria própria, 2019.

Figura 16 – Preparação para o I Seminário Identidade Quilombola da Escola Municipal Tomé Monteiro.



Fonte: Autoria própria, 2019.

O Seminário, como percebe-se pelas imagens e participações, foi fruto da Proposta Pedagógica Quilombola construída a partir de oficinas realizadas com as Professores da Escola, rodas de conversa e entrevistas realizadas. Esta atividade

teve como objetivo contribuir para a reflexão político-pedagógica sobre a identidade da escola quilombola. Sobre a identidade Quilombola, O'Dwyer afirma:

A identidade desses grupos não se define por tamanho e número de membros, mas pela experiência vivida e as versões compartilhadas de sua trajetória comum e da continuidade como grupo. Neste sentido, constituem grupos étnicos conceitualmente definidos pela antropologia como um tipo organizacional que confere pertencimento por meio de normas e meios empregados para indicar afiliação ou exclusão. (O'DWYER, 1995, p. 2)

Essas experiências vividas às quais a autora se refere fazem parte do saber e do fazer Quilombola e devem ser consideradas no processo pedagógico, fortalecendo a sua identidade. Durante o Seminário foi possível visualizarmos as experiências vividas pelos alunos e alunas do Remanescente o que deu sentido ao fazer pedagógico. Aquelas/aqueles estudantes expuseram todo o material que produziram durante as aulas.

Na abertura do Seminário a Professora de História, Cristina do Nascimento Sousa, deu o seguinte depoimento:

Ao longo do processo que a gente trabalhou é.... o projeto com os meninos, podemos ver que eles.... podemos ver que nem todos de fato conheciam o que era ser quilombola, o que era ser uma comunidade quilombola. E muitos deles não conheciam a história do lugar. A importância de se reconhecer quilombola e de buscar os direitos que a gente tem. Então a gente trabalhou nesses dias é.... justamente é.... a ancestralidade, a busca pelo resgate da nossa história, fizemos entrevistas com os moradores mais velhos é.... a culinária local e... resgatando um pouco dessa memória e registrando pra que fique arquivado.

A fala da Professora Cristina evidencia a necessidade de a Escola cumprir as recomendações das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola (BRASIL, 2012, p.26) onde a Educação Quilombola seja o centro norteador do processo educativo. Uma Escola onde os alunos possam estudar temas que façam parte do seu lugar de vivência se reconhecendo como Quilombolas.

Deste modo, serão sujeitos conhecedores de suas identidades, do processo de mudanças no curso da sua história, exercendo plenamente a sua cidadania.

Figura 17 – Alunas e alunos da Escola Municipal Tomé Monteiro preparando material para o I seminário Identidade quilombola.



Fonte: Autoria própria, 2019.

Durante o Seminário, a mesa foi composta da seguinte forma: Vice-presidente Associação de Agricultores do Remanescente de Quilombo Empata Viagem (Sr. José Conceição Nascimento); Diretora da Escola (Maria Aparecida – Lia); Representante da Secretaria de Educação Municipal de Maraú: o Sr. Manoel Kalil, a Parteira mais antiga do Remanescente: Dona Luísa; Presidente da Associação de Agricultores do Remanescente de Quilombo Empata Viagem: Sr. Reginaldo, que palestrou sobre o processo de certificação da Comunidade; e pelo Professor Doutor em História Egnaldo Rocha - também Quilombola de Ituberá.

A palestra do Presidente da Associação de Agricultores do Remanescente de Quilombo Empata Viagem (Sr. Reginaldo) foi muito importante porque muitos alunos e moradores desconheciam o processo de certificação da Comunidade. Sr. Reginaldo falou também do seu orgulho em ser Quilombola e incentivou os jovens a lutar pelo desenvolvimento da Comunidade.

Figura 18 – Presidente da Associação de agricultores da comunidade remanescente de quilombo Empata Viagem, Sr. Reginaldo, palestrando durante o seminário.



Fonte: Autoria própria, 2019.

Em seguida aconteceu a fala da Parteira mais antiga do Remanescente (Dona Luísa) que abordou a importância do seu trabalho para Comunidade. O vice-presidente da Associação Sr. José da Conceição Nascimento também falou sobre a história da Comunidade. Por fim, o Sr. Egnaldo Rocha realizou a palestra sobre Identidade Quilombola no Sul da Bahia e acerca da Educação Escolar Quilombola.

Figura 19 – Dona Isabel e Sr. Joventino, quilombolas do remanescente de quilombo Empata Viagem, visitando o Museu da comunidade, criada pelos alunos da Escola Municipal Tomé Monteiro, durante aplicação da Proposta Pedagógica.



Fonte: Autoria própria, 2019.

Após as palestras a Comunidade e os convidados visitaram as salas temáticas com os trabalhos realizados a partir dos temas geradores sobre o remanescente de quilombo Empata Viagem que os alunos realizaram durante a aplicação da proposta pedagógica quilombola.

A professora de Língua portuguesa, Lindinalva Silva Borges. deu um depoimento sobre esse trabalho realizado na escola:

O evento na comunidade remanescente quilombola foi uma concretização de.... conquistas para os moradores é.... do Empata Viagem. Posto isso, a Escola Tomé Monteiro, ela foi privilegiada na oportunidade com as oficinas que nos direcionou o preparo para o seminário através de relatos que demonstravam das pessoas influentes, né.... é.... pessoas do local mesmo que ali viviam, ou seja, vivem. Contando suas histórias, colaborações, conquistas, melhorias de suas vidas, suas origens, como é o desenvolvimento na agricultura familiar, se tem, se não tem, como era o processo antes e atualmente. E o que poderiam resgatar, como surgiram as comidas típicas, né do passado se ainda existiam hoje, né. É.... Os habitantes locais saíram? Quantos permanecem ali? Suas artes, suas criações, no artesanato, etc. Então, o seminário foi muito importante desde as oficinas até as entrevistas dos alunos e com as pessoas observamos o entusiasmo dos alunos quando chegavam contando as novidades ouvidas nas entrevistas. Também sentimos é... de perto a satisfação deles em saber sobre sua identidade e que foi essencial para trazer novos conhecimentos culturais e de convivência é.... do seu.... do seu.... das suas origens quilombolas. Em resumo este estudo despertou nos alunos, pais e toda comunidade mais interesse, por suas.... pelo seu povo, né. Percebendo que possuem direitos, eles despertaram pra isso. Direitos já conquistados e que deveriam, sim, continuar a concretizar mais ainda ações por todos eles. Enfim, o seminário foi um sucesso pra o começo de conhecimento ali pra aquela comunidade, do Empata Viagem.

Assim, após a construção da Proposta Pedagógica e da realização do Seminário, refletimos sobre o quanto é necessário que a Comunidade Escolar da Escola Municipal Tomé Monteiro, do Empata Viagem, busque incluir na sua prática pedagógica ações como estas que atendam as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola (BRASIL, 2012). Desta maneira, estaremos abordando temas relacionados à sua Comunidade e fortalecendo a Identidade Quilombola.

Além disso, essa proposta pode ser adaptada a outras Escolas do município, visto que, Maraú, possui seis Remanescente de Quilombo. Seguem mais imagens sobre o Seminário que esperamos ser o primeiro entre tantos outros.

Figura 20 – Equipe escolar da Escola Municipal Tomé Monteiro e a autora desse trabalho.



Fonte: Autoria própria, 2019.

Figura 21 – Diretora da escola, convidados, alunas e alunos da Escola Municipal Tomé Monteiro, na sala de exposição de plantas medicinais da comunidade, criada durante aplicação da Proposta Pedagógica.



Fonte: Autoria própria, 2019.

Figura 22 – Alunas da Escola Municipal Tomé Monteiro antes de apresentação de música afro no I seminário Identidade Quilombola.



Fonte: Autoria própria, 2019.

Figura 23 – Exposição de comidas de origem africana, feita por alunas e alunos da Escola Municipal Tomé Monteiro, durante aplicação da Proposta Pedagógica.



Fonte: Autoria própria, 2019.

Figura 24 – Acarajé feito pelas mulheres da comunidade remanescente de quilombo Empata Viagem servido durante o seminário.



Fonte: Autoria própria, 2019.

Figura 25 – Pilão utilizado pela comunidade.



Fonte: Autoria própria, 2019.

Figura 26 – Atividade realizada por alunas e alunos do 6º ano, da Escola Municipal Tomé Monteiro, Odurante aplicação da Proposta pedagógica.



Fonte: Autoria própria, 2019.

Figura 27 – Pão de aipim, feito por mulheres da comunidade e servido durante o seminário.



Fonte: Autoria própria, 2019.

Figura 28 – Bonecas de tecido Abayomi, feitas pelos alunos e alunas da Escola Municipal Tomé Monteiro, durante aplicação da proposta pedagógica.



Fonte: Autoria própria, 2019.

Figura 29 – Exposição de frutas da agricultura familiar da comunidade remanescente de quilombo Empata Viagem durante o seminário.



Fonte: Autoria própria, 2019.

Figura 30 – Alunas e alunos da Escola Municipal Tomé Monteiro expondo as plantas medicinais da comunidade durante o seminário.



Fonte: Autoria própria, 2019.

Figura 31 – Mapa da península de Maraú-BA confeccionado pelas alunas e alunos da Escola Municipal Tomé Monteiro e exposto durante o seminário



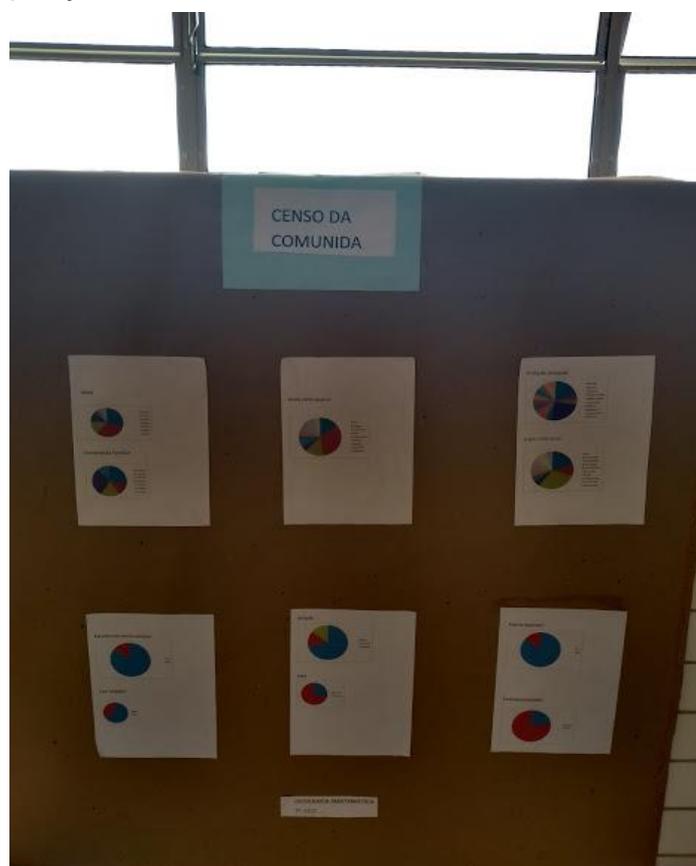
Fonte: Autoria própria, 2019.

Figura 32 – Peças antigas da comunidade remanescente de quilombo Empata Viagem, exposta durante o seminário.



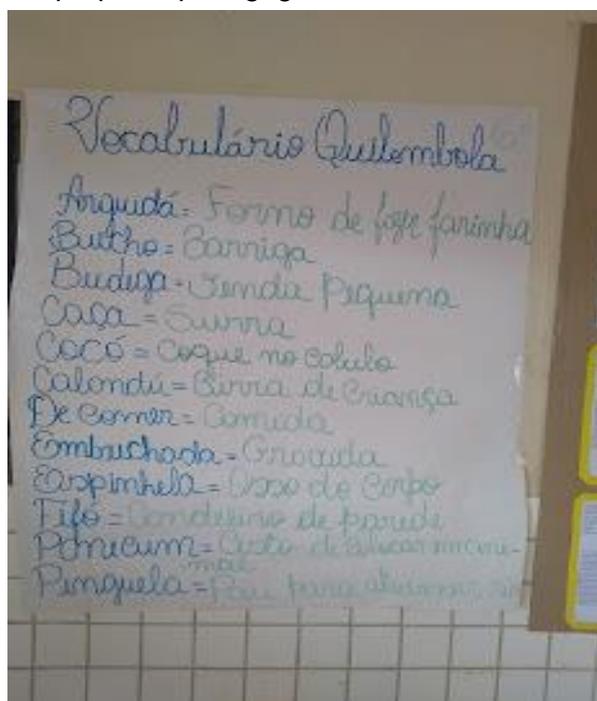
Fonte: Aatoria própria, 2019.

Figura 33 – Resultado do censo da Comunidade Remanescente de Quilombo Empata Viagem, realizado por alunas e alunos da Escola Municipal Tomé Monteiro, em exposição durante o seminário.



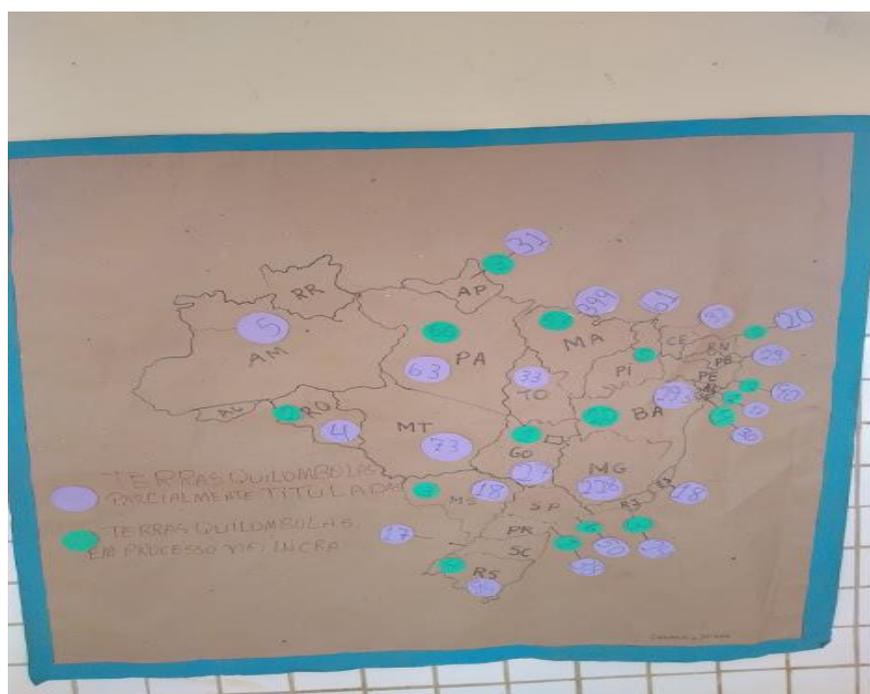
Fonte: Aatoria própria, 2019.

Figura 34 – Vocabulário quilombola, realizado por alunas e alunos da Escola Municipal Tomé Monteiro, durante aplicação da proposta pedagógica.



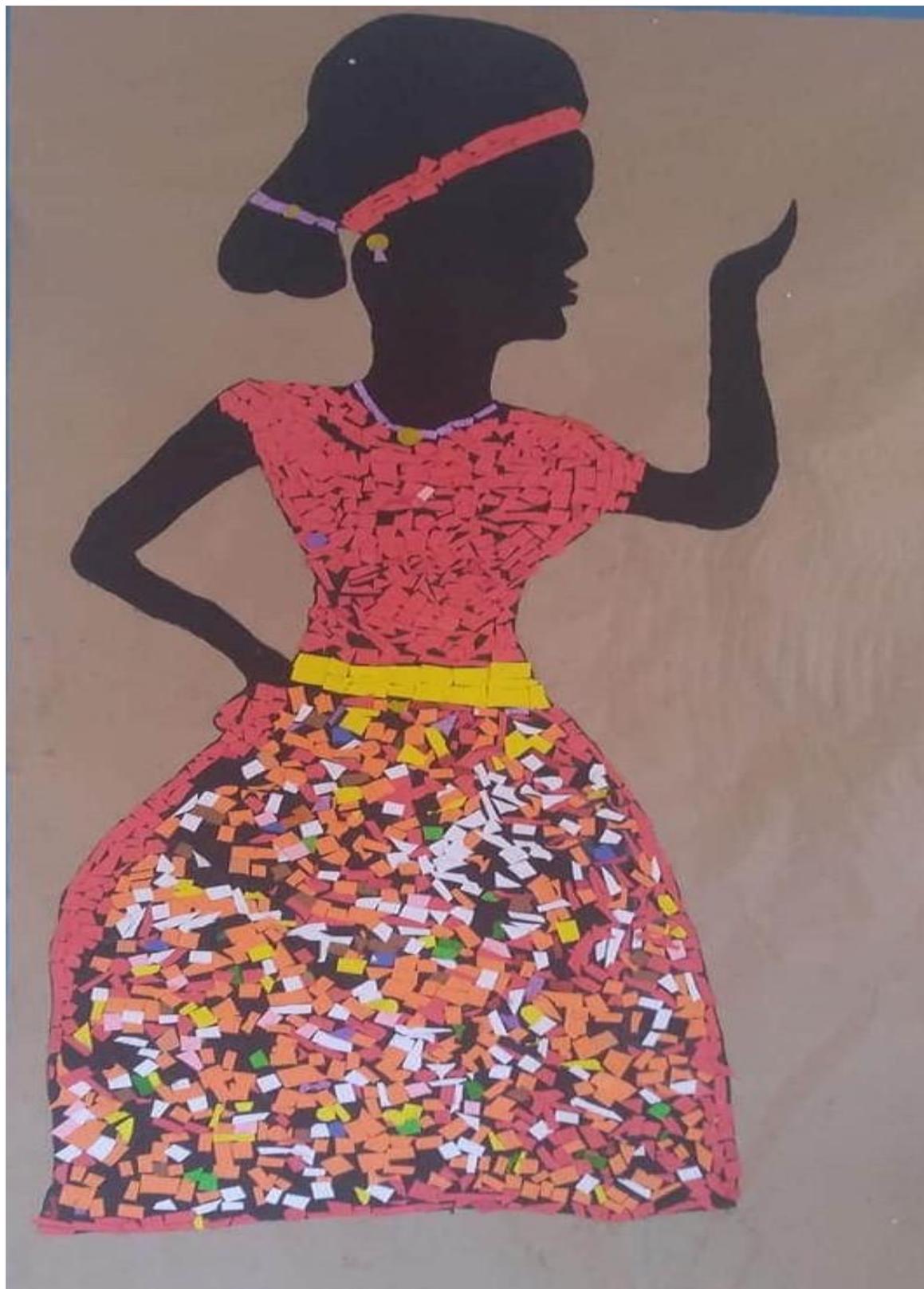
Fonte: Aatoria própria, 2019.

Figura 35 – Mapa dos Remanescentes de Quilombo existentes no Brasil, confeccionado por alunas e alunos do remanescente de quilombo Empata Viagem, durante aplicação da proposta pedagógica.



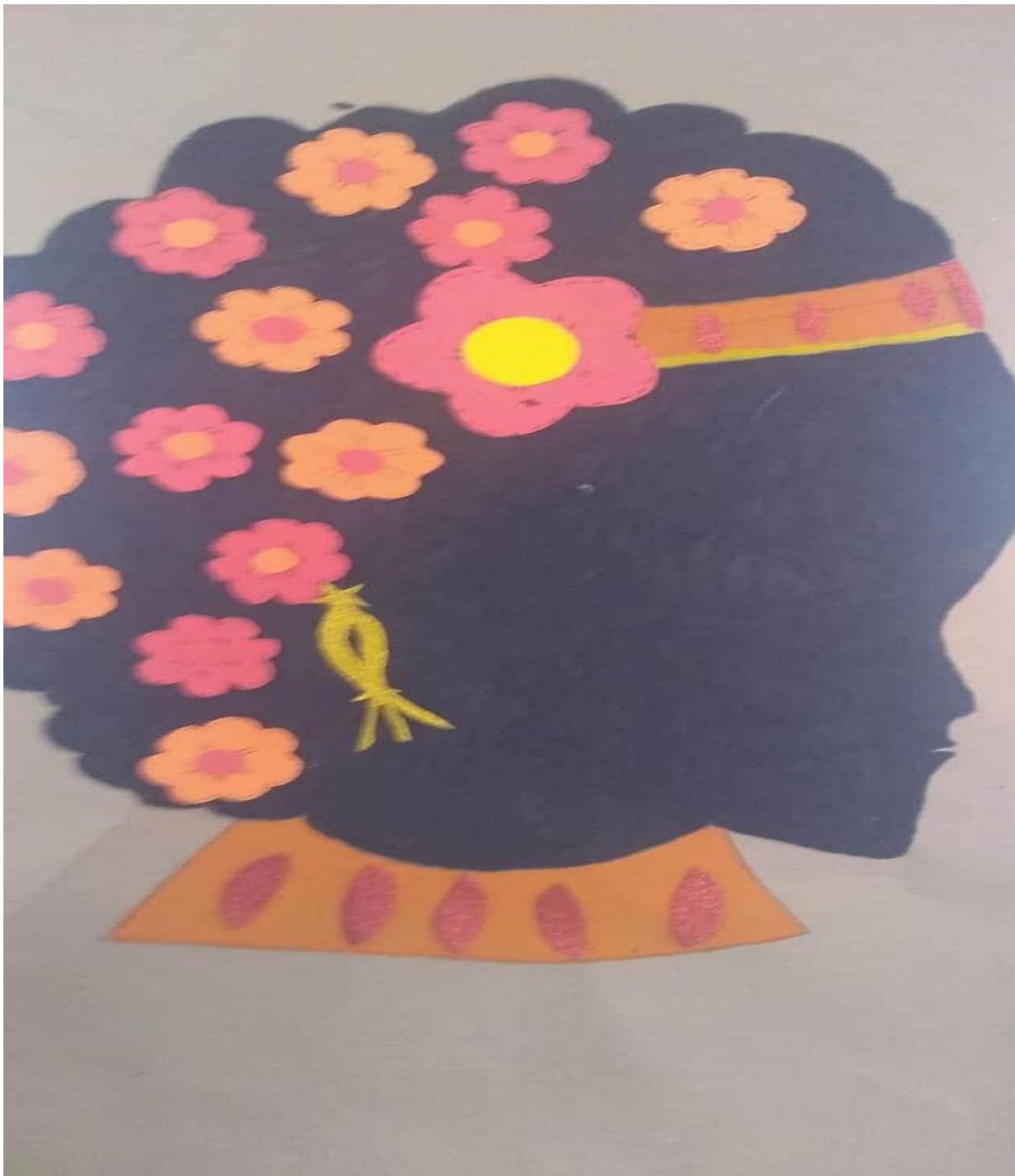
Fonte: Aatoria própria, 2019.

Figura 36 – Arte feita pelos alunos da Escola Municipal Tomé Monteiro, durante aplicação da Proposta Pedagógica, em exposição durante o seminário.



Fonte: Autoria própria, 2019.

Figura 37 – Arte feita pelas/pelos alunas/alunos da Escola Municipal Tomé Monteiro da Comunidade Remanescente de Quilombo Empata Viagem.



Fonte: A autoria própria, 2019.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na atualidade a Escola Municipal Tomé Monteiro do Remanescente de Quilombo Empata Viagem, em Maraú-BA, segundo a própria Comunidade, tem uma ótima estrutura física. A construção dessa Escola ocorreu depois de muita luta significando uma grande vitória para a Comunidade.

Porém, a estrutura física foi a primeira etapa de um longo processo que resulte em uma Educação Escolar Quilombola diferenciada, qualificada e efetiva. Percebemos que existe um desejo coletivo em superar os obstáculos que foram e são entraves para a construção desta Escola desejada.

Acreditamos que a Educação Escolar Quilombola deve ser construída assim: a partir da concepção de mundo Quilombola, tendo a Comunidade como protagonista. No entanto, muitas vezes, o Estado é negligente e não cria condições para que essa educação se efetive.

Um dos principais problemas que precisa ser superado pela Escola Municipal Tomé Monteiro é fazer as instâncias governamentais seguirem o que dizem os documentos da Conferência Nacional da Educação (CONAE, 2010) e das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Escolar Quilombola (BRASIL, 2012). Uma das medidas mais urgentes é no que diz respeito à formação inicial e continuada dos professores para atuação na Educação Escolar Quilombola e a elaboração de material didático/pedagógico destinado à essa modalidade de educação. No caso do Remanescente de Quilombo Empata Viagem cabe à União, ao Estado da Bahia e ao Município de Maraú cumprirem o que esses documentos preconizam.

Outro desafio a ser superado é a efetivação de políticas públicas voltadas para os jovens da Comunidade que concluíram o Ensino Médio. Muitas vezes, esses jovens são forçados a migrar para as cidades em busca de oportunidades. Como sugestões que partem da própria Comunidade: poderia ser implementado no Empata Viagem um cursinho pré-vestibular Quilombola; curso em técnicas agrícolas; curso em culinária feita a partir de produtos cultivados na região; além de outros.

Há muito a ser feito na Escola Municipal Tomé Monteiro para a concretização de uma Educação Escolar Quilombola. Entretanto, refletimos que aquela Comunidade tem força pelo que já alcançou e resistiu. Uma demonstração disso é que os objetivos propostos em nosso Projeto de Intervenção foram alcançados, gerando os Produtos Educacionais aqui expostos, graças aquela Comunidade.

No processo de troca que vivenciamos adquirimos juntos conhecimentos sobre: a Educação Escolar Quilombola e suas diretrizes; a valorização da Educação pela Comunidade como um todo; o fortalecimento da construção de uma identidade Quilombola; e a concretização de práticas pedagógicas decoloniais.

A vivência com os alunos e alunas do Remanescente de Quilombo do Empata Viagem, com os moradores e as educadoras da Escola Municipal Tomé Monteiro foi um aprendizado que carregarei para o resto da vida. Tudo isto somou-se aos novos conhecimentos que adquiri com os professores e colegas do Programa de Pós-Graduação em Ensino e Relações Étnico-Raciais da Universidade Federal do Sul da Bahia - Campus Jorge Amado.

Esses novos conhecimentos e saberes adquiridos foram/são fundamentais para a construção desse trabalho e para a continuidade dele. Espero que o Projeto de Intervenção e o Produto Educacional decolonial, intercultural e pautado no pensamento de Paulo Freire aqui apresentados tenham continuidade. Pelo menos este é meu desejo e pelo que ouvi e senti é, também, a vontade da Comunidade Escolar da Escola Municipal Tomé Monteiro.

Seguiremos então construindo coletivamente com a Comunidade do Remanescente de Quilombo Empata Viagem uma escola alimentada e fundamentada na memória coletiva, nas práticas culturais, na territorialidade, na oralidade e na ancestralidade. Penso que aquela Comunidade está preparada para enfrentar todos os desafios que se apresentam, pois é formada por um Povo dinâmico, guerreiro, atuante e consciente dos seus direitos.

Uma Comunidade no sentido profundo desta palavra. Formada por pessoas preparadas como seus ancestrais para resistirem, persistirem e (re)existirem, enfrentando e vencendo obstáculos impostos pelo sistema. Dessa maneira, através da coletividade e da sabedoria ancestral uma Educação Escolar Quilombola no Remanescente de Quilombo Empata Viagem, Maraú-BA, já é possível.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS, FONTES E ORALIDADES

Separamos as Referências em Bibliográficas, Fontes e Oralidades. Assim, caso não encontre as citações nas Referências Bibliográficas, por favor, procure entre as Fontes ou Oralidades.

*Referências Bibliográficas:* obras que serviram para consultas teóricas e metodológicas, utilizadas na criação desta dissertação.

*Fontes:* documentos resultantes das ações governamentais (leis, projetos, diretrizes etc), não governamentais (associações, cooperativas, jornais etc), dados estatísticos, mapas e falas dos sujeitos desta pesquisa.

*Oralidades:* narrativas dos moradores da Comunidade Empata Viagem e daqueles que fazem parte da Comunidade Escolar da Escola Municipal Tomé Monteiro.

## REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICAS

Obras que serviram para consultas teóricas e metodológicas, utilizadas na criação desta dissertação.

ALMEIDA, Regis Rodrigues de. "Domínios Morfoclimáticos". In: **Brasil Escola**. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/brasil/dominios-morfoclimaticos.htm>. Acesso em 23 de julho 2020.

ALVES, José. **A dinâmica agrária do Município de Ortigueira (PR) e a reprodução social dos produtores familiares: uma análise das Comunidades Rurais de Pinhalzinho e Vila Rica**. Presidente Prudente: Dissertação (Mestrado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, 2004.

ANGATU, Casé (SANTOS, Carlos José F. dos). "História e Culturas Indígenas - Alguns Desafios no Ensino e na Aplicação da Lei 11.645/2008: De Qual História e Cultura Indígena Estamos Falando?". In: **Revista História & Perspectiva do Núcleo de Pesquisa e Estudos em História, Cidade e Trabalho do Curso de Graduação e Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia-UFU**. Uberlândia: UFU, 2015.

\_\_\_\_\_. **Identidades Urbanas e Globalização – a formação dos múltiplos territórios em Guarulhos/SP**. São Paulo: SINPRO/GRU, 2006.

\_\_\_\_\_. **Nem Tudo Era Italiano – São Paulo e Pobreza na virada do século (1870-1915)**. São Paulo: Annablume/FAPESP, 4ª. Edição 2018.

BACHELARD, G. **A poética do Espaço**. São Paulo Editora Martin Fontes. 2008

BOMFIM, Natanael Reis. **Noção social do território: em busca de um conceito didático em geografia: a territorialidade**. Ilhéus: Editus, 2009.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: Labur Edições, 2007

DIAS, Marcelo Henrique. **Economia, Sociedade e Paisagens da Capitania e Comarca de Ilhéus no Período Colonial**. Niterói: 424f. Tese Doutorado em História Social apresentada junto ao IFCH da Universidade Federal Fluminense, 2007.

ECONOMUS. **BB e FBB abrem Inscrições para o BB Educar Integração**. Disponível em: <https://www.economus.com.br/bb-e-fbb-abrem-inscricoes-para-o-bb-educar-integracao/>. Acesso em 12 de julho 2019.

FANON, Frantz. **Os Condenados da Terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968

\_\_\_\_\_. **Pele Negra, Máscaras Brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

FIABANI, Adelmir. **Mato, Palhoça e Pilão: o quilombo, da escravidão às comunidades remanescentes (1532-2004)**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

FREIRE, Bárbara Lemos; GUANAIS, Ivan - **Maraú Luz do Sol ao Amanhecer**. Salvador: Editora Salvador, 2008.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da Esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

GELEDÉS, Portal. "O movimento negro e a Constituição de 1988: uma revolução em andamento". In: **Portal Geledés**. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/o-movimento-negro-e-a-constituicao-de-1988-uma-revolucao-em-andamento/>>. Acesso em 06 de janeiro de 2019.

KAZMIERCZAK, Telmary Luiz. **Quilombos No Brasil Escravista: Espaços De Liberdade E Resistência**. Curitiba: Secretaria De Estado Da Educação Programa De Desenvolvimento Educacional. 2008.

LARCHERT, Jeanes Martins e OLIVEIRA, Maria Waldenez de. **Panorama da Educação Quilombola no Brasil**. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/Poled/article/viewFile/45656/28836>>. Acesso em: 22 de julho de 2020.

LEITE, Ilka Boaventura. Quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas. In: Revista Etnográfica, Vol IV, no 2, nov/2000. Disponível em: <<http://ceas.iscte.pt/etnografica>>, Acesso em 25/08/08.

LINO, Nilma. Palestra Educação Escolar Quilombola – Parte 1. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=MDhbq-NmpAI>>. Acesso em 12 de janeiro de 2020.

\_\_\_\_\_. Palestra Educação Escolar Quilombola - Parte 2. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=0cSWji72wTc>>. Acesso em 12 de janeiro de 2020.

MACEDO, Janete Ruiz (organizadora). **Diocese de Ilhéus: 100 anos de história**. Volume I. Ilhéus-BA: Editus, 2013.

MOREIRA, Erika Vanessa; HESPANHOL, Rosângela Aparecida de Medeiros. **O lugar como uma construção social**. Revista Formação, Nº 14, vol. 2. São Paulo: UNESP, 200, p. 48-60.

MOURA, Clóvis. **Rebeliões da Senzala: quilombos, insurreições, guerrilhas**. 2 ed. Rio de Janeiro: Conquista, 1972.

\_\_\_\_\_. **Os quilombos e a rebelião negra**. 5 ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

\_\_\_\_\_. **Quilombos: resistência ao escravismo**. 3 ed. São Paulo: Ática, 1993.

MOURA, Glória. “Quilombos Contemporâneos no Brasil”. In: Kabengele Munanga (Org.). **História do negro no Brasil**. São Paulo: Fundação Cultura Palmares, 2004.

MUNANGA, Kabengele (Organizador). **Superando o Racismo na escola**. 2ª edição revisada. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

\_\_\_\_\_. **História do negro no Brasil**. São Paulo: Fundação Cultura Palmares, 2004.

\_\_\_\_\_. **Origem e Histórico do Quilombo na África**. In: Revista USP, no 28, dez/fev 1995/96. Disponível em <<http://www.usp.br/revistausp/28/conteudo.php>>, Acesso em 11/10/08.

NASCIMENTO, Abdias. **Quilombismo: um conceito emergente do processo histórico cultural da população afro-brasileira**. In: NASCIMENTO, Elisa Larkin (org.) Afrocentricidade uma abordagem epistemológica inovadora. Sankofa. Matrizes africanas da cultura brasileira. São Paulo: Selo Negro, 2009.

NERIS, Natália. **A voz e a palavra do movimento negro na Constituinte de 1988**. Belo Horizonte: Editora Letramento, 2018.

O'DWYER, Eliane Cantarino (Org.). **Terra de quilombos**. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Antropologia, 1995.

OLIVEIRA, Leinad Ayer de (org.). **Quilombos: a hora e a vez dos sobreviventes**. São Paulo: Comissão pró Índio de São Paulo, 2001.

OLIVEIRA, Maria Custódia Wolney de. **Memória e identidade quilombola, em tempos de modernidade o caso da comunidade Kalunga, no estado de Goiás**. Disponível em: <[https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/133/o/me%C3%B3ria\\_e\\_identidade\\_cultural\\_quilombola.pdf](https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/133/o/me%C3%B3ria_e_identidade_cultural_quilombola.pdf)>. Acesso em 05 de dezembro de 2012.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do poder**. São Paulo: Editora Ática, 1993.

REIS, João José & GOMES, Flávio dos Santos (org.). **Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

RESENDE, Thiago. "Sob Bolsonaro, reconhecimento de quilombolas cai ao menor patamar da história". In: **Deutsche Welle - Emissora Internacional da Alemanha**. Disponível em: <https://www.msn.com/pt-br/news/brasil/sob-bolsonaro-reconhecimento-de-quilombolas-cai-ao-menor-patamar-da-hist-c3-b3ria/ar-BB15S0Pp>, Acesso em 23 de junho de 2020.

ROCHA, Loudes Bertol. **A região cacaeira da Bahia – dos coronéis à vassoura de bruxa: saga, percepção, representação**. Ilhéus: Editus, 2008.

SANTOS, Cristiane Batista da Silva. **Memórias do trabalho no pós-abolição: escravos, libertos e livres pobres, da escravidão para a produção na usina de João branco no sul baiano oitocentista**. Disponível em: [http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300589716\\_ARQUIVO\\_MEMORIASDOTRABALHONOPOSabolicao.pdf](http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300589716_ARQUIVO_MEMORIASDOTRABALHONOPOSabolicao.pdf). Acesso em 11 de julho de 2011.

\_\_\_\_\_. **A Africa Central e os Lugares de Memória do Tráfico Atlântico na Costa de Marau: Etnônimos, Etnicidade e Diaspora**. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/sankofa/article/view/88894/91768>. Acesso em 22 de outubro de 2011.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L., 2001. **Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record. 2001.

\_\_\_\_\_ et alli. **Territórios, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

SANTOS, Vanessa Sardinha dos. "O que é bioma?". In: **Brasil Escola**. Disponível em: <https://brasilescola.uol.com.br/o-que-e/biologia/o-que-e-bioma.htm>. Acesso em 23 de julho de 2020.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o Subalterno Falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

TUAN, Yi Fu. **Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência**. Trad. Livia de Oliveira. São Paulo: Difel, 1983.

\_\_\_\_\_. **Topofilia: Um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente.** São Paulo: Difel, 1980.

TUPINAMBÁ, Ayra (Vanessa Rodrigues Santos); ANGATU, Casé (Carlos José F. Santos). “Tupinambá Protagonismos Indígenas: (Re)Existências Indígenas e Indianidades”. In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci e ROSSI, Mirian Silva (Orgs.) **Índios no Brasil: Vida, Cultura e Morte.** São Paulo: IHF; LEER/USP; Intermeios: 2019a, p. 23-40.

\_\_\_\_\_. “Decolonialidades Indígenas”. In: MESQUITA, Marcos R. e COSTA, Frederico A. (Org.). **Psicologia Política no Brasil e Enfrentamentos a Processos Antidemocráticos.** Maceio: Editora da Universidade Federal de Alagoas (EDUFAL), 2019b, p. 231-241.

UNESCO, Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **Coleção História Geral da África.** Disponível Online em: <<https://www.netmundi.org/home/2019/colecao-historia-geral-da-africa-8-livros-para-baixar-pdf/>>. Acesso em 20 de julho de 2019.

WALSH, Catherine (Org.). **Pedagogías decoloniales: prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir.** Quito, Ecuador: Ediciones Abya-Yala, 2013.

## FONTES

Documentos resultantes das ações governamentais (leis, projetos, diretrizes etc), não governamentais (associações, cooperativas, jornais etc), dados estatísticos, mapas e falas dos sujeitos desta pesquisa.

BAHIA, Governo do Estado da. **DECRETO Nº 11.850 DE 23 DE NOVEMBRO DE 2009**. Salvador-Bahia, 24 de novembro de 2009.

\_\_\_\_\_. **Projetos Estruturantes**. Salvador: Secretaria de Educação do Estado da Bahia. Disponível em: <<http://escolas.educacao.ba.gov.br/projetos-estruturantes>>. Acesso em 15 de junho de 2015.

BRASIL, República Federativa do. **Constituição da República Federativa do Brasil**, promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília: República Federativa do Brasil, 05 de outubro de 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. CONSELHEIROS: Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva (Relatora), Carlos Roberto Jamil Cury, Francisca Novantino Pinto de Ângelo e Marília Ancona-Lopez PROCESSO N.º: 23001.000215/2002-96 PARECER N.º: CNE/CP 003/2004: Disponível em <[http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cnecp\\_003.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cnecp_003.pdf)>. Acesso em 08. mar. 2019.

\_\_\_\_\_. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**.

\_\_\_\_\_. **Resolução n.º 8, de 20 de novembro de 2012. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica**, 20 de novembro de 2012.

\_\_\_\_\_. **Parecer do Conselho Nacional de Educação - CNE/CEB nº 11/2012**. Brasília: MEC, 09 de maio de 2012.

\_\_\_\_\_. **LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei 9.394**. Brasília: República Federativa do Brasil, Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº. 4.887, de 20 de novembro de 2003**. Brasília: República Federativa do Brasil, 20 de novembro de 2003

\_\_\_\_\_. **Lei 10.639/2003 - Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências**. Brasília: República Federativa do Brasil, 09 de janeiro de 2003.

\_\_\_\_\_. **Lei 11.645 - Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena".** Brasília: República Federativa do Brasil, 10 março de 2008.

\_\_\_\_\_. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.** CONSELHEIROS: Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva (Relatora), Carlos Roberto Jamil Cury, Francisca Novantino Pinto de Ângelo e Marília Ancona-Lopez. PROCESSO N.º: 23001.000215/2002-96 PARECER N.º: CNE/CP 003/2004: Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cnecp\\_003.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cnecp_003.pdf)>. Acesso em 08 de março de 2019.

\_\_\_\_\_. **Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs).** Brasília: MEC, 26 de junho de 1998.

\_\_\_\_\_. **Resolução n.º 8, de 20 de novembro de 2012. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica.** Brasília: MEC, 20 de novembro de 2012.

BRASIL, Ministério da Cidadania. **Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).** Disponível em: <<https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acoes-e-programas/inclusao-productiva-rural/paa>>. Acesso em: 16 de abril de 2020.

BRASIL, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Educação antirracista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03** / Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

BRASIL, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA. Brasília: INCRA, 2010

Brasil. **Programa Brasil Quilombola.** Brasília: Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), 48p, 2005.

CABRUCA, Cooperativa de Produtores Orgânicos do Sul da Bahia. “Quem Somos”. In: **Cooperativa Cabruca de Produtores Orgânicos do Sul da Bahia.** Disponível em: <https://www.cabruca.com.br/>. Acesso em 21 de janeiro de 2020.

CNE – Conselho Nacional de Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.** Brasília: CNE, 10 de março de 2004.

CONAE. Conferência Nacional de Educação. 2010. Disponível em: <http://conae.mec.gov.br/conae-2010/385-documentos>, Acesso em 27 de dezembro de 2019.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Maraú/BA**. Brasília: IBGE, Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/marau/panorama>. Acesso em 23 de julho de 2020.

ISA, Instituto Socioambiental. **O que muda (ou sobra) para os quilombos com a reforma de Bolsonaro?** Disponível em: <<https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/o-que-muda-ou-sobra-para-os-quilombos-com-a-reforma-de-bolsonaro>>. Acesso em 18 de janeiro de 2019.

MARAÚ, Prefeitura Municipal de (PMM). “História do Município”. In: **Site da Prefeitura Municipal de Maraú**. Maraú: PMM, Disponível em: <https://prefeitura.marau.ba.gov.br/historia/>. Acesso em 11 de fevereiro de 2020.

MARAUBA, Beach House. “Localização”. In: **Marauba Beach House**. Maraú: Marauba Beach House. Disponível em: <https://www.marauba.com/localizacao>, Acesso em 15 de março de 2020.

OLAVO, Antônio. **Documentário: Quilombos da Bahia**. Salvador: Portfolium – Laboratórios de Imagens, 2004.

ORGÂNICO, Planeta. “Cabruca”. In: **Planeta Orgânico**. Disponível em: <http://planetaorganico.com.br/site/index.php/cabruca/>. Acesso em 21 de janeiro de 2020.

PALMARES, Fundação Cultural. **Quilombo: conceito, legislação, patrimônio e certificação**. Disponível em: <<http://www.palmars.gov.br/>>. Acesso em: 09 de setembro 2008.

PALMARES, Fundação Cultural. **Certidões Expedidas Às Comunidades Remanescentes De Quilombos (Crqs). Atualizada Até A Portaria Nº 96/2020, Publicada No Dou De 12/05/2020**. Disponível em: <[http://www.palmars.gov.br/?page\\_id=37551](http://www.palmars.gov.br/?page_id=37551)>. Acesso em 12 de maio de 2020.

REHEM, Bruna; PINHEIRO, M.G.S. **Pesquisa de Campo, Remanescente de Quilombo Empata Viagem, Maraú-BA, 2019**. Maraú: Elaboração REHEM, Bruna; PINHEIRO, M.G.S, 2020.

## ORALIDADES

Nomes das pessoas entrevistadas para esta dissertação aparecem a seguir conforme a ordem que suas falas foram utilizadas no texto.

- *SR. IRENO MONTEIRO DO NASCIMENTO*: ancião e um dos líderes da Comunidade Empata Viagem
- *SR. JOSÉ CONCEIÇÃO NASCIMENTO*: um dos líderes da Comunidade Empata Viagem, ex-presidente e atual vice-presidente das Associação dos Agricultores do Quilombo Empata Viagem.
- *MARIA APARECIDA (LIA)*: gestora da Escola Municipal Tomé Monteiro do Remanescente de Quilombo Empata Viagem.
- *KATARINA LONA DOS SANTOS*: Coordenadora do Ensino Fundamental II da Escola Municipal Tomé Monteiro do Remanescente de Quilombo Empata Viagem.
- *NELMARA DE JESUS RODRIGUES NASCIMENTO*: é a Professora que possui mais tempo de atuação na Escola Municipal Tomé Monteiro do Remanescente de Quilombo Empata Viagem.
- *FERNANDA*: Professora de Geografia na Escola Municipal Tomé Monteiro do Remanescente de Quilombo Empata Viagem.
- *CRISTINA*: Professora de História na Escola Municipal Tomé Monteiro do Remanescente de Quilombo Empata Viagem.
- *LINDINALVA*: Professora de Português na Escola Municipal Tomé Monteiro do Remanescente de Quilombo Empata Viagem.

## **ANEXOS**

Os anexos que seguem são 16 Propostas Pedagógicas desenvolvidas durante nossas atividades na Escola Municipal Tomé Monteiro. Portanto, são também Produtos Educacionais. Estas atividades foram realizadas no período de 01 de setembro a 06 de novembro de 2019.

## Proposta Pedagógica 1

**Tema gerador: Comunidade Quilombola Empata Viagem**

**Objetivo: Resgatar a história, a cultura e preservar a memória da comunidade.**

### **Roteiro de entrevista para realização com líderes do remanescente de quilombo Empata Viagem**

- Nome completo, idade, há quanto tempo vive na comunidade?
- Qual a tradição da comunidade?
- Qual a história marcou sua vida durante a vivência na comunidade?
- Quais os causos seus pais te contavam e que você lembra? Você conta esses causos para seus filhos?
- Como ocorreu a fundação da comunidade? Conte-me um pouco sobre esse acontecimento.
- Seus avós eram escravos? E seus pais? Conhece a história deles?
- O que recorda dos tempos passados, dos seus pais, avós?
- Como viviam os seus pais: o que plantavam, como plantavam, que preparações faziam.
- Ainda mantêm alguns desses hábitos, costumes? Quais?
- Qual a religião, crença, religiosidade, espiritualidade de seus familiares?
- O que a comunidade representa em sua vida?
- Quais são os alimentos feitos de antigamente e que ainda são feitos hoje?
- Quais são as principais atividades hoje na comunidade?
- Quem eram e quem são os mestres da comunidade (rezadeira, parteira, curandeira, benzedeira)?
- O (A) senhor(a) já sofreu racismo, preconceito ou discriminação?
- O (A) senhor(a) acha importante ter uma escola na comunidade? Porque?
- Quais eram as comemorações que seus familiares e o senhor mais gostavam?
- Quem foram os primeiros moradores do Empata viagem?
- Há quanto tempo o senhor mora no Empata Viagem?
- O (A) senhor(a) sabe informar porque a comunidade recebe esse nome, Empata Viagem?
- O (A) senhor(a) sabe se existia aldeia indígena, quilombo, ocupações, assentamentos nesta região?

- O (A) senhor(a) sabe o que é quilombo?
- Sabe informar se o Empata Viagem foi um quilombo?
- Para o (a) senhor (a), o que é ser quilombola?
- O (A) senhor (a) se considera quilombola? Porquê?

## Proposta Pedagógica 2

### **Tema gerador: Conhecendo o quilombo**

**Objetivo: Conhecer, discutir e analisar diferentes concepções de quilombo e compreender o processo de certificação do Remanescente de quilombo Empata Viagem.**

- Assistir com os estudantes o documentário "Quilombos da Bahia", do cineasta Antônio Olavo, cuja equipe de filmagem percorreu mais de 12 mil km, visitando 69 comunidades quilombolas da Bahia. O objetivo do documentário é trazer um pouco mais de informações sobre as desconhecidas comunidades remanescentes dos quilombos da Bahia.
  
- Assistir o vídeo que conta a história do remanescente de quilombo Empata Viagem: Quilombo do Empata Viagem: história, consciência e luta. Da Casa da alegria Produções, 2011.
- Convidar líderes da comunidade para participar de uma roda de conversar com os alunos;
- Pesquisar em diferentes fontes o conceito de quilombo: Páginas da internet, livros, etc.
- Roda de conversa com os estudantes sobre o conceito de quilombo abordando o motivo que permitiu o Empata Viagem ser reconhecido como remanescente de quilombo.
- Produzir painéis ou um livrinho sobre a história da comunidade.

### **Conceitos de Quilombo**

A partir dos conceitos de quilombo apresentados a seguir:

- **“Na Legislação colonial e imperial o conceito de quilombo era permeado por características relacionadas à bandido, fuga e isolamento.**

- O Regimento da Câmara de São Paulo, de 1733, define quilombo como *“ajuntamento de mais de quatro escravos vindos em matos para viver neles e fazerem roubos e cometerem atrocidades”*. (SANTOS, 2011, p.10)

- No **DECRETO Nº 4.887, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2003** em seu **“Art. 2o** Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida”.

**Quilombo –Diretrizes Curriculares Nacionais Educação Escolar Quilombola, 2012.**

**Art. 3º Entende-se por quilombos:**

I - os grupos étnico-raciais definidos por autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica;

II - comunidades rurais e urbanas que:

a) lutam historicamente pelo direito à terra e ao território o qual diz respeito não somente à propriedade da terra, mas a todos os elementos que fazem parte de seus usos, costumes e tradições;

b) possuem os recursos ambientais necessários à sua manutenção

III - comunidades rurais e urbanas que compartilham trajetórias comuns, possuem laços de pertencimento, tradição cultural de valorização dos antepassados calcada numa história identitária comum, entre outros.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
 MINISTÉRIO DA CULTURA  
 FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES

Criada pela Lei n.º 7.668 de 22 de agosto de 1988

Diretoria de Proteção ao Patrimônio Afro-Brasileiro

**CERTIDÃO DE AUTO-RECONHECIMENTO**

O Presidente da **Fundação Cultural Palmares**, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 1º da Lei n.º 7.668 de 22 de Agosto de 1988, art. 2º, §§ 1º e 2º, art. 3º, § 4º do Decreto n.º 4.887 de 20 de novembro de 2003, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e artigo 216, I a V, §§ 1º e 5º da Constituição Federal de 1988, **CERTIFICA** que a **Comunidade de Empata Viagem**, localizada no município de Marau, Estado da Bahia, registrada no Livro de Cadastro Geral n.º 005, Registro n.º 458, fl. 66, nos termos do Decreto supramencionado e da Portaria Interna da FCP n.º 06, de 01 de março de 2004, publicada no Diário Oficial da União n.º 43, de 04 de março de 2004, Seção 1, f. 07, **É REMANESCENTE DAS COMUNIDADES DOS QUILOMBOS.**

Declarante(s):

José Conceição da Silva – CPF nº 529.249.475-53  
 Florivaldo da Conceição Santos – CPF nº 329.001.045-72  
 Irênio N. do Nascimento – CPF nº 182.148.865-20  
 Marina Santos Souza – CPF nº 529.255.285-20  
 Jonas da Conceição da Silva – CPF nº 381.950.975-53

Eu, **Maria Bernadete Lopes da Silva** (Ass.)....., Diretora da Diretoria de Proteção do Patrimônio Afro-Brasileiro, a lavrei e a extrai. Brasília, DF, 12 de dezembro de 2005.

O referido é verdade e dou fé

**UBIRATAN CASTRO DE ARAÚJO**  
 Presidente da Fundação Cultural Palmares

SBN Quadra 02 – Ed. Central Brasília – CEP: 70040-904 – Brasília – DF – Brasil  
 Fone: (0 XX 61) 424-0106(0 XX 61) 424-0137 – Fax: (0 XX 61) 326-0242  
 E-mail: [chefiadegabinete@palmares.gov.br](mailto:chefiadegabinete@palmares.gov.br) <http://www.palmares.gov.br>

*"A Felicidade do negro é uma felicidade guerreira"* (Wally Salomão)

<b>COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBOS (CRQs) EM MARAÚ/BA</b>						
<b>UF</b>	<b>MUNICÍPIO</b>	<b>CÓD. MUNICÍPIO</b>	<b>COMUNIDADE</b>	<b>ID QUILOMBOLA</b>	<b>PROCESSO FCP</b>	<b>DATA D.O.U. FCP</b>
BA	MARAÚ	2920700	BARRO VERMELHO	1.806	01420.002556/200- 66	13/12/2006
BA	MARAÚ	2920700	EMPATA VIAGEM	1.807	01420.002599/2005- 51	20/01/2006
BA	MARAÚ	2920700	MARAÚ	619	01420.000137/2006- 80	12/05/2006
BA	MARAÚ	2920700	QUITUNGO	621	01420.003458/2006- 36	13/03/2007
BA	MARAÚ	2920700	SÃO RAIMUNDO	2.254	01420.002950/2005- 11	12/05/2006
BA	MARAÚ	2920700	TERRA VERDE/MINERIO	622	01420.002955/2005- 36	12/05/2006

Fonte: PALMARES, 2020.

### Proposta Pedagógica 3

**Tema gerador: O meu lugar de vivência**

**Objetivo: Analisar e discutir o conceito de lugar no espaço geográfico, reconhecendo o remanescente de quilombo Empata Viagem como seu lugar de vivência e como integrante de uma escala global.**

- Esta proposta contempla duas etapas, que ocorrerão em dias distintos, pois a segunda etapa conta com uma pesquisa de campo, esta, feito pelos alunos.
- Primeiro momento ocorrerá a apresentação do tema abordado no caso **LUGAR**, será solicitado aos alunos a confecção de um desenho em uma folha de ofício, de seu lugar preferido, os alunos terão 10 minutos para o desenho. Após o término do desenho será entregue um esquema com divisões em 10 quadros, os quais abarcam os elementos constituintes de lugar (sendo 2 quadros para cor, 2 para cheiro, 2 para sabor, 2 para som e 2 ficam a critério do aluno). Como apresentado o anexo 01.
- Com os esquemas preenchidos, estes farão parte de um painel, possibilitando uma discussão coletiva entre a relação lugar identidade, emoção e experiência vivida.
- Segundo momento aplicação de uma atividade sobre a interdependência do espaço apresentado no anexo 02, sendo uma atividade dirigida, lápis de cor será distribuído entre os alunos e perguntas serão lançadas a estes, a qual cada resposta será pintada em cores distintas. As perguntas terão uma ordem espacial, partindo do local até o global. Cada resposta representa um círculo com uma cor, exposta em uma legenda que integra a atividade. Partindo da primeira pergunta.
  - Qual é o seu lugar de vivência?
  - Este lugar está em qual município?
  - E o município, está em qual território de identidade?
  - O território de identidade está em qual estado?
  - O estado está em qual região?
  - A região faz parte de qual país?
  - O país está em qual continente?
  - E o continente, está em qual planeta?
- E as perguntas serão dialogadas e intencionadas para que a última resposta dos alunos seja o planeta fechando assim o último círculo da atividade. No decorrer

da atividade e a cada respostas o aluno poderá correlacionar o seu lugar com a proporção mundo abrangendo assim a escala global.

- No terceiro momento os alunos farão uma aula de campo para observar aspectos do remanescente como: a natureza, as moradias, a rotina das pessoas e registrar e/ou fotografar o que mais gosta e o que menos gosta no remanescente.
- Em sala de aula, o professor solicitará uma produção de texto sobre a aula de campo.

### **CONCEITO DE LUGAR**

- Lugar é um centro de significados construído pela experiência (Tuan, 1975).
- Lugar significa muito mais que o sentido geográfico de localização. Não se refere a objetos e atributos das localizações, mas à tipos de experiência e envolvimento com o mundo, a necessidade de raízes e segurança” (RELPH, 1979)
- O lugar é parte do mundo e desempenha um papel em sua história (Santos, 1988).
- O lugar pode ser definido a partir desses entrelaçamentos impostos pela divisão espacial do trabalho posto que é articulado e determinado pela totalidade espacial (Carlos, 1996).

**Anexo 1**

## Atividade sobre Lugar

Correlacione as palavras contidas nos quadros com o seu lugar, e no quadro em branco escreva duas palavras a seu critério que estão correlacionadas com o seu lugar de vivência

**CORES**

A blue header box labeled 'CORES' is connected by a vertical line to a horizontal line. From this horizontal line, two vertical lines lead to two empty white rectangular boxes with blue borders, stacked vertically.

**CHEIROS**

A blue header box labeled 'CHEIROS' is connected by a vertical line to a horizontal line. From this horizontal line, two vertical lines lead to two empty white rectangular boxes with blue borders, stacked vertically.

**SONS**

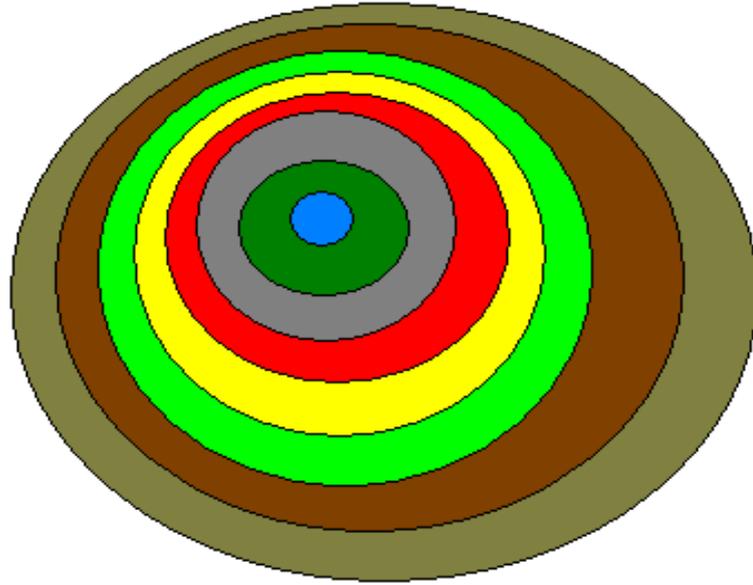
A blue header box labeled 'SONS' is connected by a vertical line to a horizontal line. From this horizontal line, two vertical lines lead to two empty white rectangular boxes with blue borders, stacked vertically.

**SABORES**

A blue header box labeled 'SABORES' is connected by a vertical line to a horizontal line. From this horizontal line, two vertical lines lead to two empty white rectangular boxes with blue borders, stacked vertically.

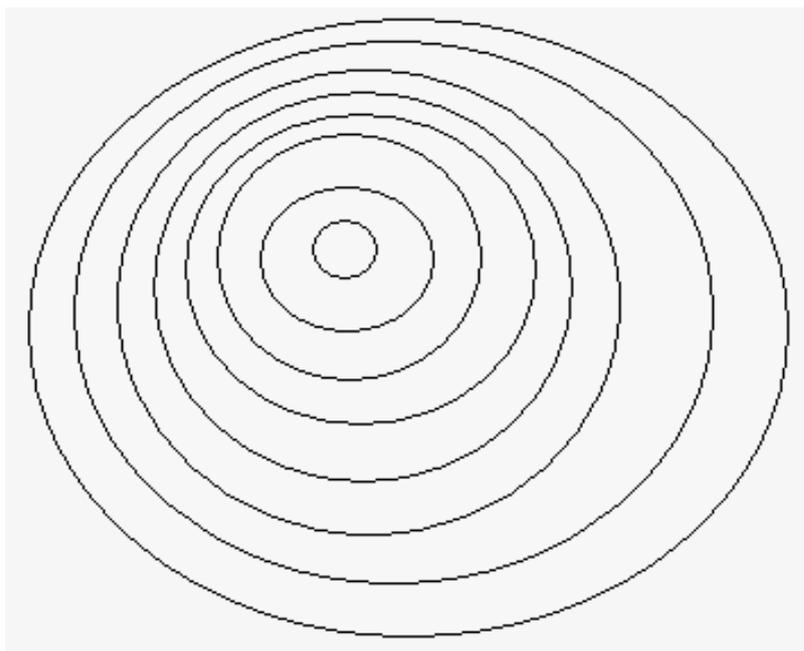
Anexo 2

O meu lugar



### Anexo 3

#### O meu lugar no mundo



#### Legenda

Esta oficina, Lugar, foi construída durante a Especialização em Ensino de Geografia (UESC) pelas alunas/professoras da Educação Básica de Geografia: Cláudia Santiago, Dinorá Madaly Leão, Luciane Felisberto, Maria Gilcélia Sacramento Pinheiro e Renata dos Santos.

Foi ajustada durante a construção da Proposta Pedagógica Quilombola para ser trabalhada com os alunos da Escola Municipal Tomé Monteiro, do remanescente de quilombo Empata Viagem.

## Proposta Pedagógica 4

**Tema gerador: Conhecendo o município de Maraú-BA**

**Objetivo: Reconhecer as principais características do município de Maraú.**

- A proposta é conhecer os diversos aspectos do município: geográfico, econômico e cultural.

Pesquisar em diferentes fontes, tais como: livros, revistas, jornais, sites de buscas na internet, mapas, etc.

### **Vamos conhecer um pouco mais sobre o Município de Maraú**

- Quando o Município de Maraú surgiu?
- Quem foram os primeiros moradores?
- Onde teve início o primeiro aldeamento de Maraú? Qual nome recebeu?
- O município de Maraú possui quantos distritos? Cite o nome desses distritos.
- O município de Maraú possui quantos povoados? Cite o nome desses povoados.
- Quais são as rodovias de acesso ao município de Maraú?
- Você sabe o que é estuário? Conceitue estuário e informe o nome do estuário que banha a sede do município.
- O texto informa que a cidade de Maraú está edificada em dois níveis. Informe que níveis são esses.

**As questões abaixo deverão ser respondidas após a observação e estudo dos mapas em anexo.**

- O município de Maraú está localizado em qual território de identidade?
- Qual o bioma do município de Maraú?
- Qual o clima do município de Maraú?
- Quais são os principais rios do município?
- Quais são as principais praias do município de Maraú?
- Atualmente, existem quantos habitantes no município?
- Quais as principais atividades econômicas do município?
- Quais são as principais atividades culturais do município?

- Quais dessas atividades culturais têm origem na cultura negra?
- Você sabe quantas comunidades quilombolas existem no Município de Maraú?
- E na Bahia?
- E no Brasil?
- Quais são os municípios que fazem limite com o município de Maraú?
- Qual oceano banha o município de Maraú?
- Pinte, no mapa 4, a península de Maraú e crie uma legenda.
- Pesquise quais são os municípios do estado da Bahia que, assim como o Município de Maraú, também têm comunidades quilombolas e localize esses municípios no mapa 3, pinte-os e crie uma legenda.

**Sugestão:** trabalhar com os atlas:

BAHIA, Brasil: Espaço, Ambiente e Cultura.

BAHIA: Espaço geo-histórico e Cultural.

## **História e religiosidade como meios de valorização do patrimônio cultural no município de Maráu (BA)**

Luiza Edmée Viana E. Santos

O município de Maráu, localizado no sul do Estado da Bahia, está distante 428 km de Salvador, a capital do estado, e 1180 km de Brasília, capital nacional, e integra o território da Diocese de Ilhéus com a Paróquia de São Sebastião. O acesso ao município pode ser feito pela BR-030 (via Ubaitaba, estrada sem asfalto), pela BA-001 (via Camamu e Itacaré) ou por via marítima. O município possui aproximadamente 19.101 (dezenove mil cento e um) habitantes e uma área territorial de 823 (oitocentos e vinte e três) km<sup>2</sup> de extensão, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2010). Além da sede do município, existem dois distritos, Ibiaçu e Piabanha, e quatorze povoados, entre eles: Barra Grande, Taipu de Fora, Taipu de Dentro, Saquaira, Campinho, Algodões e Tremembé.

As principais atividades econômicas desenvolvidas no município são a agricultura, a pesca e o turismo. O município possui enorme potencial turístico devido à diversidade de recursos naturais e culturais. Parte do patrimônio cultural de Maráu possui relação intrínseca com a colonização jesuítica, de onde se originou o Aldeamento Jesuítico de São Sebastião de Maráu, e tanto o patrimônio arquitetônico como as manifestações imateriais se relacionam com a presença da Igreja Católica no local.

A construção histórica deste município foi permeada pela presença marcante da Igreja Católica e por práticas religiosas que se expressam nos dias atuais como elementos do patrimônio cultural religioso.

### **O Aldeamento jesuítico de São Sebastião de Maráu: aspectos históricos**

O aldeamento jesuítico de São Sebastião de Maráu teve origem nas terras chamadas de “fundo das doze léguas”, ao norte da Capitania dos Ilhéus, no início do século XVIII. Segundo Dias (2007a), já existiam, no século XVII, as fazendas jesuíticas de Noviciato, Santa Inês e Santana, mas as primeiras povoações nestes locais se deram a partir do século XVIII.

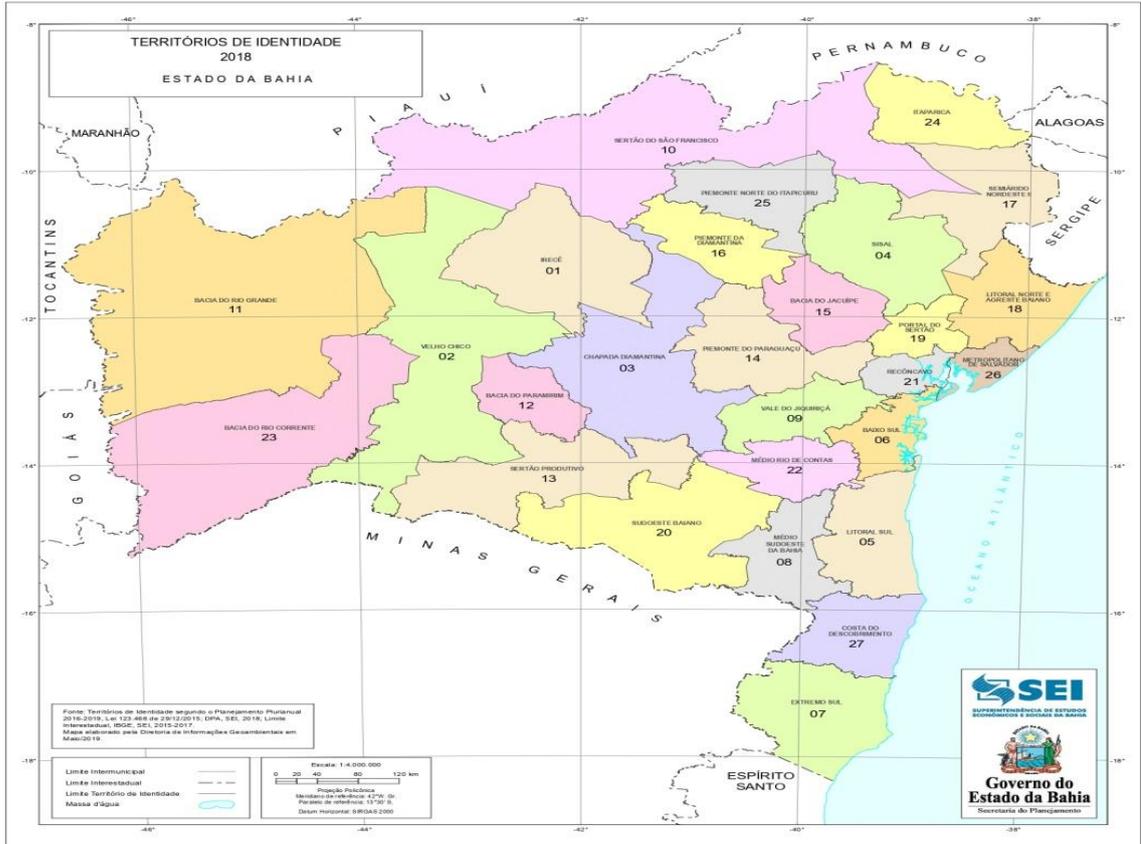
As vilas portuguesas foram construídas em torno dos aldeamentos, e os modos de produção eram baseados na exploração do trabalho indígena na lavoura para o abastecimento do consumo interno, como também para Salvador e cidades agroexportadoras do Recôncavo (DIAS, 2007b). De acordo com Dias, os índios também se dedicavam à atividade madeireira; participavam das entradas para desbravamento do sertão; produziam artefatos manuais e trabalhavam para os portugueses das circunvizinhanças.

Os aldeamentos eram considerados pequenos centros urbanos onde existiam os momentos de convivência social, como a realização de missas, e contavam com a presença dos europeus. De acordo com Dias (2007b), os aldeamentos foram assumidos pelos indígenas como espaços próprios onde os colonos garantiam a terra e algum grau de liberdade.

Com relação ao patrimônio construído, de acordo com o Inventário de Proteção do Acervo Cultural publicado pelo Instituto do Patrimônio Artístico Cultural da Bahia (IPAC) (1988, p. 125), a cidade de Maraú, “localizada à margem do estuário de Maraú, está edificada em dois níveis: cidade alta e cidade baixa. Ladeiras, protegidas por grandes arrimos, ligam os dois níveis da cidade”. Existem duas edificações de caráter religioso com reconhecido valor arquitetônico, registradas na década de oitenta do século passado. São elas: a Igreja Matriz de São Sebastião e a Igreja de Nossa Senhora da Conceição.

Fonte: Diocese de Ilhéus: 100 anos de história, volume I /Janete Ruiz de Macedo (organizadora). –Ilhéus,BA: EDITUS, 2013. 259 p.: il.

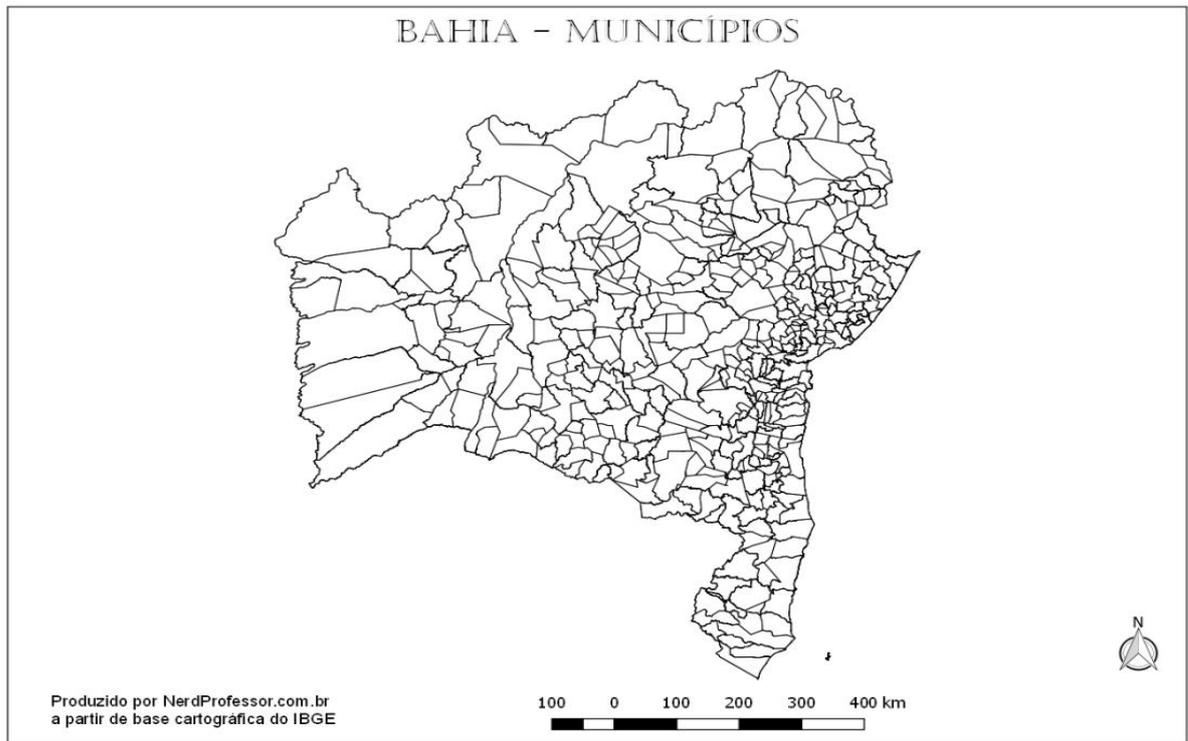
Mapa 1



Mapa 2



Mapa 3



Mapa 4



## Proposta Pedagógica 5

**Tema: Associação de agricultores do remanescente de quilombo Empata Viagem.**

**Objetivo: Reconhecer a importância da associação para o fortalecimento da comunidade quilombola Empata Viagem.**

- Convidar os membros da associação para conversar com os alunos sobre a história da associação e explicar a função de cada membro e a importância da associação para o reconhecimento da comunidade Empata Viagem como Remanescente de quilombo.
- Solicitar aos alunos que elaborem perguntas para fazer após a conversa.
- Realizar leituras compartilhadas sobre associação e cooperativismo.

Sugestões de leituras:

### **Associativismo e Cooperativismo.**

Disponível em:

<https://www.assisvideira.com.br/blog/associacoes-x-cooperativas-um-estudo-sobre-suas-principais-diferencas/>

Disponível em:

<<http://www2.ufersa.edu.br/portal/view/uploads/setores/241/Cartilha%20de%20Associativismo%20e%20Cooperativismo.PET-PROEX.pdf>>.

### Proposta Pedagógica 6

**Tema gerador: A culinária do remanescente de quilombo Empata Viagem.**  
**Objetivo: Reconhecer e valorizar a culinária produzida no remanescente de quilombo Empata Viagem.**

Os alunos farão entrevistas na comunidade com o objetivo de saber as principais comidas e bebidas da comunidade. Depois farão uma lista dos alimentos doces, salgados e das bebidas de acordo com a entrevista.

DOCES	SALGADOS	BEBIDAS

Em seguida, os alunos irão realizar uma pesquisa sobre a culinária Afro-brasileira e Africana.

Dos alimentos citados na entrevista feita na comunidade, algum deles é da culinária afro-brasileira ou africana?

O professor poderá solicitar aos alunos que tragam alguns desses pratos para expor no dia do seminário Identidade Quilombola.

## Proposta Pedagógica 7

**Tema gerador: As formas geométricas no remanescente de quilombo Empata Viagem.**

**Objetivos: Observar as formas geométricas presentes no remanescente de quilombo Empata Viagem.**

A sugestão é o professor realizar um estudo em sala de aula sobre as formas geométricas.

Em seguida, realizar uma aula de campo para que os alunos observem as formas geométricas que estão presentes na comunidade. Tanto nos elementos naturais, quanto nos elementos humanizados.

Os alunos irão descrever e/ou desenhar os elementos e formas geométricas que conseguiram visualizar.

Observe a estrutura da nossa escola. Quais formas geométricas vocês podem observar na imagem?



Sugestão: Pode-se observar as formas geométricas no plantio.

### Proposta Pedagógica 8

**Tema gerador: Aprendendo sobre as ervas medicinais**

**Objetivo: Identificar os tipos de ervas medicinais utilizadas pela comunidade.**

- Realizar entrevistas para conhecer as principais ervas utilizadas pela comunidade;
- Pesquisar o nome científico de cada planta;
- Fazer uma horta de ervas medicinais em potinhos de material reciclado;
- Fazer uma ficha com as principais características da planta.

Erva medicinal	Nome científico	Bom para....

**Sugestão:**

- Expor a horta no dia do seminário identidade quilombola;
- Servir chá das ervas medicinais no dia do seminário.

## Proposta Pedagógica 9

**Tema gerador: Agricultura e Produtos produzidos na comunidade**

**Objetivo: Identificar a importância da agricultura para o fortalecimento da comunidade e os diferentes produtos produzidos.**

Assistir ao vídeo Milton Nascimento Cio da Terra. Disponível em:  
<http://www.youtube.com/watch?v=kdJ8g9NTtrg>.

O Cio da Terra

Debulhar o trigo

Recolher cada bago do trigo

Forjar do trigo o milagre do pão

E se fartar de pão

Decepar a cana

Recolher a garapa da cana

Roubar da cana a doçura do mel

Se lambuzar de mel

Afagar a terra

Conhecer os desejos da terra

Cio da terra propícia estação

E fecundar o chão

Autores: Chico Buarque e Milton Nascimento

### **Roteiro de interpretação da música:**

- Qual a mensagem da música?
- Existe a melhor estação para plantar cada cultivo?
- Cite duas plantações cultivadas na comunidade remanescente Empata Viagem e a estação do ano em que ela deve ser plantada.
- O que você compreende quando o autor diz: “entender os desejos da terra”?
- A letra dessa música tem alguma relação com o trabalho realizado na nossa comunidade remanescente de quilombo Empata Viagem?

## Leitura do texto 1

### Origens da agricultura

A palavra **agricultura**, de origem latina, significa “cultivo dos campos”. A atividade agrícola parece ter surgido há cerca de 10.000 anos, na Mesopotâmia, com o cultivo de grãos e a criação de ovelhas.

O problema principal da agricultura na Mesopotâmia sempre foi a falta de chuvas, mais generosas apenas durante o inverno. Além do mais, os afluentes dos rios Tigre e Eufrates não eram muito caudalosos. Visando superar esses problemas e aproveitar melhor as terras férteis, os mesopotâmicos inventaram métodos para irrigar artificialmente os campos. A partir dos rios existentes, especialmente do Eufrates, escavaram e ramificaram inúmeros canais, o que permitiu expandir a área de terras cultiváveis e, além disso, aumentar a produtividade das terras que já cultivavam.

Os primeiros tipos de grãos cultivados foram a cevada e uma variedade do trigo (espelta). Pouco depois, passaram a cultivar também o centeio e a aveia. A seleção de grãos deve ter sido descoberta logo no início e de forma quase automática, comparando a germinação de grãos que caíam durante a colheita com o desenvolvimento daqueles grãos especialmente escolhidos para replantio, que originavam plantas mais fortes. Por sua vez, plantar em terra fértil estimulava novas e melhores variedades, o que também deve ter sido levado em conta pelos primeiros agricultores.

#### **O cultivo de novos grãos na agricultura**

Com o passar do tempo, essas mesmas técnicas foram aplicadas com sucesso a outros cultivos, como legumes e frutas. Por fim, surgiu a pecuária, que permitiu a reprodução de ovinos, bovinos, suínos e caprinos para o consumo humano.

Essa atividade encontra-se, hoje, intimamente integrada à própria agricultura, o que explica a popularização do termo agropecuária. Os deslocamentos populacionais e a inter-relação entre os agrupamentos humanos, por sua vez, explicam por que um pequeno número de plantas se espalhou pelo restante do planeta.

Algumas dessas plantas passaram a desempenhar importante papel na própria cultura de algumas civilizações. É o caso do milho para as civilizações pré-

colombianas, do arroz para o Extremo Oriente, e do trigo e da cevada para a Europa e o Oriente Médio.

As grandes navegações difundiram ainda mais algumas plantas, que se tornaram alimentos importantes toda a humanidade. São exemplos clássicos o milho, originário da América, que passou a ser consumido na Europa, Ásia e África; a cana-de-açúcar e o arroz, que saíram da Ásia para o resto do mundo.

Fonte: <http://www.clickescolar.com.br/origens-da-agricultura.htm>

Dividir a turma em equipes

Cada equipe irá observar um tipo de plantio da comunidade.

Construção da ficha técnica de observação:

- Época de produção de colheita;
- Materiais utilizados (comparação de antigamente e hoje);
- Procedimentos para o plantio
- Produtos derivados desse produto;

Construção da ficha técnica de observação:

- Época de produção de colheita;
- Materiais utilizados (comparação de antigamente e hoje);

Convidar um representante da associação de agricultores da comunidade para falar sobre a importância da agricultura para o desenvolvimento da comunidade.

As equipes apresentam o resultado da pesquisa sobre os produtos no dia do seminário;

Solicitar que tragam os produtos para serem expostos no seminário;

Após a pesquisa, cada aluno irá preencher a ficha técnica abaixo:

PRODUTO	MÊS QUE É PRODUZIDO	ORIGEM: A-V-M	SETOR: P-S-T	COMO É MEDIDO	VALOR QUE É VENDIDO	ONDE É COMERCIALIZADO

**Origem:**

**A - Animal**

**V - Vegetal**

**M - Mineral**

**Setor:**

**P - Primário**

**S - Secundário**

**T - Terciário**

**Sugestão:**

- Transferir os dados para gráficos.
- Apresentar os gráficos no seminário Identidade quilombola
- Sugere-se que após a pesquisa, seja feita uma horta na escola.

## Proposta Pedagógica 10

**Tema gerador: Festejos do município de Maraú**

**Objetivo: Conhecer os festejos do município de Maraú e identificar os fragmentos de ritos do município que são de origem africana.**

O professor deverá abordar em sala de aula a origem e características dos festejos do município de Maraú.

Identificar com a turma os principais festejos do município que são de origem africana. Em seguida, os alunos deverão ser divididos em grupos. Cada grupo irá realizar uma pesquisa sobre um festejo e apresentar para a escola.

### **Principais Festejos do município de Maraú:**

**Caipora:** as pessoas vestem um lençol e colocam uma abóbora ou um mamão na cabeça com uma vela dentro saem andando pelas ruas da cidade, cantando a música da “Caipora”.

**Cucumbi:** é um tipo de dança herdada dos negros. Os integrantes se vestem e dançam músicas afrodescendentes.

**Mandu:** os integrantes colocam um cesto do lado corpo e um lençol que cobre o corpo e também um pau de madeira atravessado no meio do corpo;

**Mascarado:** as pessoas pintam o corpo como se fossem máscaras artesanais e saem pelas ruas da cidade de Maraú ao som de músicas.

### **Sugestão:**

Fonte de pesquisa o livro:

Maraú, Luz do Sol ao amanhecer.

Autores: Bárbara Lemos Freire e Ivan Guanais

## Proposta Pedagógica 11

**Tema gerador: Conhecendo a boneca Abayomi**

**Objetivo: Valorizar a cultura africana através da história e da confecção da boneca Abayomi.**

### A história de Abayomi

Quando os negros vieram da África para o Brasil, como escravos, atravessavam o Oceano Atlântico numa viagem muito difícil. As crianças choravam assustadas, porque viam a dor e o desespero dos adultos. As mães negras, então, para acalantar suas crianças, rasgavam tiras de pano de suas saias e faziam bonecas com elas, para as crianças brincarem. Essas bonecas são chamadas de Abayomi.



**As Abayomi são pequenas bonecas pretas, feitas de pano e sem costura alguma, apenas com nós ou tranças.**



A boneca Abayomi valoriza a cultura africana e contribui para o reconhecimento da cultura afro-brasileira, pois faz parte da herança cultural dos negros africanos para o Brasil.

**A palavra Abayomi significa:** encontro feliz, ou encontro precioso, aquele que traz felicidade e alegria. **Quando você dá uma boneca Abayomi para alguém, esse gesto significa que você está oferecendo o que você tem de melhor para essa pessoa.** A palavra Abayomi, do ioruba, significa aquele que traz felicidade e alegria. Quer dizer encontro precioso: abay = encontro e omi = precios

Fonte: <http://blogjackiegeo.blogspot.com.br/2014/10/abayomi-historia-das-criancas-nos.html>

### **Sugestões:**

Assistir aos vídeos <https://www.youtube.com/watch?v=840YHprHHI8> e <https://www.youtube.com/watch?v=CGGG92EfGJI> que contam a história da boneca Abayomi.

Dramatizar a história.

Construir a história da boneca Abayomi em quadrinhos.

Construir a boneca Abayomi

Realizar uma exposição das bonecas.

## Proposta pedagógica 12

**Tema gerador: Conhecendo os remanescentes do município de Maráú**

**Objetivo: Identificar os remanescentes do município de Maráú certificados pela Fundação Palmares.**

- Você sabe o que é um remanescente de quilombo?

Realizar com os alunos a leitura do texto O que é quilombo. Disponível em:

<http://conaq.org.br/quem-somos/>

- Abordar os conceitos de quilombo e remanescentes de quilombo a partir do texto.

- Quantas e quais são as comunidades de remanescente de quilombo do município de Maráú?

- Abordar as comunidades do município de Maráú com o auxílio da tabela, do mapa das comunidades remanescentes de quilombo do município de Maráú-BA e dos documentos de certificação dos remanescentes de quilombo Empata Viagem e Maráú, anexados nessa proposta pedagógica.

### **Propor a divisão da turma em equipe:**

Cada grupo ficará responsável em escolher uma comunidade quilombola do município de Maráú e pesquisar, utilizando diferentes fontes, sobre os temas:

- Território;
- Titulação;
- Reconhecimento;
- Breve histórico;
- Cultura;
- Moradia;
- Culinária;
- Trabalho;
- Escola;
- Associação
- Infraestrutura e desenvolvimento socioeconômico;

- Agricultura e trabalho coletivo.

Cada grupo realizará a apresentação da comunidade escolhida através de: Pannel, cartaz, paródia, etc.

<b>COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBOS (CRQs) EM MARAÚ/BA</b>						
<b>UF</b>	<b>MUNICÍPIO</b>	<b>CÓD. MUNICÍPIO</b>	<b>COMUNIDADE</b>	<b>ID QUILOMBOLA</b>	<b>PROCESSO FCP</b>	<b>DATA D.O.U. FCP</b>
BA	MARAÚ	2920700	BARRO VERMELHO	1.806	01420.002556/200- 66	13/12/2006
BA	MARAÚ	2920700	EMPATA VIAGEM	1.807	01420.002599/2005- 51	20/01/2006
BA	MARAÚ	2920700	MARAÚ	619	01420.000137/2006- 80	12/05/2006
BA	MARAÚ	2920700	QUITUNGO	621	01420.003458/2006- 36	13/03/2007
BA	MARAÚ	2920700	SÃO RAIMUNDO	2.254	01420.002950/2005- 11	12/05/2006
BA	MARAÚ	2920700	TERRA VERDE/MINERIO	622	01420.002955/2005- 36	12/05/2006

Fonte: PALMARES, 2020.



Elaboração: Alan Azevedo, 2019.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
 MINISTÉRIO DA CULTURA  
 FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES

Criada pela Lei n.º 7.668 de 22 de agosto de 1988

Diretoria de Proteção ao Patrimônio Afro-Brasileiro

CERTIDÃO DE AUTO-RECONHECIMENTO

O Presidente da **Fundação Cultural Palmares**, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 1º da Lei n.º 7.668 de 22 de Agosto de 1988, art. 2º, §§ 1º e 2º, art. 3º, § 4º do Decreto n.º 4.887 de 20 de novembro de 2003, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e artigo 216, I a V, §§ 1º e 5º da Constituição Federal de 1988, **CERTIFICA** que a **Comunidade de Empata Viagem**, localizada no município de Marau, Estado da Bahia, registrada no Livro de Cadastro Geral n.º 005, Registro n.º 458, fl. 66, nos termos do Decreto supramencionado e da Portaria Interna da FCP n.º 06, de 01 de março de 2004, publicada no Diário Oficial da União n.º 43, de 04 de março de 2004, Seção 1, f. 07, **É REMANESCENTE DAS COMUNIDADES DOS QUILOMBOS**.

Declarante(s):

José Conceição da Silva – CPF nº 529.249.475-53  
 Florivaldo da Conceição Santos – CPF nº 329.001.045-72  
 Irênio N. do Nascimento – CPF nº 182.148.865-20  
 Marina Santos Souza – CPF nº 529.255.285-20  
 Jonas da Conceição da Silva – CPF nº 381.950.975-53

Eu, **Maria Bernadete Lopes da Silva** (Ass.)....., Diretora da Diretoria de Proteção do Patrimônio Afro-Brasileiro, a lavrei e a extrai. Brasília, DF, 12 de dezembro de 2005.

O referido é verdade e dou fé

**UBIRATAN CASTRO DE ARAÚJO**  
 Presidente da Fundação Cultural Palmares

SBN Quadra 02 – Ed. Central Brasília – CEP: 70040-904 – Brasília – DF - Brasil  
 Fone: (0 XX 61) 424-0106(0 XX 61) 424-0137 – Fax: (0 XX 61) 326-0242  
 E-mail: [chefiade gabinete@palmares.gov.br](mailto:chefiade gabinete@palmares.gov.br) <http://www.palmares.gov.br>

*"A Felicidade do negro é uma felicidade guerreira" (Wally Salomão)*



**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**  
**MINISTÉRIO DA CULTURA**  
**FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES**  
Criada pela Lei n. 7.668 de 22 de agosto de 1988

TABELIONATO DE MARAÚ

AUTENTICO A PRESENÇA COM A REPRODUÇÃO ORIGINAL APRESENTADA

MARAÚ: 29 MAR 2019

*Handwritten signature*

AUTENTICAÇÃO

**Diretoria de Proteção ao Patrimônio Afro-Brasileiro**

**CERTIDÃO DE AUTO-RECONHECIMENTO**

O Presidente da **Fundação Cultural Palmares**, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 1º da Lei n.º 7.668 de 22 de Agosto de 1988, art. 2º, §§ 1º e 2º, art. 3º, § 4º do Decreto n.º 4.887 de 20 de novembro de 2003, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e artigo 216, I a V, §§ 1º e 5º da Constituição Federal de 1988, **CERTIFICA** que a **Comunidade de Maraú**, localizada na sede do município de Maraú, Estado da Bahia, registrada no Livro de Cadastro Geral n.º 006, Registro n. 545, fl. 54, nos termos do Decreto supramencionado e da Portaria Interna da FCP n.º 06, de 01 de março de 2004, publicada no Diário Oficial da União n.º 43, de 04 de março de 2004, Seção 1, f. 07, **É REMANESCENTE DAS COMUNIDADES DOS QUILOMBOS.**

Declarante(s): **Associação Cultural Municipal Maraú - CNPJ/MF nº 06.936.770/0001-27**  
 Presidente: Antônio Marcos Lemos Souza – CPF/MF nº 929.380.435-20  
 Cláudio Raimundo Oliveira Santos – CPF/MF nº 124.796.675-53  
 Edcarlos Luz Pereira – CPF/MF nº 920.070.745-91  
 Gilmar Conceição Nery – CPF/MF nº 013.339.905-29

Eu, **Maria Bernadete Lopes da Silva (Ass.)**.....*Handwritten signature*....., Diretora da Diretoria de Proteção do Patrimônio Afro-Brasileiro, a lavrei esta certidão em Brasília, DF, **11 de abril** de 2006.

O referido é verdade e dou fé

**UBIRATAN CASTRO DE ARAÚJO**  
 Presidente da Fundação Cultural Palmares

*Handwritten signature*

SDN Quadra 02 – Ed. Central Brasília – CEP 70040-904 – Brasília – DF – Brasil  
 Fone: (0 XX 61) 3424-0100(0 XX 61) 3424-0137 – Fax: (0 XX 61) 3326-0242  
 E-mail: chefialegabinete@palmares.gov.br http://www.palmares.gov.br

"A Pátria não se compra e não se vende" (Willy Balduino)

### Proposta pedagógica 13

**Tema gerador: Minha história**

**Objetivo: Reconhecer a história de vida dos alunos e preservar a história e a memória da comunidade.**

**Quem escolheu o seu nome? Pesquise e escreva o significado e a história do seu nome.**

---

---

---

---

---

---

---

**Desenhe e escreva o nome das pessoas que moram com você.**

**O que você mais gosta na comunidade remanescente de quilombo Empata Viagem?**

---

---

---

---

---

---

---

**O que você menos gosta na comunidade remanescente de quilombo Empata Viagem?**

---

---

---

**Pesquise e desenhe:**

**Antigamente o meu lugar era assim...**

**E hoje o meu lugar é assim...**

**Pesquisa:**

**Quais são os objetos mais antigos da comunidade remanescente de quilombo Empata Viagem?**

**Sugestão:**

**Construir, em parceria com a comunidade, um museu permanente na escola com acervos da história do remanescente de quilombo Empata Viagem.**

## Proposta pedagógica 14

**Tema gerador: Capoeira**

**Objetivos: Reconhecer a história da capoeira e a importância da mesma como forma de resistência do povo negro.**

**O professor irá dividir a sala em grupos. Cada grupo fará a leitura de um dos textos disponíveis no site:**

<https://super.abril.com.br/mundo-estranho/como-surgiu-a-capoeira/> e

[https://www.suapesquisa.com/educacaoesportes/historia\\_da\\_capoeira.htm](https://www.suapesquisa.com/educacaoesportes/historia_da_capoeira.htm) (Estes

textos estão no final desta proposta).

Em seguida, um aluno de cada grupo irá socializar as informações do texto com a mediação do professor.

Os grupos farão um texto coletivo sobre a capoeira informando:

- Quando, onde e como a capoeira foi criada
- A etnia africana que criou a capoeira
- Golpes da capoeira no ataque.
- Golpes da capoeira na defesa.
- Objetivo do berimbau na capoeira.
- A importância da capoeira para os negros na época da escravidão no Brasil.
- Onde a capoeira acontecia
- A origem do nome capoeira
- O motivo de, até 1930, a prática da capoeira ser proibida no Brasil
- Quem foi Mestre Bimba.
- Primeiras mulheres capoeiristas
- Quem criou o costume de declamar canções na capoeira.
- Como a capoeira se transformou em esporte nacional brasileiro
- Quando e porque a UNESCO declarou a roda de capoeira como sendo um patrimônio imaterial da humanidade.
- Número de pessoas que praticam a capoeira no Brasil e no mundo.

Em outro momento a turma deverá assistir ao filme “Besouro”, em seguida, será feita uma discussão sobre o filme com a turma destacando a influência da África na capoeira e na cultura brasileira.

Materiais: TV, projetor, notebook e DVD.

O professor poderá agendar um momento para que os alunos apresentem os textos produzidos durante as aulas na área de convivência da escola, bem como, convidar capoeiristas da escola e/ou da comunidade para que se apresentem entre a leitura dos textos.

### **História da Capoeira**

Origem da palavra capoeira, cultura afro-brasileira, luta, funções sociais, como começou a capoeira, proibição, transformação em esporte nacional, os estilos

#### **Raízes africanas da capoeira**

A história da capoeira começa no século XVI, na época em que o Brasil era colônia de Portugal. A mão de obra escrava africana foi muito utilizada no Brasil, principalmente nos engenhos (fazendas produtoras de açúcar) do nordeste brasileiro. Muitos destes escravos vinham da região de Angola, também colônia portuguesa. Os angolanos, na África, faziam muitas danças ao som de músicas.

#### **No Brasil**

Ao chegarem ao Brasil, os africanos perceberam a necessidade de desenvolver formas de proteção contra a violência e repressão dos colonizadores brasileiros. Eram constantemente alvos de práticas violentas e castigos dos senhores de engenho. Quando fugiam das fazendas, eram perseguidos pelos capitães do mato, que tinham uma maneira de captura muito violenta.

Os senhores de engenho proibiam os escravos de praticar qualquer tipo de luta. Logo, os escravos utilizaram o ritmo e os movimentos de suas danças africanas, adaptando a um tipo de luta. Surgiu assim a capoeira, uma arte marcial disfarçada de dança. Foi um instrumento importante da resistência cultural e física dos escravos brasileiros.

A prática da capoeira ocorria em terreiros próximos às senzalas (galpões que serviam de dormitório para os escravos) e tinha como funções principais a manutenção da cultura, o alívio do estresse do trabalho e a manutenção da saúde física. Muitas vezes, as lutas ocorriam em campos com pequenos arbustos, chamados na época de capoeira ou capoeirão. Do nome deste lugar surgiu o nome desta luta.

Até o ano de 1930, a prática da capoeira ficou proibida no Brasil, pois era vista como uma prática violenta e subversiva. A polícia recebia orientações para prender os capoeiristas que praticavam esta luta. Em 1930, um importante capoeirista brasileiro, mestre Bimba, apresentou a luta para o então presidente Getúlio Vargas. O presidente gostou tanto desta arte que a transformou em esporte nacional brasileiro.

### **Três estilos da capoeira**

A capoeira possui três estilos que se diferenciam nos movimentos e no ritmo musical de acompanhamento. O estilo mais antigo, criado na época da escravidão, é a capoeira angola. As principais características deste estilo são: ritmo musical lento, golpes jogados mais baixos (próximos ao solo) e muita malícia. O estilo regional, criado por Mestre Bimba, caracteriza-se pela mistura da malícia da capoeira angola com o jogo rápido de movimentos, ao som do berimbau. Os golpes são rápidos e secos, sendo que as acrobacias não são utilizadas. Já o terceiro tipo de capoeira é o contemporâneo, que une um pouco dos dois primeiros estilos. Este último estilo de capoeira é o mais praticado na atualidade. Porém é importante ressaltar que capoeira é uma só, a Capoeira de Angola, considerada a mãe dos outros estilos e mais próxima da capoeira jogada pelos escravos africanos.

### **Você sabia?**

- Em 26 de novembro de 2014, a UNESCO (Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura), declarou a roda de capoeira como sendo um patrimônio imaterial da humanidade. De acordo com a organização, a capoeira representa a luta e resistência dos negros brasileiros contra a escravidão durante os períodos colonial e imperial de nossa história.

- É comemorado em 3 de agosto o Dia do Capoeirista.

Fonte: [https://www.suapesquisa.com/educacaoesportes/historia\\_da\\_capoeira.htm](https://www.suapesquisa.com/educacaoesportes/historia_da_capoeira.htm)

### **Como surgiu a capoeira?**

Luta foi criada no século 17 por escravos africanos

Por **Tiago Cordeiro e Tiago Jokura**

A luta 100% brasileira foi criada no século 17 por escravos africanos da etnia banto. Por causa da origem, ficou proibida oficialmente até 1937, embora nunca tenha deixado de ser praticada. Nos anos 30, o baiano Manuel dos Reis Machado, o mestre Bimba, tirou os capoeiristas do chão, quebrou o gingado e incorporou golpes de outras lutas. Sua criação, a capoeira regional, se diferencia até hoje da capoeira angola, mais tradicional e difundida a partir da década de 1910 pelo baiano Vicente Ferreira, o mestre Pastinha. No século 20, a capoeira virou esporte, com direito a confederação nacional. Existem até torneios em que capoeiristas encaram lutadores de outras especialidades. “Nesses torneios, já vi muitos saindo carregados de maca”, diz Eliane Dantas dos Anjos, autora de um estudo sobre a origem do nome dos principais golpes.

### **JOGO DE PERNAS**

*A capoeira é praticada por 6 milhões de brasileiros. No mundo, são 8 milhões de capoeiristas espalhados por mais de 160 países*

## **Uniforme**

Na capoeira regional, a roupa é sempre branca, com calças largas e camiseta – capoeirista descamisado é só para turista ver. Cordas coloridas, amarradas na cintura, indicariam o nível do jogador – a Confederação Brasileira já tentou padronizar uma escala que vai do verde ao branco, mas nem todo mundo concorda.

## **Mestre Bimba**

Capitão de navegação, com 1,93 m de altura e 89 kg, Manuel dos Reis Machado (1899-1974) inventou e popularizou a capoeira regional com golpes como o dobrado – ilustrado aqui. Bom de briga, incorporou elementos do jiu-jítsu, da luta livre, do savate (de origem francesa) e até do batuque – técnica já extinta

## **NO ATAQUE**

*Saltos e chutes podem ser acrobáticos e mortais*

### **Martelo**

Este é um dos golpes mais usados na capoeira. Uma variação do movimento, o martelo-de-chão, é mais rente ao solo

### **Rabo-de-arraia**

Na regional, é um salto mortal para a frente, usado para acertar dois chutes em sequência, com o calcanhar, na cabeça do oponente

### **Meia-lua de compasso**

O capoeirista apoia as mãos no chão e gira para acertar o adversário com o calcanhar. Um dos golpes mais precisos do famoso Madame Satã

## **NA DEFESA**

*Uso das mãos é fundamental para esquivas e contra-ataques*

### **Cocorinha**

Movimento simples para evitar golpes a meia altura. O capoeirista apoia a mão no chão para preparar um chute de revide

**Aú**

Serve para escapar preparando um contragolpe, mas com risco de tomar uma cabeçada. Mestre Pastinha dominava a técnica

**Negativa**

Golpe clássico do mestre Besouro – aquele que virou filme. O jogador se esquia do golpe alto e dá uma rasteira no pé de apoio do adversário

**ARENA**

*A roda, com capoeiristas dispostos em círculo, é o palco da luta*

**Círculo fechado**

Mestres e outros discípulos, sem posições fixas, rodeiam os jogadores. Na capoeira angola, em geral, todo mundo fica sentado. Na regional, todos ficam em pé e batendo palmas

**Banda**

Na única arte marcial com trilha sonora, o ritmo da luta é ditado pelo berimbau – em geral são três, de sonoridades diferentes. Normalmente, eles são acompanhados por uma verdadeira banda: dois pandeiros, um atabaque, um agogô e um reco-reco

**Como acontece**

Os capoeiristas se cumprimentam agachados e iniciam o jogo ao pé do berimbau. Não há pontuação nem tempo determinado para a luta acabar – algumas duram até meia hora. Quando um jogador parece cansado, alguém da roda “compra o jogo” e entra em seu lugar, cumprimentando-o

**CURIOSIDADES**

- A capoeira angola é jogada no chão porque os escravos praticavam dentro das senzalas, abaixo do parapeito da janela
- Há cem anos, além de comandar o ritmo, o berimbau servia para bater no capoeirista que não seguisse as regras da luta.

- Uma das primeiras mulheres capoeiristas, ainda nos anos 30, foi Maria Doze Homens. Depois vieram outras com apelidos curiosos: Nega Didi, Satanás e Calça Rala
- A letra das canções pode ser cantada ou declamada de improviso – costume inventado na Bahia por mestre Waldemar.

Fonte: <https://super.abril.com.br/mundo-estranho/como-surgiu-a-capoeira/>

## Proposta Pedagógica 15

**Tema gerador: Vocabulário quilombola**

**Objetivo: Identificar palavras usadas no cotidiano da comunidade.**

PALAVRA	SIGNIFICADO
arguidá	forno de fazer farinha
bucho	barriga
budega	venda pequena
caça	surra
cocó	coque de cabelo
calondu	birra de criança
de comer	comida
embuchada	grávida
espinhela	osso do corpo
fifó	candeeiro de parede
panicum	cesto de colocar em animal
pinguela	pau para atravessar o rio

Pesquise outras palavras e expressões usadas no cotidiano da comunidade.

PALAVRA	SIGNIFICADO

### Sugestão:

Os alunos poderão construir cartazes, em equipe, e apresentar no Seminário Identidade Quilombola.

## Proposta Pedagógica 16

**Tema gerador: A mulher negra como protagonista da história.**

**Objetivo: Identificar a participação das mulheres na História e sua construção como sujeitos históricos.**

### **17 mulheres negras brasileiras que lutaram contra escravidão**

As mulheres que foram escravizadas no Brasil contribuíram, e muito, para acabar com escravidão no país. Engana-se quem acha que a Princesa Isabel foi a responsável pela libertação dos escravizados, como diria a cantora Yzalur, "a Lei Áurea não passa de um texto morto", afinal após o 13 de maio de 1888, mulheres lutaram, e ainda lutam contra a racismo e machismo.

Os passos das mulheres negras vêm de longe, mesmo. Por isso, separamos 17 mulheres negras que fizeram parte de quilombos brasileiros e foram fundamentais em algum momento para a comunidade negra. As histórias são relatadas nos cordéis de Jarid Arraes e do Mural Memória das Mulheres Negras, acervo do Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul, Rio de Janeiro.

#### **1. Dandara dos Palmares**

É uma das líderes mais conhecidas no Brasil. Lutou contra a escravidão em Palmares. Foi contra a proposta da Coroa Portuguesa em condicionar as reivindicações dos quilombolas. A guerreira morreu durante a disputa no Quilombo dos Macacos pertencente ao Quilombo de Palmares, onde vivia também seu marido, Zumbi dos Palmares.

#### **2. Anastácia**

Ajudou escravos quando eram castigados, ou facilitando a fuga. Certa vez, lutou contra a violência física e sexual de um homem branco, por isso, recebeu o castigo de usar uma mordaça de folha de flandres e uma gargantilha de ferro. Apesar de viver na Bahia e em Minas Gerais foi levada para o Rio de Janeiro no fim da vida, lá atribuíram vários milagres durante sua estadia.

### **3. Luiza Mahín**

Passou muito tempo na Bahia e participou do levante na Revolta dos Malês, em 1835 e a Sabinada, em 1837. Trabalhava como ganhadeira (no comércio de rua).

### **4. Tereza de Benguela**

No Brasil, dia 25 de julho é comemorado o Dia de Tereza de Benguela em homenagem a líder quilombola. Era mulher do líder do Quilombo de Quarterê ou do Piolho, no Mato Grosso. Por lá, foram abrigados até índios bolivianos incomodando autoridades das Coroas espanhola e portuguesa. Tereza foi presa em um dos confrontos e como não aceitou a condição de escravizada suicidou-se.

### **5. Aqaltune**

Era filha do Rei do Congo e foi vendida para o Brasil. Grávida no Quilombo dos Palmares organizou sua primeira fuga. Ficou conhecida por ficar ao lado de Ganga Zumba, antecessor de Zumbi, seu neto. A guerreira morreu queimada.

### **6. Zeferina**

Líder no quilombo de Urubu, na Bahia. Era angolana e foi trazida ainda criança para o Brasil. As histórias relatam que ela confrontava os capitães do mato com arco e flecha.

### **7. Maria Felipa de Oliveira**

Foi líder na Ilha de Itaparica, Bahia. Aprendeu a jogar capoeira para se defender. Tinha como missão principalmente libertar seus descendentes e avós. Ficava escondida na Fazenda 27, em Gameleira (Itaparica), para acompanhar, durante a noite, a movimentação das caravelas lusitanas. Em seguida, tomava uma jangada e ia para Salvador, passar as informações para o Comando do Movimento de Libertação.

### **8. Acotirene**

Era considerada matriarca no Quilombo dos Palmares e conselheira dos primeiros negros refugiados na Cerca Real dos Macacos. Um dos mocambos (casa) foi batizado com o seu nome.

### **9. Adelina Charuteira**

Era uma das líderes no Maranhão. Era filha de uma escravizada com um senhor, por isso, sabia ler e escrever. Apesar do pai, não foi libertada aos 17 anos, mas era ativamente parte da sociedade abolicionista de rapazes, o Clube dos Mortos. Para arrecadar dinheiro vendia charutos fabricados pelo pai, com essa articulação descobria vários planos de perseguição aos escravos.

### **10. Rainha Tereza do Quariterê**

Foi guerreira no Quilombo do Quariterê, em Cuiabá. Comandou toda a estrutura política, econômica e administrativa do quilombo. Mantinha até um sistema de defesa com armas trocadas com homens brancos ou resgatadas pelos escravizados.

### **11. Mariana Crioula**

Era mucama em Vila das Vassouras, Rio de Janeiro. Se juntou com escravizados na maior fuga de escravos da história fluminense em 5 de novembro de 1838. Liderou a fuga e um quilombo com Manuel Congo.

### **12. Esperança Garcia**

Ousou a escrever uma carta para o presidente da Província de São José do Piauí, Gonçalo Lourenço Botelho de Castro, denunciando os maus-tratos físicos de que era vítima, ela e seu filho, por parte do feitor da Fazenda Algodões.

### **13. Maria Firmina dos Reis**

Foi considerada a primeira romancista brasileira, além de escrever o primeiro romance abolicionista, *Úrsula*, que narra a condição da população negra no Brasil com elementos da tradição africana. Dedicou sua vida a leitura e escrita.

### **14. Eva Maria de Bonsucesso**

Era uma escrava alforriada que vendia frutas e verduras no Rio de Janeiro. Foi agredida por um homem branco e conseguiu que ele fosse preso, e condenado pela agressão

**15. Maria Aranha**

Foi líder do Quilombo de Mola, no Tocantins. Venceu todos os ataques escravistas e organizou toda a sociedade do local.

**15. Na Agontimé**

Era rainha do Benim e foi vendida como escrava para o Maranhão, até ganhou um novo nome, Maria Jesuína. Ela fundou a Casa das Minas e reconstruiu o culto aos ancestrais.

**16. Tia Simoa**

Liderou a luta contra a escravidão no Ceará. Foi do Grupo de Mulheres Negras do Cariri, o Pretas Simoa.

**17. Zacimba Gaba**

Era princesa angolana e acabou no Espírito Santo. Provocou uma revolta das pessoas escravizadas contra a Casa Grande e liderou um quilombo onde foi rainha. Comandou durante anos ataques aos navios, surgindo no meio da noite em canoas precárias para resgatar os negros escravos, a referência à sua morte seja em um desses enfrentamentos.

Disponível em: <https://catracalivre.com.br/cidadania/17-mulheres-negras-brasileiras-que-lutaram-contr-a-escravidao/>

**Sugestão:**

Abordar questões de gênero;

Solicitar aos alunos que realizem pesquisa, em equipes, sobre a biografia das mulheres abordadas no texto e apresentem com cartazes/painéis;

Convidar mulheres da comunidade para falarem sobre as suas histórias de luta.

**Anexos**  
**Documentos**

  
**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**  
**MINISTÉRIO DA CULTURA**  
**FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES**  
Criada pela Lei n.º 7.668 de 22 de agosto de 1988

**Diretoria de Proteção ao Patrimônio Afro-Brasileiro**

**CERTIDÃO DE AUTO-RECONHECIMENTO**

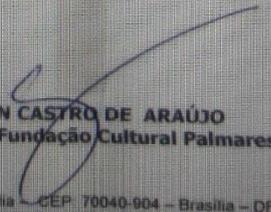
O Presidente da **Fundação Cultural Palmares**, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 1º da Lei n.º 7.668 de 22 de Agosto de 1988, art. 2º, §§ 1º e 2º, art. 3º, § 4º do Decreto n.º 4.887 de 20 de novembro de 2003, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e artigo 216, I a V, §§ 1º e 5º da Constituição Federal de 1988, **CERTIFICA** que a **Comunidade de Empata Viagem**, localizada no município de Marau, Estado da Bahia, registrada no Livro de Cadastro Geral n.º 005, Registro n.º 458, fl. 66, nos termos do Decreto supramencionado e da Portaria Interna da FCP n.º 06, de 01 de março de 2004, publicada no Diário Oficial da União n.º 43, de 04 de março de 2004, Seção 1, f. 07, **É REMANESCENTE DAS COMUNIDADES DOS QUILOMBOS.**

Declarante(s):

José Conceição da Silva – CPF nº 529.249.475-53  
Florisvaldo da Conceição Santos – CPF nº 329.001.045-72  
Irênio N. do Nascimento – CPF nº 182.148.865-20  
Marina Santos Souza – CPF nº 529.255.285-20  
Jonas da Conceição da Silva – CPF nº 381.950.975-53

Eu, **Maria Bernadete Lopes da Silva** (Ass.).......... Diretora da Diretoria de Proteção do Patrimônio Afro-Brasileiro, a lavrei e a extraí. Brasília, DF, 12 de dezembro de 2005.

O referido é verdade e dou fé

  
**UBIRATAN CASTRO DE ARAÚJO**  
Presidente da Fundação Cultural Palmares

SBN Quadra 02 – Ed. Central Brasília – CEP: 70040-904 – Brasília – DF – Brasil  
Fone: (0 XX 61) 424-0106(0 XX 61) 424-0137 – Fax: (0 XX 61) 326-0242  
E-mail: [chefe@gabinete@palmares.gov.br](mailto:chefe@gabinete@palmares.gov.br) <http://www.palmares.gov.br>

"A Felicidade do negro é uma felicidade guerreira" (Wally Salomão)



de Autenticidade  
Fundação Cultural Palmares  
CNPJ 06.936.770/0001-27  
AB021774-0



TABELIONATO DE MARAÚ  
AUTENTICO A PRESENÇA COM REPRO  
CONFIRMA ORIGINAL APRESENTADA

MARAÚ 29 MAR 2019

*Handwritten signature*

AUTENTICAÇÃO

**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**  
**MINISTÉRIO DA CULTURA**  
**FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES**  
 Criada pela Lei n. 7.668 de 22 de agosto de 1988

**Diretoria de Proteção ao Patrimônio Afro-Brasileiro**

**CERTIDÃO DE AUTO-RECONHECIMENTO**

O Presidente da **Fundação Cultural Palmares**, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 1º da Lei n.º 7.668 de 22 de Agosto de 1988, art. 2º, §§ 1º e 2º, art. 3º, § 4º do Decreto n.º 4.887 de 20 de novembro de 2003, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e artigo 216, I a V, §§ 1º e 5º da Constituição Federal de 1988, **CERTIFICA** que a **Comunidade de Maraú**, localizada na sede do município de Maraú, Estado da Bahia, registrada no Livro de Cadastro Geral n.º 006, Registro n. 545, fl. 54, nos termos do Decreto supramencionado e da Portaria Interna da FCP n.º 06, de 01 de março de 2004, publicada no Diário Oficial da União n.º 43, de 04 de março de 2004, Seção 1, f. 07, **É REMANESCENTE DAS COMUNIDADES DOS QUILOMBOS.**

Declarante(s): **Associação Cultural Municipal Maraú - CNPJ/MF nº 06.936.770/0001-27**  
 Presidente: Antônio Marcos Lemos Souza – CPF/MF nº 929.380.435-20  
 Cláudio Raimundo Oliveira Santos – CPF/MF nº 124.796.675-53  
 Edcarlos Luz Pereira – CPF/MF nº 920.070.745-91  
 Gilmar Conceição Nery – CPF/MF nº 013.339.905-29

Eu, **Maria Bernadete Lopes da Silva (Ass.)**....., Diretora da Diretoria de Proteção do Patrimônio Afro-Brasileiro, a lavrei e a extraí, Brasília, DF, **11 de abril** de 2006.

O referido é verdade e dou fé

**UBIRATAN CASTRO DE ARAÚJO**  
 Presidente da Fundação Cultural Palmares

SBN Quadra 02 – Ed. Central Brasília – CEP 70040-904 – Brasília – DF – Brasil  
 Fone: (0 XX 61) 3424-0100(0 XX 61) 3424-0137 – Fax: (0 XX 61) 3326-0242  
 E-mail: [chefiadedepatrimonio@palmares.gov.br](mailto:chefiadedepatrimonio@palmares.gov.br) <http://www.palmares.gov.br>

“A Federalidade do negro é uma filiação geradora” (Willy Sabendo)